



Nada sobre Nós sem Nós

Relatório Final

Oficina Nacional

de indicação de políticas públicas culturais para inclusão de

Pessoas com Deficiência

16 a 18 de outubro de 2008

Nada sobre Nós sem Nós

Copyright © 2009 de Paulo Duarte de Carvalho Amarante
Todos os direitos desta edição reservados à Fundação Oswaldo Cruz/LAPS
ISBN:

Capa
Afrânio Francisco Alves (ilustração)
Tatiana Lassance (finalização de imagem)
Renata Maués Mesquita (design)
Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica
Renata Maués Mesquita
Supervisão Editorial
Paulo Amarante e Leandra Brasil da Cruz

Catálogo na fonte
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
Biblioteca de Saúde Pública

A485 Amarante, Paulo e Lima, Ricardo (Coord.)

Nada sobre Nós sem Nós. Relatório final. / Oficina Nacional /
Coordenado por Paulo Amarante e Ricardo Lima. [Rio de Janeiro]:
s.n., 2009.
125 p.

CDD - 21.ed. - 362.2

2009

Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção Psicossocial/Fiocruz
Av. Brasil, 4036 sala 506 - Manguinhos - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21.040-361

Oficina Nacional de Indicação de Políticas Públicas
Culturais para Inclusão de Pessoas com Deficiência

Nada sobre Nós sem Nós

Relatório Final
16 a 18 de outubro de 2008

EDITOR LAPS

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PRESIDENTE Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTÉRIO DA CULTURA

MINISTRO João Luiz Silva Ferreira

SECRETÁRIO EXECUTIVO Alfredo Manevy

SECRETARIA DA IDENTIDADE E DA DIVERSIDADE CULTURAL

SECRETÁRIO Américo Córdula

SUBSECRETÁRIO Ricardo Anair Barbosa de Lima

MINISTÉRIO DA SAÚDE

MINISTRO José Gomes Temporão

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

PRESIDENTE Paulo Ernani Vieira Gadelha

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA

DIRETOR Antonio Ivo de Carvalho

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO EM SAÚDE

CHEFE Miguel Murat de Vasconcellos

LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM SAÚDE MENTAL E
ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

COORDENADOR Paulo Duarte de Carvalho Amarante

Ficha Técnica

OFICINA

COORDENAÇÃO GERAL

Ricardo Lima (Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural/Ministério da Cultura | SID/MinC)

Paulo Amarante (Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção Psicossocial/ Departamento de Administração e Planejamento em Saúde/Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/Fundação Oswaldo Cruz | Laps/Daps/Ensp/Fiocruz)

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Patricia Dornelles (SID/MinC)

ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO

SID/MinC: *Aline Mesquita, Julia Fonseca, Karina Miranda, Thais Werneck*
LAPS/DAPS/ENSP/FIOCRUZ: *Edvaldo Nabuco, Fernando Oliveira, Leandra Brasil, Mariana Rangel, Paloma Moura, Patricia Duarte, Rachel Gouveia, Wanda Espírito Santo*

EQUIPE DE FACILITADORES

Ana Lúcia Cortines, Anna Cecília, Leandro Lamas Valarelli, Liliane da Costa Reis, Mirella Amorim (Cidadania Estudos Urbanos | CEU)

MATERIAL PERSONALIZADO

CARTAZ: *Afrânio Francisco Alves* (Ilustração), *Lucia Pantojo e Tatiana Lassance* (arte final)
PASTAS: *Martha Bernini Mohrik* (arte) *Instituto Tocando em Você* (confeccção)
MATERIAL EM BRAILE: *Instituto Benjamin Constant* | IBC/RJ
TRADUÇÃO EM LIBRAS: *Intérpretes em Linguagem Brasileira de Sinais do Instituto Nacional de Educação de Surdos* / Ines/RJ

APRESENTAÇÃO MUSICAL

Inês Helena (voz) e *Kiko Chaves* (violão)

FILMAGEM

VideoSaúde Distribuidora
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde | Ictict/Fiocruz

DOCUMENTÁRIO

Centro de Criação de Imagem Popular / Cecip

FOTOGRAFIA

Fernando Oliveira e Leandra Brasil
Laps/Daps/Ensp/Fiocruz
Virginia Damas Ribeiro
Coordenação de Comunicação Institucional CCI/Ensp/Fiocruz

LIVRO

TRANSCRIÇÃO

Adof Traduções e Serviços
Taquigráficos LTDA

EDIÇÃO E REVISÃO DE TEXTO

Edvaldo Nabuco, Leandra Brasil, Paloma Moura, Paulo Amarante, Rachel Gouveia e Renata Maués Mesquita

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

Afrânio Francisco Alves (Desenho vencedor do concurso "Oficina Casa Brasil" | Ciad Mestre Candeia/RJ)

DESIGN DA CAPA, PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Renata Maués Mesquita

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Corbã Artes Gráficas LTDA

Sumário

Introdução	11
Apresentação	13
Programa da Oficina	15
Metodologia	17
Diretrizes e Ações Aprovadas na Oficina	20
Carta do Rio de Janeiro	27
Mesa de Abertura	31
Patricia Dornelles	
Isabel Maior	
Vera Lúcia Fernandes	
Paulo Amarante	
Ricardo Lima	
<i>Cultura e Deficiência: trajetória e perspectivas</i>	35
Andréa Chiesorin	
João de Jesus Paes Loureiro	
Isabel Maior	
<i>Nada sobre Nós sem Nós</i>	59
Arnaldo Godoy	
Angel Vianna	
Rogério Andreolli	
<i>Patrimônio, Difusão, Fomento e Acessibilidade</i>	73
Jorge Márcio Pereira	
Claudia Wernek	
Frederico Maia	
Anexos	103
I. Lista de Participantes	
II. Moção de Repúdio à Port. 661/Ministério das Comunicações	
III. Nota Técnica sobre Acessibilidade	

Introdução

A Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (SID/MinC) tem por objetivo promover e apoiar as atividades de incentivo à diversidade e ao intercâmbio cultural como meio de promoção da cidadania. Desde a sua criação, essa secretaria vem mantendo um diálogo com a sociedade civil, outras secretarias desse ministério, outros ministérios e instituições públicas e privadas por meio de Grupos de Trabalho, promoção de Encontros, Seminários e Oficinas, todos com o intuito de identificar políticas públicas para os vários segmentos que fazem parte da nossa diversidade cultural.

Como resultados desse intercâmbio entre governo e sociedade civil, surgem vários encaminhamentos e propostas de diretrizes que buscam nortear as políticas públicas de inclusão cultural dos diversos grupos historicamente excluídos. No que diz respeito às pessoas com deficiência, a SID, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) do Ministério da Saúde e, com apoio da Caixa Econômica Federal (CEF), realizou na cidade do Rio de Janeiro, no período de 16 a 18 de outubro de 2008, a *Oficina Nacional de Indicação de Políticas Públicas Culturais para Inclusão de Pessoas com Deficiência*, destinada a artistas, gestores públicos, pesquisadores e agentes culturais da sociedade civil representativos do campo da produção cultural das pessoas com deficiência.

O objetivo dessa oficina foi indicar diretrizes e ações, no sentido de contribuir para a construção de políticas culturais de patrimônio, difusão, fomento e acessibilidade para pessoas com deficiência. A oficina foi constituída a partir de um processo participativo e, por isso, adotamos o lema 'Nada sobre Nós sem Nós'¹. Desta forma, seguimos a consideração da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a qual diz que essas pessoas devem ter a oportunidade de participar ativamente das decisões relativas a programas e políticas, inclusive aos que lhes dizem respeito diretamente.

Sabe-se que é antiga a parceria deste Ministério com as diferentes redes de artistas e produtores culturais, que são pessoas com deficiência e sem deficiência que atuam como produtores e parceiros. Quando a SID foi convidada a se incluir neste processo, pela nossa trajetória de 'escuta' e de sistematização de construção de indicadores de políticas públicas culturais para a diversidade brasileira, sabíamos da

1. Tema já consagrado no movimento de pessoas com deficiência e que serviu de lema para o dia 03 de dezembro - Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, do ano de 2004.

responsabilidade grande e de nosso papel em sermos facilitadores para construirmos as diretrizes e ações que devem servir a qualquer gestor de cultura que tem interesse de desenvolver políticas públicas culturais de qualidade e para todos.

Inicialmente, o foco principal da SID era saber a melhor forma de se potencializar a produção e a difusão das atividades artísticas e culturais das pessoas com deficiência, mas no processo de construção da oficina, foi feita a proposta de se colocar também como eixo a questão da acessibilidade, por se tratar de tema complexo.

Nesse sentido, temos aí um grande desafio para as políticas públicas: ampliar sua visão sobre deficiência. Urge promovermos maior discussão e ação em todos os setores das políticas públicas, e a cultura deve se inserir nesse processo, qualificando a difusão e o fomento da produção artístico-cultural das pessoas com deficiência, além de garantir a elas a acessibilidade para que possam desfrutar a diversa produção cultural brasileira.

Que esta publicação, *Nada sobre Nós sem Nós - Relatório Final da Oficina Nacional de Indicação de Políticas Públicas Culturais para Inclusão de Pessoas com Deficiência* - seja um instrumento de sensibilização, de orientação e de aplicabilidade de políticas culturais de qualidade para pessoas com deficiência.

Que os diferentes gestores e atores sociais do campo da cultura se sintam inseridos no lema 'Nada sobre Nós sem Nós' e, juntos com o Ministério da Cultura, trabalhem para a promoção da diversidade ético-estética da cultura brasileira.

Américo Córdula
Secretário da Identidade e da Diversidade Cultural
Ministério da Saúde

Apresentação

Em agosto de 2007 a SID/MinC e a Fiocruz/MS realizaram a *Oficina Loucos pela Diversidade - da Diversidade da Loucura à Identidade da Cultura*. O objetivo dessa oficina foi construir, de forma participativa, ações e diretrizes para construção de políticas públicas de cultura para a produção estética e artístico-cultural das pessoas em sofrimento psíquico e em situação de vulnerabilidade social. Como resultado da oficina, foi lançada a publicação com o mesmo nome, que, durante o ano de 2008, foi intensamente distribuída em diferentes fóruns das redes da saúde mental e do campo da cultura.

O resultado da oficina *Loucos pela Diversidade* levou a SID a ser convidada a realizar proposta semelhante com outro público: artistas das mais diferentes áreas com deficiência, que vêm, há muitos anos, contribuindo para a promoção estética e artística da diversidade brasileira.

As pessoas com deficiência representam um importante segmento social, tradicionalmente excluído das políticas públicas. Com base na *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* (Unesco), a SID tem como caráter estratégico formular e implementar políticas públicas que estimulem ações transversais de promoção da diversidade cultural brasileira.

Assim, considerando-se o potencial das atividades culturais produzidas por pessoas com deficiência, a SID e a Fiocruz, dando continuidade à parceria, realizaram, em outubro de 2008, na cidade do Rio de Janeiro, a *Oficina Nacional de Indicação de Políticas Públicas Culturais para Inclusão de Pessoas com Deficiência*, com o apoio da CEF.

Comprometidos com o lema do movimento de pessoas com deficiência, as pastas distribuídas para os participantes da oficina foram confeccionadas pelo Instituto Tocando em Você, com a arte de Martha Mhoriak. Além das apresentações artísticas de Inês Helena, Marcos Abranches e da exposição do vídeo *Judith quer chorar, mas não consegue*, de Edu O., a arte do folder da oficina foi criada por Afrânio Francisco Alves, da "Oficina Casa Brasil", do Centro Integrado de Atenção à Pessoa com Deficiência (Ciad) Mestre Candeia/RJ.

A oficina foi desenvolvida em três momentos. No primeiro dia, foram realizadas mesas temáticas para discutir questões sobre arte, cultura, deficiência e direitos humanos. O objetivo das mesas foi fomentar

e provocar reflexões a fim de qualificar e aprofundar o debate e os encaminhamentos dos Grupos de Trabalho, que ocorreram no segundo dia do encontro. A finalidade desses grupos foi indicar ações e diretrizes para as políticas públicas culturais. Os temas tratados pelos Grupos de Trabalho foram: Fomento, Difusão, Patrimônio e Acessibilidade. Finalmente, no terceiro dia, ocorreu a plenária final, na qual foram apresentadas as questões debatidas pelos Grupos de Trabalho. O resultado desses três dias de oficina encontra-se nesta publicação, 'Nada sobre Nós sem Nós'.

Além desta publicação, outro resultado da oficina foi o encaminhamento da SID junto ao MinC, por meio de uma nota técnica, que orienta os seus diversos setores em relação às diferentes questões de acessibilidade para as pessoas com deficiência no campo das políticas culturais. Nessa nota, chamamos atenção para alguns apontamentos em relação à Lei Rouanet, editais, sites, equipamentos, bens culturais e livros acessíveis e à produção cultural.

Acreditando na necessidade de implementação de uma nova visão de política cultural, na qual o respeito às identidades possa fomentar um país mais democrático, no sentido de facultar a todos o direito à criação, à produção cultural, fruição e sua plena difusão, espera-se que este relatório contribua para orientação e aplicabilidade de políticas culturais mais comprometidas com a diversidade brasileira.

Queremos registrar nossos agradecimentos aos consultores Jorge Márcio Pereira de Andrade e Andréa Chiesorin; à equipe de facilitadores; ao pessoal da Fiocruz (Ana Beatriz Ayres, Deolinda Santos, Edna Barbosa de Almeida, Paulo Ernani Gadelha, Paulo Vieira, Vanessa da Costa e Silva, VideoSaúde Distribuidora/Fiocruz e Equipe de Coordenação de Comunicação Institucional - CCI/Ensp/Fiocruz) e muito especialmente a Sérgio Mamberti, que, na ocasião era Secretário da Identidade e da Diversidade Cultural do MinC.

Ricardo Lima
Sub-secretário da Identidade e da Diversidade Cultural

Paulo Amarante
Coordenador do Laps/Ensp/Fiocruz

Programa

16 outubro 2008, Quinta-feira

9H30 AS 10H30 | MESA DE ABERTURA

Isabel Maior (Coordenação Nacional para Inclusão de Pessoa com Deficiência/Corde/Sedh/DF);

Vera Lúcia Fernandes (Caixa Econômica Federal/CEF);

Ricardo Lima (SID/MinC);

Paulo Amarante (Laps/Ensp/Fiocruz).

APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA: Inês Helena (voz) e Kiko Chaves (violão)

11H AS 13H | CULTURA E DEFICIÊNCIA: TRAJETÓRIA E PERSPECTIVAS

COORDENAÇÃO RICARDO LIMA

Andréa Chiesorin (Conselho Diretor Avsa Brasil/RJ);

João de Jesus Paes Loureiro (Universidade Federal do Pará/UFPA);

Isabel Maior (Corde/Sedh/DF).

ALMOÇO

14H30 AS 18H30 | NADA SOBRE NÓS SEM NÓS

COORDENAÇÃO PAULO AMARANTE

Rogério Andreolli (Pulsar Cia de Dança/RJ);

Angel Vianna (Coreógrafa/Faculdade Angel Vianna/RJ);

Arnaldo Godoy (Câmara de Vereadores/Belo Horizonte/MG).

17 outubro 2008, Sexta-feira

9H AS 11H | PATRIMÔNIO, DIFUSÃO, FOMENTO E ACESSIBILIDADE

COORDENAÇÃO PATRÍCIA DORNELLES

Jorge Márcio de Andrade (DefNet/SP);

Cláudia Werneck (Jornalista e escritora/RJ);

Frederico Maia (MinC/DF).

CAFÉ

11H30 | APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE TRABALHO

| DIVISÃO DE GRUPOS: PAULO AMARANTE, RICARDO LIMA E EQUIPE DE FACILITADORES

ALMOÇO

14H AS 18H | GRUPOS DE TRABALHO

18 outubro 2008, Sábado

9 AS 13H | PLENÁRIA DAS RESOLUÇÕES

Metodologia da Oficina

1. OBJETIVOS

A oficina teve como objetivo construir propostas de diretrizes e ações para subsidiar a elaboração de políticas públicas do Ministério da Cultura (MinC) para pessoas com deficiência e em situações de risco social, com a participação prioritária dos próprios sujeitos interessados nestas mesmas políticas, daí decorre o tema central da oficina 'Nada sobre Nós sem Nós'.

1.1. MESA DE DEBATES

A oficina foi iniciada com uma mesa de abertura na qual as autoridades das instituições promotoras, MinC, Fiocruz e Caixa, e uma representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, explicitaram os objetivos e a relevância da iniciativa.

Posteriormente, foram realizadas as mesas 'Cultura e Deficiência – trajetórias e perspectivas' e 'Nada sobre Nós sem Nós', ambas no primeiro dia do evento, com a participação de convidados denominados de "provocadores", que eram profissionais com experiência em produção de projetos artísticos e culturais na área.

Uma equipe de planejamento estratégico, o Grupo de Apoio à Participação Interativa, fez o registro e a síntese das palestras que subsidiou os Grupos de Trabalho na elaboração das propostas de diretrizes.

1.2 PAINEL TEMÁTICO

No segundo dia foi realizado um painel com os temas PATRIMÔNIO, DIFUSÃO, FOMENTO E ACESSIBILIDADE. Contando com um coordenador e um expositor para cada tema, o painel teve como objetivo fornecer bases para que os participantes pudessem, a partir de então, formular propostas políticas nos âmbitos em questão. Seguindo-se à fala dos expositores foi realizado um amplo debate com os participantes e, de acordo com a metodologia de planejamento estratégico, a equipe de apoio e moderação registrou as idéias e propostas surgidas no debate.

1.3 GRUPOS DE TRABALHO (GT's)

Posteriormente, os participantes foram orientados a compor quatro GT's, de acordo com suas próprias escolhas. Cada GT abordou um dos eixos focais da Oficina (PATRIMÔNIO, DIFUSÃO, FOMENTO E ACESSIBILIDADE) e a interface destes eixos com os temas:

- a) Produção artística e cultural;
- b) Políticas de apoio e financiamento e a Funarte;
- c) Programas, editais e prêmios;
- d) Acesso as produções artísticas, espaços culturais e formação.

A discussão nos GT's foi uma continuidade das etapas anteriores, que se prestaram ao acúmulo de informações e reflexões por meio das Mesas de Debate e do Painel. Ou seja, os GT's tiveram a missão de organizar os subsídios das etapas anteriores e demais considerações de cada tema em propostas de diretrizes e indicar ações para cada diretriz.

Propostas de diretrizes foram consideradas as indicações gerais para um conjunto de metas e ações. Elas deveriam apontar prioridades e revelar princípios e valores que fundamentam as diversas esferas públicas.

Foram consideradas propostas de diretrizes "fortes" aquelas que, em palavras sucintas e de fácil compreensão, afirmam o essencial do que se quer conseguir no futuro. Elas abrem um campo de possibilidades, onde os projetos, os recursos disponíveis e os atores responsáveis por sua viabilidade encontram-se de comum acordo. Também são fortes quando capazes de convencer outras pessoas quanto a sua importância.

Para ajudar a cumprir esta etapa, cada grupo contou com o apoio de um facilitador devidamente preparado com recursos e técnicas para dar suporte ao trabalho coletivo. O facilitador não representava nenhuma instituição ou organização ligada à oficina, e estava imbuído de dois propósitos primordiais: zelar pela qualidade da participação e apoiar os grupos para que suas propostas se tornassem idéias fortes. Cada GT escolheu um relator para apresentar suas propostas na Plenária Final.

1.4 PLENÁRIA FINAL

A plenária Final foi conduzida alternadamente por Paulo Amarante e Ricardo Lima, com apoio da equipe de facilitadores que apresentou, ao início da atividade, a metodologia a ser empregada.

Com a presença de todos os participantes, nela foram apresentadas as diretrizes e ações elaboradas nos GT's, constituindo assim um espaço de ampla reflexão conjunta, de enriquecimento das propostas e de identificação do grau de prioridade das mesmas.

As propostas dos GT's foram apresentadas consecutivamente pelos respectivos relatores, compondo o painel de propostas para consideração da Plenária. Em seguida foi feita uma nova leitura do painel e, simultaneamente, a indicação da necessidade de "destaque" por parte dos participantes, ou seja, para aprofundamento da questão, argumentações pró ou contra ou mesmo, para ajustes de redação.

Em seguida, como desdobramento, ocorreu o debate dos destaques, primeiramente das diretrizes e, em seguida, das ações correspondentes a

cada uma das diretrizes. Como metodologia para o debate, foi estabelecido que cada destaque deveria ter uma argumentação a favor e uma contra, seguidas de votação e aprovação. Na maior parte dos casos, a elaboração conjunta de uma nova redação pelos próprios debatedores possibilitou contemplar pontos de vistas distintos.

Durante todo o processo de debate e revisão das propostas de diretrizes e ações, as alterações e complementos que surgiram foram sendo visualizadas em tempo real em uma projeção multimídia e, ao ser finalizada sua redação, passaram a constar do painel impresso, de forma a permitir o acompanhamento integral pela plenária. Ao final dos debates os participantes indicaram o grau de prioridade das propostas de diretrizes e ações de cada eixo. A metodologia desenhada possibilitou a participação ampla e de qualidade, ao mesmo tempo garantiu que as propostas elaboradas fossem idéias-força que afirmavam consensos e catalisavam outras idéias. O objetivo foi propiciar um exercício coletivo de síntese, de identificação de pontos de convergência, divergência e priorização, simultaneamente registrando as especificidades que ilustram estas prioridades.

1.5 MATERIAL PRODUZIDO

Como resultado da oficina constituiu-se o Relatório Final com todas as falas transcritas, a metodologia, as diretrizes e ações aprovadas e a listagem de todos os participantes. Foram anexados ainda uma nota técnica, intitulada *Políticas Culturais de Inclusão das Pessoas com Deficiência*, que trata da acessibilidade e que foi produzida a partir das indicações da Oficina; a *Carta do Rio de Janeiro sobre Políticas Públicas Culturais para Inclusão de Pessoas com Deficiência*, um documento de princípios e orientações políticas elaborado pelos participantes, que contempla os principais aspectos debatidos e aprovados na oficina e, finalmente, uma moção aprovada, intitulada *Procrastinação da Dignidade e do Exercício dos Direitos Humanos*, relativa à Portaria 661 do Ministério das Comunicações.

Foram elaborados também três documentários, sendo um de vinte minutos, outro de dez e outro de um minuto. Todos os três vídeos foram produzidos também em versões com audiodescrição e com tradução em libras permitindo a acessibilidade de todos. Os vídeos estão apresentados no DVD que acompanha como encarte a edição do relatório impresso. O DVD também contém os áudios das falas dos palestrantes, para possibilitar a acessibilidade de pessoas com deficiência visual. O Relatório Final da oficina foi impresso também em braile.

Após apresentação dos resultados dos GTs pelos respectivos relatores dos grupos, anotações de destaques e debates – primeiramente das diretrizes e, em seguida, das ações – as propostas foram reformuladas, obtendo-se a redação final listada nas tabelas a seguir:

Diretrizes e Ações Aprovadas

PATRIMÔNIO

DIRETRIZES

1. Localizar, conservar, pesquisar, editar e difundir o patrimônio material, imaterial, intelectual e cultural dos artistas e das pessoas com deficiência, de modo a promover o seu reconhecimento como patrimônio brasileiro;
2. Garantir a expressão da diversidade cultural e artística popular e erudita;
3. Criar instrumentos para que a produção cultural possa acontecer e ser reconhecida nos campos artístico, ético, estético, social, político e cultural, apontando para a circulação e uso social do patrimônio.

AÇÕES

- 1.1. Mapear em nível nacional artistas, grupos, instituições e Centros de Referência de e sobre pessoas com deficiência ligadas à arte e à cultura;
- 1.2. Criar e estimular a criação de centros de memória ou observatórios relacionados à produção artística e cultural das pessoas com deficiência.
- 2.1. Garantir a preservação da memória através da participação do artista com deficiência dentro do Ministério da Cultura;
- 2.2. Garantir o uso de espaços públicos em todas as esferas de governo por projetos culturais e artísticos para/com/por artistas com deficiência.
- 3.1. Dar visibilidade para a produção artística e cultural da pessoa com deficiência;
- 3.2. Promover e apoiar a produção de diversas mídias de difusão existentes no país para dar visibilidade ao patrimônio e ao artista com deficiência.

PATRIMÔNIO (cont.)

DIRETRIZES

4. Incentivar a aproximação entre as ações de promoção do patrimônio dos órgãos das esferas federais, estaduais e municipais de cultura;
5. Dar visibilidade aos trabalhos artísticos e não a questão da deficiência.

AÇÕES

- 4.1. Mobilizar, sensibilizar e articular espaços de diálogo com gestores de cultura nos três níveis de governo, a iniciativa privada, o legislativo, os Conselhos de direitos e o Ministério Público;
- 4.2. Realizar um levantamento das iniciativas de preservação do patrimônio artístico e cultural das pessoas com deficiência nos três níveis de governo.
- 5.1. Realizar campanhas de sensibilização;
- 5.2. Realizar mostras e festivais de arte;
- 5.3. Realizar seminários de capacitação e troca de experiências de artistas;
- 5.4. Promover um intercâmbio eficaz entre artistas no âmbito nacional e internacional.

DIFUSÃO

DIRETRIZES

1. Recriação/criação de instância para difusão da produção artístico-cultural de pessoas com deficiência nos três níveis de governo, sendo que no nível federal propõe-se que seja na Funarte;
2. Garantir a participação das pessoas com deficiência na formulação e implementação das políticas de difusão.

AÇÕES

- 1.1. Promover intercâmbio de gestores da cultura e artistas através de fórum, seminários, mostras e festivais;
 - 1.2. Trabalhar com os fóruns de gestores da cultura (distrital, estadual e municipal) já existentes sobre as políticas de cultura para pessoas com deficiência.
-
- 2.1. Criar cursos de formação/capacitação para artistas e gestores;
 - 2.2. Desenvolver oficinas artísticas, culturais, eruditas e populares em geral, em regiões do Brasil;
 - 2.3. Instituir bolsa para manutenção de grupos e artistas;
 - 2.4. Criar Comitê de Acompanhamento e Fiscalização das ações propostas nessa oficina;
 - 2.5. Criar um blog pela organização do evento, acessível para todos, a fim de acompanhar as ações propostas nesta oficina;
 - 2.6. Instituição de espaços e oportunidades de ampliação da discussão desta oficina.

DIFUSÃO (cont.)

DIRETRIZES

3. Apoiar, implementar e incentivar a integração dos artistas com deficiência com os demais artistas no intuito de gerar um patrimônio artístico inclusivo;

4. Garantir que as políticas públicas de cultura tenham plena acessibilidade de acordo com o previsto na legislação nacional já existente e na Convenção Internacional.

AÇÕES

3.1.Promover mostras, festivais nacionais e regionais intercalados e feiras de arte;

3.2.Promover congressos e conferências de artistas e pessoas com deficiência ligadas à arte e à cultura para promoção do debate, da formulação de propostas e do acompanhamento das políticas públicas;

3.3. Realizar seminários de capacitação e troca de experiências de artistas com e sem deficiência;

3.4.Promover intercâmbios entre artistas com deficiência no âmbito nacional e internacional.

4.1 Criação de um comitê de arte e cultura para dialogar com todos os Ministérios visando ações conjuntas na promoção da Acessibilidade das pessoas com deficiência à arte e à cultura;

4.2 Recomendar à Secretaria de Comunicação da Presidência da Republica que incorpore ações de promoção da acessibilidade, conforme a legislação nacional já existente e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Onu);

4.3 Adequar todos os sites do Governo Federal aos requisitos de acessibilidade, conforme a legislação nacional já existente e a Convenção Internacional;

4.4 Criar ações de formação para profissionais de comunicação em torno das questões de acessibilidade, conforme a legislação nacional já existente e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Onu).

FOMENTO

DIRETRIZES

1. Garantir incentivos e recursos orçamentários para formação de profissionais com ou sem deficiência na área da cultura e para implantação e/ou implementação de manutenção de grupos, companhias, projetos artísticos e culturais com pessoas com deficiência;
2. Garantir a participação de grupos de pessoas com deficiência nos projetos em que haja recursos do MinC.

AÇÕES

- 1.1. Viabilizar a concessão de bolsas de formação de artista para artistas com deficiência;
 - 1.2. Promover plenas condições de acessibilidade nos locais em que promovem formação artística e cultural;
 - 1.3. Viabilizar a formação continuada de profissionais, com ou sem deficiência, relacionados à área de cultura, arte e informação para atuar junto a pessoas com deficiência na área cultural;
 - 1.4. Criar editais para implantação e manutenção de grupos ou projetos, companhias que contam com a participação de pessoas com deficiência;
 - 1.5. Fomentar, por meio de editais públicos, projetos culturais de pessoas com deficiência, sem comprometer a participação em outros editais;
 - 1.6. Criar um fundo público para bolsas, pesquisas, manutenção de companhias, formação educacional e fomento da produção artística;
 - 1.7. Criar editais de pontos de cultura para formação continuada de artistas com e sem deficiência.
-
- 2.1. Destinar 10% dos recursos públicos do MinC para eventos artísticos que tenham Pessoas com Deficiência;
 - 2.2. Criar Grupo de Trabalho para estudar alternativas para acessibilidade para artistas e pessoas com deficiência.

ACESSIBILIDADE

DIRETRIZES

1. Garantir que todas as políticas, programas, projetos, eventos e espaços públicos no campo artístico e cultural sejam concebidos e executados de acordo com a legislação nacional já existente que garante acessibilidade e conforme disposto na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Onu);

AÇÕES

1.1. Efetuar a revisão dos editais e elaboração de novos de acordo com a legislação nacional vigente e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Onu);

1.2. Promover a capacitação dos gestores, técnicos e avaliadores dos editais públicos levando em consideração os requisitos e parâmetros dispostos na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Onu);

1.3. Promover a revisão e adequação dos conceitos, mecanismos, pré-requisitos e critérios da Lei Rouanet e de todos os projetos, patrocínios, licitações e incentivos fiscais, federais, estaduais e municipais nos campos das artes e da cultura, na perspectiva de adequá-los à legislação nacional já existente sobre acessibilidade e à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Onu);

1.4. Garantir que a Política Nacional do Livro incorpore a legislação relativa ao livro acessível, cumprindo a Ação Civil Pública em curso;

1.5. Realizar a capacitação de patrocinadores públicos para que adequem seus editais relacionados à arte e à cultura à legislação nacional já existente sobre acessibilidade e ao que dispõe a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Onu);

1.6. Disponibilizar os instrumentos de fomento à cultura (formulários, leis, editais, etc) em braile, libras, audiodescrição, etc.;

1.7. Abrir editais para financiamento de projetos que promovam a adaptação dos espaços artísticos de modo a garantirem todas as formas de acessibilidade;

1.8. Criar um comitê de arte e cultura para dialogar com todos os ministérios visando ações conjuntas na promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência à arte e à cultura.

ACESSIBILIDADE (cont.)

DIRETRIZES

2. Sensibilizar e conscientizar os vários setores da população sobre Acessibilidade à arte e à cultura.

AÇÕES

- 2.1. Mapear as condições atuais de acessibilidade em arte e cultura;
- 2.2. Realizar, nas diferentes mídias, campanhas publicitárias com humor e criatividade de sensibilização da população em geral sobre o direito das pessoas com deficiência à acessibilidade, à arte e à cultura;
- 2.3. Realizar campanhas de informação sobre os direitos e os parâmetros relacionados à acessibilidade, à arte e cultura junto às instituições de pessoas com deficiência;
- 2.4. Mapear as demandas e necessidades relacionadas às profissões, tanto novas como já existentes, ligadas à acessibilidade em tecnologia assistida, visando o estímulo à formação de mais profissionais;
- 2.5. Realizar um novo encontro com a participação do Ministério da Educação;
- 2.6. Realizar campanhas e ações culturais que contemplem propostas de áreas transversais com as Pessoas com Deficiência (arte/educação, arte/saúde, arte/transformação social, arte/arte e outros) no campo erudito e popular.

Carta do Rio de Janeiro

Políticas Públicas Culturais para Inclusão de Pessoas com Deficiência

“Sob o olhar do outro estamos expostos à idéia de que o reconhecimento é baseado na diferença e semelhança. Lembrando sempre que o que nos assemelha É A DIFERENÇA.”

Elisabeth Caetano Almeida

Os participantes da Oficina Nacional de Indicação de Políticas Públicas Culturais para a Inclusão de Pessoas com Deficiência, reunidos no Rio de Janeiro, nos dias 16 a 18 de outubro de 2008, debruçaram-se sobre a tarefa de formular propostas de diretrizes e ações para que possam ser incorporadas à Política Nacional de Cultura, que se encontra em fase de elaboração/revisão. E nesta tarefa, estiveram orientados por alguns princípios e pressupostos:

Em primeiro lugar, insistir na necessidade de que as políticas, ações e comportamentos devem pautar-se pela compreensão e pelo acolhimento das pessoas em suas identidades múltiplas e diversificadas, sempre contemplando sua dimensão humana e cidadã e nunca a deficiência. Em segundo lugar, houve consenso da existência de um marco legal, amplo e bastante avançado, tanto no âmbito nacional quanto internacional, que afirma e visa promover e garantir os direitos das pessoas com deficiência. Fazem parte, entre outros documentos, a Declaração de Salamanca (1994); a Carta de Pirenópolis (1999); a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção de Guatemala, confirmada no Brasil pelo Decreto Lei nº 3.956/01, de 8 de outubro de 2001); as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – resolução CNE/CEB nº2/2001; Decreto Lei 5.296, de 2 de dezembro de 2004, regulamentando as Leis Federais 10.048 e 10.098/2000, que tratam da acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no Brasil; a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (Unesco/2002); a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Onu/2006) e o Plano Nacional de Cultura. Entretanto, os participantes da oficina reiteraram que o grande desafio é o de fazer cumprir essa legislação, seja por parte do Estado brasileiro, seja pelas organizações privadas e pela sociedade civil em geral.

Por fim, o terceiro pressuposto diz respeito especificamente à participação e a representatividade da pessoa com deficiência na atividade cultural. Sob o lema 'Nada sobre Nós sem Nós', os participantes da oficina, pleitearam não só o fomento e a difusão de suas atividades, mas sua inserção não apenas como objeto, mas como sujeitos na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de cultura.

DELIBERAÇÕES DA OFICINA

A partir das várias diretrizes e ações propostas nos quatro temas, os integrantes da oficina deliberaram a indicação de prioridades para o Ministério da Cultura, de modo a reiterar as urgências na sua implementação.

No tema FOMENTO, o debate esteve orientado para propostas que estimulassem a criação, a promoção e o desenvolvimento de propostas criativas, estéticas, artísticas e culturais por parte das pessoas com deficiência. A prioridade apontada foi a de *garantir incentivos e recursos orçamentários para formação de profissionais com ou sem deficiência na área da cultura e para implantação e/ou implementação de manutenção de grupos, companhias, projetos artísticos e culturais com e para pessoas com deficiência.*

No tema ACESSIBILIDADE, o enfoque foi o da promoção e o da garantia do direito das pessoas com deficiência a fruírem, contemplarem e vivenciarem as diferentes manifestações artísticas e culturais e experiências estéticas.

As prioridades definidas foram duas:

i) Garantir que todas as políticas, programas, projetos, eventos e espaços públicos no campo artístico e cultural sejam concebidos e executados de acordo com a legislação nacional já existente que garante acessibilidade e conforme disposto na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU);

ii) Promover o reconhecimento profissional das pessoas com deficiência e o seu acesso à formação artística e profissional.

No tema PATRIMÔNIO, o desafio foi o de formular propostas de diretrizes e ações que promovessem:

i) a acessibilidade de todos os setores da população às instituições materiais relacionadas às pessoas com deficiência que tenham uma representação política e simbólica;

ii) o reconhecimento e preservação do saber, da produção imaterial, da subjetividade, da cultura, das identidades e da produção artística e cultural das pessoas com deficiência. A prioridade definida foi a de localizar, conservar, pesquisar, editar e difundir o patrimônio material, imaterial, intelectual e

cultural dos artistas e das pessoas com deficiência, de modo a promover o seu reconhecimento como patrimônio brasileiro.

Em relação ao tema DIFUSÃO, os debates tiveram por foco a socialização e a divulgação da produção artística e cultural das pessoas com deficiência:

i) recriação/criação de instância para difusão da produção artístico-cultural de pessoas com deficiência nos três níveis de governo, sendo que no nível federal propõe-se que seja na Funarte;

ii) Garantir a participação das pessoas com deficiência na formulação e implementação das políticas de difusão.

RECOMENDAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

Coerentes com os pressupostos mencionados, os participantes da oficina manifestaram enorme preocupação com o fato de que o próprio Ministério da Cultura ainda não ter incorporado em suas propostas e iniciativas os parâmetros de acessibilidade definidos no Decreto Lei 5.296, de 2 de dezembro de 2004 que regulamentou as Leis Federais – Leis 10.048 e 10.098/2000 – que tratam da acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no Brasil; da mesma forma o que está estabelecido na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Onu, da qual o Brasil é signatário.

A plenária final da oficina também aprovou por unanimidade uma moção (anexo I), decorrente do manifesto contra o retrocesso representado pela Portaria nº 661 do Ministério das Comunicações, que adiou os prazos sobre adaptação dos veículos de comunicação aos critérios e parâmetros de acessibilidade definidos em lei. O texto do manifesto se encontra em: www.manifesto.ativo2.vilabol.uol.com.br.

Reforçou-se, ainda, a urgência de se garantirem mecanismos de participação da sociedade civil na formulação, implantação e monitoramento das políticas de arte e cultura.

Colocando em prática as diretrizes de participação, criou-se uma Comissão de Revisão da Redação das propostas da oficina, com funcionamento virtual. O grupo foi composto por Ana Lúcia Palma Gonçalves, Carlos Eduardo Oliveira do Carmo, Cláudia Werneck, Vera Lúcia Carvalho Portella e André Andries. Ressaltou-se o imperativo de que a publicação do documento final obedeça aos critérios de acessibilidade, conforme amplamente discutido na Oficina.

A partir da síntese e das propostas dos facilitadores do evento, este grupo teve por tarefa imprimir às diretrizes e ações aprovadas com maior uniformidade no uso dos conceitos e inteligibilidade ao conjunto.

Além da comissão de Revisão e no sentido de promover a transparência e o controle social, foram propostos a Criação de uma Comissão de acompanhamento e fiscalização das ações oriundas nessa oficina e de um blog, acessível para todos, a fim de acompanhar os desdobramentos. A SID/MinC ficou de avaliar as condições de implantação desta comissão considerando os processos de mudança que estão em curso no MinC.

Por fim, os participantes reafirmaram ao MinC a necessidade de imprimir um caráter de urgência à implementação de todas as diretrizes e ações apontadas pela Oficina.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 2008.

Mesa de Abertura

PATRICIA DORNELLES – MINISTÉRIO DA CULTURA | MINC*

Bom dia a todos. Em nome do Ministério da Cultura (MinC), por intermédio da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID) e do Ministério da Saúde (MS), por meio da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), damos início à Oficina de Políticas Públicas de Cultura para Pessoas com Deficiência. As pessoas com deficiência representam importante segmento social, tradicionalmente excluído das políticas públicas. Com base na Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade e das Expressões Culturais, a Unesco, a SID/MinC têm como caráter estratégico formular e implementar as políticas públicas que estimulem ações transversais de promoção da diversidade cultural brasileira.

A Fiocruz tem se empenhado na transformação do conceito de saúde entendida como qualidade de vida, introdução de cidadania. Entre os seus objetivos estão a promoção de saúde e desenvolvimento social, gerando e difundindo conhecimento científico e tecnológico e políticas públicas intersetoriais em saúde. Estes conceitos, que pautam a atuação da Fiocruz, vinculados ao Ministério da Saúde, fazem com que a mesma seja uma das mais destacadas instituições de Ciências e Tecnologia em Saúde da América Latina.

Considerando-se o potencial das atividades culturais produzidas por pessoas com deficiência, a SID e a Fiocruz, acreditam na necessidade de implementação de uma nova visão de política cultural, em que o respeito às identidades possa fomentar um país mais democrático, no sentido de facultar a todos o direito à criação, à produção cultural e sua plena fruição e difusão.

Em agosto de 2007 realizou-se a Oficina de Políticas Públicas para Pessoas em Sofrimento Mental e Vulnerabilidade Social, 'Loucos pela Diversidade'. Neste ano, no mesmo formato, espera-se que nesses três dias de oficina, as mesas de debates e os grupos de trabalho resultem num documento que aponte as diretrizes e ações de políticas públicas de cultura para este segmento, para pessoas com deficiência. Conforme as coordenações deste encontro, neste primeiro dia terão duas mesas de debates: 'Cultura e Deficiência – trajetórias e perspectivas', na parte da manhã, e 'Nada sobre Nós sem Nós', na parte da tarde. Essas duas mesas do dia de hoje devem

* Transcrição *Ipsis Verbis* a partir do áudio da Oficina Nacional de Indicação de Políticas Públicas Culturais para Inclusão de Pessoas com Deficiência.

servir de instrumento de reflexão sobre o tema: 'Expressões Artísticas, Estéticas, Produção Cultural pelas e para as Pessoas com Deficiências'. No dia 17, a mesa 'Patrimônio, Difusão, Fomento e Acessibilidade', deverá aprofundar as discussões para qualificar os debates dos grupos de trabalho que ocorrerão à tarde. No dia 18, encerramos a oficina com a plenária final, na qual devem ser discutidos e votados os encaminhamentos de cada grupo de trabalho.

O resultado deste encontro será publicado e os Ministérios da Cultura e da Saúde apostam que essa publicação venha a ser o instrumento orientador de políticas de cultura nos níveis federal, municipal e estadual. Queremos registrar aqui o apoio da Caixa Econômica Federal (CEF), a colaboração do Sr. Jorge Márcio e de Andréa Chiesorin. A Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural e a Fundação Oswaldo Cruz agradecem a todos os presentes e, principalmente, aos convidados que responderam prontamente às nossas solicitações. Para iniciarmos a nossa oficina, chamamos agora para compor a mesa de abertura o Sr. Ricardo Lima, Subsecretário da SID/MinC, Sr. Paulo Amarante, representando a Fiocruz, Vera Lúcia Fernandes, representando a CEF, Isabel Maior, representando a Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Dessa forma, passo a palavra para o Sr. Ricardo Lima.

RICARDO LIMA – SUBSECRETÁRIO DA SID/MINIC:

Bom dia a todos e a todas. Passo a palavra a Isabel Maior, da SEDH.

ISABEL MAIOR – SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS:

Bom dia a todos e a todas. É uma honra muito grande ter oportunidade de começar essa Oficina Nacional de Indicação de Políticas Públicas Culturais para Inclusão de Pessoas com Deficiência; e tanto é uma honra, como é um desafio muito grande. É um momento especial para nós, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Eu posso dizer isso em nome do Ministro Sr. Paulo Vanucchi, que tem um apreço muito grande pela área das pessoas com deficiência. E quando o Ministério da Cultura nos brindou com essa grande surpresa, essa Oficina Nacional, nós recebemos com uma expectativa muito grande.

Esse é um setor do governo federal que poderá contribuir muitíssimo com a inclusão de um segmento que corresponde a 14,5% da população brasileira. E mais do que fazer com que as pessoas com deficiência tenham acesso à cultura, no sentido pleno da palavra, o mais importante é que as pessoas com deficiência poderão contribuir também para o desenvolvimento da cultura no nosso país. Então, existem duas possibilidades de abordagem nessa oficina e eu tenho certeza que é isso que vai nortear todo o trabalho dos

grupos que, depois, terão alguma proposta para incluirmos na Política Nacional de Inclusão das Pessoas com Deficiência. Depois terei oportunidade de falar durante a mesa redonda e, gostaria, nesse momento então, de saudar os organizadores mais uma vez: a Fiocruz, à Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, a Caixa Econômica Federal, que apóia o evento e dizer que da parte da Secretaria dos Direitos Humanos, tanto da Coordenadoria Nacional quanto do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, instalada e representada na segunda mesa, podem contar conosco. Nós contamos com vocês! E acredito que será mais um trabalho que vai engrandecer a sociedade brasileira e vai fazer com que o governo brasileiro, em todas as suas instâncias, cumpra o seu papel de um poder aglutinador de uma democracia que faz com que cada um de nós possa pertencer ao conjunto da sociedade brasileira. Muito obrigada.

VERA LÚCIA FERNANDES – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL:

Bom dia a todos e a todas. É uma satisfação muito grande estar aqui na abertura deste evento de tamanha importância para a sociedade como um todo, especialmente para as pessoas com deficiência. A Caixa já é uma empresa pioneira na inclusão. Ela foi a primeira a trabalhar na inclusão bancária das pessoas menos favorecidas. Então, não poderia ficar fora desse projeto tão importante de inclusão. Conviver com as diferenças hoje é uma necessidade que nós temos, e a Caixa é uma empresa que se preocupa muito com as diversidades. Inclusive, a nossa missão é melhorar a qualidade de vida da sociedade e entendemos que inclusão pode ser inclusão bancária, inclusão social, inclusão cultural, qualquer que seja, ela favorece a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Por isso que a Caixa se identifica muito com este projeto, no momento que ela foi chamada a participar, ela imediatamente, se identificou porque faz parte da sua missão estar aqui junto com vocês. Queria parabenizar, principalmente, a Fiocruz por essa iniciativa tão importante para todos, e também a todas as pessoas e entidades que estão fazendo parte desse grupo, fazendo com que esse momento acontecesse.

Mais uma vez eu reforço a satisfação da Caixa, uma empresa pública, de estar aqui, junto com a Fiocruz, dando um pouquinho de si para que esse evento acontecesse. Parabéns a todos, e bom dia.

PAULO AMARANTE – LAPS/DAPS/ENSP/FIOCRUZ:

Bom dia a todos. Também quero falar da satisfação de estar participando deste momento histórico para toda sociedade brasileira. De estar dando este

passo a mais na construção de uma política pública com a participação dos segmentos envolvidos, formulando uma política que, a exemplo do que o Ministério da Cultura e o Ministério da Saúde têm realizado, tem assumido as políticas que estão sendo propostas nestas oficinas.

A Vera Lúcia Fernandes já falou da nossa emoção em relação à Fundação Oswaldo Cruz, que desde o nosso histórico, saudoso e querido amigo ex-Presidente da Fiocruz, Sergio Arouca, que a Fiocruz deixou de ser apenas uma produtora de ações de tratamento e de pesquisa de doenças, para pensar a saúde como cidadania, como qualidade de vida. É um dos trabalhos que nós estamos fazendo com o Ministério da Cultura, com o apoio imprescindível e muito generoso por parte das pessoas da Caixa Econômica Federal. Essa proposta tem transformado a idéia que nós pensamos de saúde. A idéia de saúde como inclusão e como qualidade de vida. Tradição essa, que a Fiocruz manteve e que tem inovado. É uma instituição muito democrática em que nós elegemos nossos dirigentes. É assim com o atual presidente, também uma pessoa reconhecida internacionalmente. Paulo Buss, nosso presidente, é o presidente da Associação Mundial de Saúde Pública e eu penso que isso é uma forma de demonstrar o reconhecimento que a nossa instituição tem no cenário internacional. E acredito que o nosso futuro presidente, o Paulo Gadelha, que tem nos apoiado desde o primeiro momento neste projeto, também manterá esta tradição de que saúde é, fundamentalmente, a transformação da vida, dos projetos de vida. E é isso que a Fiocruz se propõe, e é por isso que nós estamos aqui.

Eu quero mais uma vez agradecer essa possibilidade histórica que estamos tendo, junto com o Ministério da Cultura, e o apoio da Caixa Econômica Federal e todos vocês, agradecer a todas as pessoas que se locomoveram com enorme dificuldade. Todos sabem do tempo curto que tivemos, com tudo em cima da hora, muitos de vocês tiveram que mudar suas agendas para estar aqui presentes, porque conhecem e sabem da importância do momento que nós estamos construindo. Portanto, muito obrigado e bom dia a todos.

CULTURA E DEFICIÊNCIA: TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS

RICARDO LIMA – SUBSECRETÁRIO DA SUD/MINC:

É um grande prazer estar aqui. Quero dar um abraço em vocês no lugar do Ministro Juca Ferreira, que está na Colômbia numa reunião de Ministros do Cone Sul, e principalmente, do Sérgio Mamberti que é o meu chefe. Ele estava agendado para estar aqui, mas aconteceu um fato muito desagradável com o falecimento de uma pessoa da sua família. Ele me ligou e pediu prioridade que eu estivesse aqui o representando. Quero cumprimentar meus companheiros de mesa, a Isabel Maior, a Vera Lúcia Fernandes, da Caixa, que é fundamental nesse processo todo, que é quem está patrocinando este processo, e não é de agora que a Caixa participa, ela já participou do programa Arte sem Barreiras e do Além dos Limites. A Caixa é uma grande parceira, e o Paulo Amarante é uma locomotiva nessa história. Eu vou explicar um pouco para vocês porque chegamos nessa relação com deficientes e porque ela se dá também via Fiocruz.

É importante localizar que esse processo aqui é um processo de construção. Nós vamos trabalhar esse três dias, hoje, amanhã e sábado. É bom nos apropriar deste processo e precisamos nos apropriar também do que temos de acumulado entre vocês. Nós vamos fazer um processo de troca. Então, o Ministério da Cultura, quando o Lula chegou na presidência e chamou o Gilberto Gil, nós começamos reconstruir o Ministério, que estava bastante deteriorado. E já reconstruir com uma versão muito clara, que é a Convenção da Identidade e da Diversidade Cultural. O Ministério se faz num processo de construção dessa convenção que, resumindo, é o respeito às diferenças. O mundo é composto de pessoas diferentes, de grupos diferentes e tem que haver respeito a isso. Então, passamos a construir o Ministério partindo dessa premissa e desse norte e construir uma Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural para tratar da questão da diversidade, com base na questão das diferenças. Foi feito um planejamento estratégico dessa secretaria apontado para os setores dentro da diversidade cultural excluídos do processo de políticas públicas, existem setores que não tinham espaço nas políticas públicas do governo e muito menos das políticas de Estado. Então, começamos a trabalhar com os índios, com as culturas populares, com a questão de sexualidade, com a criança, com os pescadores, com vários setores importantes da sociedade e

sempre dialogando com estes setores e pactuando com estes setores, construindo políticas públicas junto com estes setores. Essa oficina é um exemplo disso.

Dentro desse nosso leque de áreas que queríamos atingir, um era a questão de saúde mental. E para tratar de saúde mental tem que se dialogar com a Fiocruz. Esse é outro método que mantém o Ministério da Cultura: dialogar com essa sociedade dentro do governo, dialogar com os setores dentro do governo que tratam de determinadas áreas. A Patrícia Dornelles é uma pessoa ligada ao Paulo Amarante há um tempo, que nos apresentou e foi amor à primeira vista. Eu acho uma coisa muito moderna uma entidade que trata a saúde como qualidade de vida. A Fiocruz, o Paulo principalmente, têm uma tradição de uma luta descomunal, e a Patrícia também, de uma política de saúde muito grande e eu fiquei deslumbrado com essa idéia de saúde. Saúde é qualidade de vida, não é remédio, não é hospital. E aí fizemos um projeto que se chama Loucos pela Diversidade, que já está a caminho, que já está se desenvolvendo no Brasil inteiro numa oficina como esta, conversando, debatendo, brigando, discordando, concordando e é um programa para a saúde cultural e para a saúde mental com ações e diretrizes que está na pasta de vocês, que é um belo trabalho e que vai se transformar e está se transformando em política pública de Estado, e isso, para mim, é uma grande diferença.

Uma das questões principais colocadas nesse programa foi o Plano Nacional de Cultura, que está indo para o Congresso Nacional para ser votado e é uma política de Estado de dez anos. Tem que cumprir o Plano Nacional de Cultura. Então, é um processo de construção de política de Estado. E, dentro desse ambiente, foi que nós começamos a discutir a questão da deficiência. A Funarte e o Ministério já tinham uma relação com o Movimento de Deficientes Físicos através do programa Arte sem Barreiras. Tem muitas pessoas aqui que fizeram parte do Arte sem Barreiras. Então já havia essa discussão na sociedade. Depois teve o Além dos Limites, que também é um processo de acumulação. Confesso para vocês que muita coisa se perdeu de um ano para cá. Nós estamos retomando este processo que não é a mesma coisa do Arte sem Barreiras, nem do Além dos Limites. Parte da acumulação que o Arte sem Barreiras tem, da acumulação que o Além dos Limites tem, mas ele é um passo maior e temos tido algumas dificuldades. Não é uma área que o Ministério domina e não ficamos com muita memória na Funarte. Então, nós estamos reconstituindo essa memória conversando com o pessoal do Arte sem Barreiras, vendo quem participou do Além dos Limites, partindo de indagações que temos e envolvendo vocês aqui hoje para construirmos essa proposta e um programa para a área, e estamos atrasados.

Nós estamos auscultando vocês, vocês são uma parte do movimento, vocês são uma representação do movimento deste setor, nós queremos ver

como devemos articular este setor de uma forma mais capilar, uma forma representativa, não que vocês não sejam representativos, mas vai ter que haver conferência, vai ter que haver fórum para ver como fazer para mobilizar este setor e construir um programa sólido, um programa que se transforme num Programa de Estado. E por isso os Direitos Humanos são fundamentais nesse processo, a Caixa Econômica é fundamental neste processo, o entendimento que a Caixa tem, a delicadeza que a Caixa tem em entender e perceber que é um setor que tem as suas características, os portadores de sofrimento mental tem que se entender, todos os setores têm que se entender.

É um prazer estar aqui e acho que vai ser muito rico o processo que vamos fazer nesses três dias, que vamos passar aqui e espero que saíamos daqui com uma proposta bem consistente e densa do programa de políticas públicas na área da cultura e já com um pacto feito com vocês. Vamos começar a trabalhar então, vamos trabalhar com alegria e com prazer. Essa oficina é composta de três partes: uma parte das mesas onde vamos fazer uma discussão mais teórica aproveitando a acumulação que existe a respeito de alguns temas. Essa de agora é a 'Cultura e Deficiência: trajetórias e perspectivas'. À tarde teremos outra mesa 'Nada sobre Nós sem Nós'. Essa parte de reflexão teórica é aberta ao público, qualquer pessoa poderá vir assistir. Os palestrantes vão colocar suas posições durante vinte minutos cada um, depois abrimos um debate com vocês. Amanhã participam aquelas pessoas que estão credenciadas para fazer parte da oficina e começa o planejamento estratégico. Vamos ter a abertura explicando a metodologia de como vai ser, quais são os nossos objetivos, vamos pactuar tudo, dividir os núcleos em quatro: 'Acessibilidade; Patrimônio e Memória; Difusão e Fomento'. Cada grupo discute as diretrizes e ações e depois, no sábado, voltamos para o plenário e o plenário prioriza as diretrizes e ações para sairmos daqui com um programa.

Todas as diretrizes colocadas vão ter as prioridades que terão que ser feitas imediatamente. Por último a publicação com tudo que aconteceu e um DVD que vai ser a nossa ferramenta para dialogar com o Plano Nacional de Cultura e colocar as diretrizes e ações dentro do Plano Nacional de Cultura. Então, começamos a pactuar agora vendo o processo que vai se desenvolver. Eu agradeço a todos os palestrantes dessa mesa. Vamos começar com a Andréa Chiesorin.

ANDRÉA CHIESORIN – ASSOCIAÇÃO VERY SPECIAL ARTS:

Bom dia. Estou emocionada de ver tantos artistas juntos e dizer que estou nervosa. Primeiro eu queria dedicar este encontro à Albertina, e que tenhamos a generosidade de saber conduzir esse novo caminho da mesma

forma como ela fez esses anos todos. Agradecer à Patrícia Dornelles por ter feito essa ponte entre nós e dizer que todos os encontros que eu tive com a Patrícia e vai muito do que o Ricardo falou na abertura, que é uma pessoa encantadora e que fala da transformação da vida em que ela soube caracterizar o que estamos fazendo aqui, porque toda vez que nos encontrávamos só falávamos de vida, de saber viver em cidade, de saber viver encontrando as pessoas. E o que vamos falar aqui é justamente um diálogo que possamos dialogar entre cultura e estética e vamos falar isso da arte vivida entre nós, artistas, pessoas com ou sem deficiência.

O Arte sem Barreiras é um programa brasileiro que desde 1990 foi desenvolvido em parceria com a Funarte e com o Ministério da Cultura. É um programa pioneiro no mundo em arte, estética e educação. Construção de um modo de vida e respeito à produção de pessoas com ou sem deficiência. Eu preparei umas imagens para mostrar para vocês da nossa oficina de Políticas Públicas Culturais para Inclusão de Pessoas com Deficiência. Essa imagem aqui [a partir daqui, tem início uma série de comentários acerca de imagens fotográficas exibidas no momento de sua fala, durante a palestra] é Arnaldo Godoy, Moira, Sebastião e demais outros amigos não videntes, é uma imagem do Bavcar, fotógrafo cego da Eslovênia, de quem fizemos várias exposições pelo Brasil. Vou mostrar essa linda imagem de corpos refletidos numa luminosidade. Vou fazer um breve histórico: a partir da Constituição de 1988, teve início uma nova forma de relação entre o Estado e a sociedade civil para a institucionalização de uma série de normas que ampliaram as possibilidades de participação dos cidadãos e entidades representativas nos processos decisórios em distintas esferas do Governo.

Nos anos seguintes, surgem centenas de movimentos e as entidades da sociedade civil demandando direitos políticos, civis e sociais. Em março de 1990, a professora e humanista Albertina Brasil dos Santos (1925-2004), criou a Associação Very Special Arts Brasil. Uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, composta por voluntários sob inspiração e, depois afiliação ao programa Very Special Arts, fundado em Washington em 1974, por Jean Kennedy Smith ^(N.E.) e hoje presente em 86 países nos cinco continentes. O programa brasileiro nomeado de Arte sem Barreiras desde o seu início, de forma pioneira no mundo, decidiu realizar ações e projetos de forma não segmentada. Inclusão foi a palavra-chave encontrada e que abriu portas para a realização de um diálogo cultural e estético entre pessoas com e sem deficiência.

Propostas iniciais do programa Arte sem Barreiras: promover e entrelaçar a produção artística de pessoas com e sem deficiência, por meios de intercâmbios e diálogos estéticos; estímulo a artistas, educadores e a investigadores da sensibilidade a serem lançados em pesquisas e produção de conhecimentos no

N.E. Jean Kennedy Smith foi embaixadora dos Estados Unidos da América na Irlanda, de 1993 a 1998. Em parceria com George Plimpton, escreveu "Very Special Artists: Chronicles of Courage / Artistas Muito Especiais: crônicas de coragem". É membro do Conselho de Relações Internacionais e milita no Comitê de Resgate Internacional.

campo da arte e da pessoa com deficiência; ampliar o entendimento da sociedade brasileira sobre essas novas expressões para dissolver barreiras estéticas e sociais; inserir o fazer artístico para pessoa com deficiência a contemporaneidade estética e ao desenvolvimento socioeconômico do país, gerando ocupação e renda.

Objetivos previstos e metas alcançadas de 1990 a 2008, dezoito anos de ação: apresentar e debater processos e experiências estéticas e inclusivas com e para as pessoas com deficiência, implantados ou em desenvolvimento no país; aproximar os educadores especiais, arte-educadores, dirigentes de educação e de cultura, pesquisadores universitários e demais profissionais das questões da arte realizada com e para pessoas com deficiências; subsidiar e promover a produção de conhecimentos em educação, arte e inclusão; desenvolver e apoiar ações de qualificação e requalificação em recursos humanos para atuação na área de atendimento à pessoa com deficiência; promover a difusão de ações e conhecimentos, bem como a troca de experiências que contribuam para assegurar os direitos e o exercício pleno da cidadania e a inclusão sociocultural das pessoas com deficiência; sensibilizar e conscientizar gestores culturais sobre a necessidade da inclusão de grupos e artistas com deficiência em programas e ou ações de natureza cultural visando a ampliação do mercado de trabalho; promover discussões sobre a acessibilidade dos artistas e do público em geral nos espaços destinados a manifestações artísticas; promover discussão sobre o direito do fruir estético nas artes visuais, dança, literatura, música e teatro e as adaptações e adequações necessárias para pessoas com deficiência visual, auditiva, mental, motora, cognitiva.

Parcerias que nós já tivemos durante esses anos: Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, FNDE, Unesco, Fundação Nacional de Arte, Ministério da Cultura, Universidades Federais e Particulares de várias regiões do país, Federação de Arte-Educadores do Brasil, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde) do Ministério da Justiça, Sesc, Sesi, Senai, Secretaria de Estado da Cultura e Secretaria de Estado de Educação de vários Estados do país, Fundação Banco do Brasil, Instituto Benjamin Constant (IBC), Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), Faculdade Angel Vianna, Escola Angel Vianna, Instituto de Pesquisa Arte Corpo e Educação Angel Vianna (Ipaceav), Defnet, Programa Baila Comigo, CVI, IBDD, Teatro Novo, Pulsar e tantas outras companhias e Apaes.

Agora vou falar um pouco do histórico desses dezoito anos, começando com a instalação, em março de 1990, da Associação Very Special Arts Brasil, estabelecimento de metas, entre as quais a realização anual de festivais e mostras Arte sem Barreiras; instalação no Brasil, na cidade de Niterói, do primeiro tear especialmente adaptado para portadores de deficiência, através

da instituição Saori filiada a VSA do Japão. Criação dos primeiros Comitês de Voluntários em vários Estados do Brasil, com apoio da Secretaria de Ensino Especial, do Ministério da Ação Social. Em 1992, foi realizado o I Festival Nacional de Arte, no Espaço Sérgio Porto, no Rio de Janeiro e seus primeiros encontros estaduais em Rondônia e no Rio de Janeiro. Atividades em 2004: Organização e realização do II Festival Nacional de Artes e o I Congresso Nacional de Arte e Educação Especial, no período de 04 a 06 de Novembro, em Juiz de Fora, com o apoio do Instituto de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, com palestras, mesas redondas e shows musicais com delegações de dez estados da federação.

Eu não vou ler tudo porque são muitos, mas alguns eu vou falar especificamente. Em 1995 estivemos no Espírito Santo com o Wellington Torres, no Festival Nacional. Em 1996, o IV Festival Nacional de Arte e o III Congresso Nacional de Arte-Educação Especial e, em 1998 foi a primeira vez que encontrei o Arte sem Barreiras, que era, na verdade, trabalhar com Jorge Márcio, do Defnet e falei que queria dançar e descobrir como faria isso. Foi o Primeiro Espetáculo Latino Americano que eu vi em São Paulo. A primeira vez que nos reunimos éramos quase duas mil pessoas num espaço com acessibilidade, que era o Sesc Pompéia, porque é isso que nós precisamos também, nos encontrar em lugares que tenham acessibilidade. Aí aparece um pouco de 1998, 2000.

Aqui é como começam acontecer as mudanças do Arte sem Barreiras. Aqui, em 2000, foi quando nós fizemos o I Encontro com a Arte-Educação junto com Ana Mae Barbosa, em Brasília. Um momento muito importante que nos reunimos com vários pensadores dessa arte e lá começamos a discutir uma questão interessante no programa que é pensar o que é arte-educação, o que é arte-processo e o que é arte-produto. E isso faz o marco de diferença nas suas ações daqui para frente e a importância de nos encontrarmos com os professores. Aqui [mais uma vez segue-se uma série de comentários acerca de imagens que vai mostrando] começam todas as viagens que vários artistas fizeram para a Turquia, para a África, em todos os anos tinham atividades que alguns artistas iam representar o Brasil no exterior. A VII Mostra em Bauru, aqui estão todas as nossas ações, são setenta páginas e não dá para mostrar tudo. E aqui foi um grande que a gente fez em Belo Horizonte, que foi um corte muito interessante porque decidimos lá que nós queríamos um teatro só para dança, um teatro só para teatro, um teatro só para música e quatro, se não me engano, seis para as artes plásticas, artes visuais. E lá fazemos um encontro com a nossa mestra Angel Vianna e que hoje é a grande homenageada do evento, que Angel faz essa questão da inclusão desde a década de cinquenta na sua vida. Então, os bailarinos homenageiam Angel e nós trazemos para

mostrar essa qualidade estética, que atingimos mundialmente, o Candoco (Dance Company), porque toda vez que a gente fala de dança – e eu vou falar aqui porque é linguagem artística onde eu danço – as pessoas falam que só quem tem estética com deficiência é o Candoco, da Inglaterra. E neste Encontro nos reunimos todos e mostramos que temos qualidade estética tanto quanto e foi um momento muito importante.

E aqui é outro momento muito importante que resolvemos sair pelo Brasil fazendo uma formação de professores. Nós capacitamos cerca de vinte mil professores no Pará, Sergipe, Santa Catarina, Minas Gerais e Distrito Federal e começamos a falar justamente que queremos que aquela cultura se mostre em arte, mas respondendo com a arte às necessidades especiais. E essa cartilha foi distribuída para várias instituições escolares sempre com muito apoio do CNDE. Até então a Albertina, ela estava na Funarte, mas ela não estava no organograma do pessoal da Funarte. Então, Albertina fazia articulação com o CNDE, com o Ministério da Educação, então, ela ia descobrindo como fomentar a verba para poder realizar. Nem todo mundo aqui é artista, mas nós vivíamos um momento muito difícil, porque sempre tinha dinheiro para o Congresso dos Arte-Educadores mas não tinha para os artistas, nós fazíamos paralelo sempre na carona do encontro com os artistas, era muito interessante isso. Quando a Sara Bentes vence o concurso 'Rosemary Kennedy', vai duas vezes representar o Brasil no exterior, porque ela foi duas vezes selecionada. Aqui, temos um momento muito interessante com a Dolores Tomé, que é o Curso de Musicografia Braille, que começamos a falar das tecnologias de comunicação que podemos ter. Então, fazemos o Festival Nordeste, lá em Aracaju, e em 2003 Albertina decide deixar de fazer mostras e resolve fazer encontros com gestores de cultura para que as pessoas que distribuíam dinheiro para os artistas vissem o que tínhamos para fazer. E aí é feito o I Seminário Gestão Cultural de Inclusão lá em Sergipe e foi um momento muito importante quando a Yole Mendonça assistiu o maravilhoso trabalho de Arnaldo Godoy, um diretor cego dirigindo atores cegos em 'Morte e Vida Severina'. E ela ficou encantada e disse que tínhamos que participar do Edital Público do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) e nós tínhamos que estar com um mês de evento do CCBB, abrindo para que a sociedade visse essa arte produzida. E assim nós acreditamos e fizemos. Essa é a imagem que temos de 2003 que foi um momento onde ainda estávamos com a Albertina junto de nós.

E em 2003, sensibilizados pelos olhares e pela fala de Arnaldo Godoy, resolvem que o Arte sem Barreiras tem que ter lugar dentro da Funarte e o Arte sem Barreiras faz parte da estrutura da Funarte. Aí, no meio tem o Rogério Andreolli e dá para ver o pessoal dançando ali naquelas luzes e nós saímos na capa, que tem o Arte sem Barreiras no Catálogo de Resumo da

Funarte de 2003. Nós fizemos um marco junto com a Isabel Maior, que foi a leitura do Ano Interamericano da Pessoa com Deficiência, foi um momento muito importante, em que nós pudemos dançar para o Lula, para o então Ministro, Gilberto Gil, para o Juca Ferreira, para o Nilmário e todos os convidados ministeriais, e eles puderam ter acesso à produção que nós desenvolvemos. Aqui temos o Ibero-americano que é uma imagem do Assis Aragão. Aqui ele está mostrando toda a programação do CCBB, que foram 30 dias com cerca de 800 artistas, em que vivemos pela primeira vez a sensibilidade de vermos atores interpretando por sinal de libras a peça. Então, tivemos um convênio com a Faculdade Angel Vianna e, nesse convênio, a professora de teatro Suzana Saldanha foi junto aos ensaios do teatro para saber o que está sendo dito nas peças, para que os intérpretes pudessem, ao mesmo, tempo transmitir ao público surdo e ao público cego.

Aí a Albertina falece e a Caixa Econômica passa a valorizar o programa Arte sem Barreiras e passamos a ganhar um milhão da Caixa Econômica. Quando ganhamos um milhão da Caixa Econômica, lá na Funarte fazem o programa Arte sem Barreiras / Mostra Rio. E depois saiu o Edital de 2006 que fez uma cartografia com 180 artistas e que não sabemos onde está esse mapeamento, mas são os novos artistas e fazem o Edital que lança e distribui 20 bolsas-prêmio.

Para fechar, aqui eu fiz o planejamento de 2009-2010 para refletirmos. Retomada do convênio em parceria institucional com a Funarte e Ministério da Cultura, aperfeiçoamento e pós-graduação com profissionais de educação. Projeto em parceria com a Faculdade Angel Vianna já aprovado pela Petrobrás em 2007; busca de patrocínio para bolsas de pesquisas e manutenção de artistas e companhias de teatro/dança no lugar de visuais/literatura; companhia de braille; busca de patrocínio para realização do VI Congresso Nacional de Arte sem Barreiras 2009; difusão de conhecimento sobre arte-educação e pessoa com deficiência; promoção de discussões no âmbito do Programa Nacional de Cultura e das assembléias previstas para alteração da Lei Rouanet, do Decreto 5.296, de 02 de dezembro de 2004, que estabeleceu normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, especialmente no Art. 23 da lei – que eu acho que não vem ao caso, todo mundo já está cansado de conhecer.

Aí está o Very Special Arts, que eu represento, a Associação Vida, Sensibilidade e Arte e a mostra do exemplo que é possível. Esse é um histórico da Pulsar. A Pulsar é a Companhia em que eu danço no Rio de Janeiro, que pertence ao núcleo de coreografia da Faculdade e Escola Angel Vianna, e mostra que a Pulsar tem vários Editais em que ela foi contemplada, Pró-Cena, do Estado, recebemos Comenda de Honra ao Mérito Cultural. E essa sou eu artista dançando careca. Bom dia e bom trabalho para todos nós.

Quero cumprimentá-los e agradecer ao convite para a participação deste encontro, porque já estou há algum tempo fora de relação com a gestão pública, me dedicando integralmente à universidade, mas eu não podia me furtar a contribuir com alguma experiência de reflexão sobre esse tema, sobre essa questão até porque, pela vida acadêmica e pela relação que eu pude estabelecer com as pessoas através da gestão pública, eu aliei sempre uma ação e reflexão com as equipes com as quais eu trabalhei de modo que, beneficiado por esse histórico que a Andréa fez, eu vou me ater a uma apresentação documental e reflexiva de um caso, ou seja, a situação que eu pude atravessar em Belém do Pará, nos momentos que estive cedido pela universidade, colaborando com a gestão pública da capital do Estado. É, portanto, uma experiência pessoal que me levou a perceber que na gestão pública, certas questões, e dentre elas a questão ligada ao nosso tema, a nossa comunidade, a gestão pública tem o movimento do cavalo de xadrez: avança duas pedras e salta uma para o lado, quando não recua. Então, isso me deu confiança e, ao mesmo tempo, uma condição muito crítica com relação a esses desdobramentos que percebemos depois de certos começos tão celebrados e tão cheios de atenções que vamos encontrando. De modo que é uma situação de casos. E como eu também não quero deixar de lado uma visão pessoal, e penso que, às vezes, nós levamos para o serviço público aquilo que pensamos da vida e do mundo, não tem esse foco no serviço público; você leva para ele uma dimensão ética, cultural, social que você já tem. Porque no serviço público, na área executiva você tem que executar e aí você tem que, necessariamente, levar um acervo de experiência que está ligado à emoção pessoal, à visão de mundo de quem dirige.

Como eu vou entrelaçar alguns fatos da minha relação com essa questão da deficiência e refletir um pouco sobre isso e colocar no final alguma sugestão. O primeiro contato que tive com essa questão, eu era professor de um curso de vestibular. E, de repente, no primeiro dia de aula – as turmas numerosas, como sempre – ouvi um barulho no fundo da sala. No intervalo fui até lá e era um aluno cego que estava tentando pegar os rascunhos gravados na sua máquina. O nome dele é Raimundo Lucas. Ia fazer vestibular para Direito num ano em que o Ministério da Educação havia implantado leituras obrigatórias para o vestibular e passaria a exigir o conhecimento dessas leituras através de poema conhecido para você identificar o autor, ou um trecho de um romance com um personagem principal, etc., para que a pessoa dissesse a que romance pertencia aquele texto. Eu vi o Raimundo Lucas, cego, numa realidade que não

tinha livros em braille: ele já entrava derrotado em várias questões que seriam enfatizadas porque estavam lançando essa exigência de leitura no vestibular. Fiquei com aquilo na minha cabeça, e quando voltei para casa pensei o seguinte: o jeito é eu gravar para ele, numa fita cassete, trechos de romances, poemas e vou compartilhar da sorte com ele. E eu fazia isso. Gravava todo final de semana duas, três fitas cassetes com pedaços de romance, sempre dizendo qual era o romance, o autor, a escola, etc., e gravava o trecho, e usava um pouco a experiência do magistério. E o Raimundo Lucas, que até hoje guarda essas fitas, ele ia colecionando e escutava lá na Associação de Cegos.

Raimundo Lucas passou no primeiro lugar no vestibular, em Literatura, principalmente, porque ele entrou com a inteligência que tem na mesma condição, ou quase a mesma, que os outros concorrentes. Quando, pela insensibilidade do Ministério da Educação de lançar um programa que exigia leitura e não havia, concomitantemente, lançado livros em braille para que os possíveis candidatos, que não tinham como ler pudessem concorrer de uma forma igual. Então, foi a primeira vez que vi que a tão decantada diferença entre os portadores e os que não são portadores, transforma-se, freqüentemente, em desigualdade. Ali eu não tinha uma situação de diferença, tinha uma situação de diferença transformada em desigualdade, que se procurou corrigir dessa maneira.

Fui professor universitário, fiz mestrado aqui em Campinas, voltei para Belém e o prefeito recém-eleito me chamou para ocupar a Secretaria de Educação e Cultura de Belém, isso em 1984. Eu fui. Quando a Secretaria teve obrigação de organizar o carnaval, que eu cheguei lá para ver a pista do desfile organizada, encontrei um cadeirante olhando aquela pista, antecipando na sua cabeça o que deveria ser um desfile de carnaval. Eu lhe perguntei: você já assistiu a um desfile? Ele respondeu que não, porque sempre ficavam as barreiras nas arquibancadas e não dava para se passar para ver, e onde é possível ver não pode subir com a cadeira. Eu perguntei a ele se eles tinham associação e ele respondeu que sim. Peguei o endereço e fui até lá. Chegando lá, eu falei que iria mandar fazer uma área da arquibancada adaptada para os cadeirantes subirem e assistirem do alto. Não só a rampa, como degraus para eles não ficarem um com a cabeça na frente do outro. Prometi entregar a eles os convites e eles se encarregariam de distribuir para os cadeirantes. E nos três dias de carnaval ficou assegurado esse direito daquele grupo de assistir ao desfile nos três dias. Foi uma coisa encantadora, porque era um deslumbramento, porque foi a primeira oportunidade que eles tiveram. Claro que isso importou em mandar fazer de novo uma arquibancada; eu tive que discutir com o Secretário de Finanças, porque eu precisei de um pouco mais de recurso para isso, mas consegui convencê-lo e isso aconteceu. Então, me deu aquela primeira sensação

das oportunidades perdidas e de possibilidades existentes para compensar isso. Essa parte ficou por aí. Em seguida, eu tive a oportunidade de entrar como Secretário de Educação do Estado. Na primeira reunião em que eu fui a uma escola, e era uma reunião de pesado debate político de professores sobre Direitos Humanos, deve ter tido alguma escaramuça num país destes que despertou a onda sobre Direitos Humanos, e chamaram o Secretário e eu fui; a idéia era imprensar o Secretário numa série de reivindicações. Quando cheguei lá, havia uma sala que não era grande, uma escada e um cadeirante lá embaixo. Eu lhe perguntei se ele não gostaria de assistir ao debate, e ele respondeu que não poderia chegar até lá. Eu lhe perguntei aonde ele estudava, e ele respondeu que estudava ali naquela escola. Eu perguntei como ele assistia às aulas, e ele respondeu que assistia do corredor, pela porta, porque sua cadeira não entrava na porta. Eu perguntei a ele como ele fazia para ir ao banheiro, e ele respondeu que o pessoal fazia gozação, porque ele tinha que sair da escola para ir à casa do vizinho onde era possível, lá no quintal.

Diante de uma reunião que discutia Direitos Humanos da “conchinchina”, tinha um problema de Direitos Humanos dentro da escola. No dia seguinte baixei uma Portaria pedindo o levantamento de todas as escolas, inicialmente, que tinham esse problema de acessibilidade, para que fossem imediatamente abertas as portas das salas e banheiros adaptados para isso. E que a partir dali, as construções deveriam obedecer a essa linha de inclusão. Foi feito e começamos a trabalhar. O que vou contar não foi minha iniciativa, mas foi iniciativa da professora Violeta Loureiro, que é minha esposa, que o governador havia convidado para assumir o Departamento de Ensino, uma vez que ela, sim, é voltada para educação como socióloga e muito envolvida com isso. E o programa que o Departamento dela desenvolveu e que nós aprovamos e não se usava o nome ‘inclusão’, foi o programa de colocar os alunos que ficavam na escola especial na escola normal. Foi difícil, porque primeiro tinha que reduzir o número de alunos por turma; segundo, não havia essa prática e os pais reagiram; e, terceiro, a Secretaria de Finanças não autorizou a contratar monitores e nem colocar mais professores na sala de aula, que são necessários numa situação como essa. Nós partimos para o sistema mesmo assim. Eu apenas consegui diminuir o número de alunos por sala, para vinte, porque isso eu podia fazer. E aí partimos para equipar como elemento de apoio a escola habitual e passamos a equipar melhor a escola para atender o ensino especial. Isso com apoio muito grande do Ministério da Educação. Aí se fez a questão das trilhas para os cegos, a questão do apartamento, laboratório, implantou-se a questão da impressora braille, computadorizada, para imprimir livros didáticos inicialmente, etc. e nessa fase de 1990 a 1993, 1994 a Unicef fez um encontro lá em Portugal e convidou a Secretaria de Educação de São Paulo e a do Pará para

participar, porque eram Secretarias que estavam trabalhando na linha que a Unicef queria implantar, que era da inclusão. Ele veio com as explicações sobre inclusão, etc., Então, tivemos essa fase e a professora Odinéia foi uma grande incorporadora deste programa, avançou bastante, levamos para Santarém, que é a maior cidade do interior do estado, também no sentido de laboratórios e trilhas, etc. enfim, estava trabalhando na Secretaria de Educação, então era necessário esse ângulo.

Quando eu saí, a pedido do governador, porque o núcleo era político na gestão, de modo geral, então surgiram muitos problemas e o governador me pediu para criar outro órgão do estado, porque achava que a Secretaria de Educação já estava no ponto de caminhar. E eu pude criar o Instituto de Arte do Pará (Iap), voltado para as artes. E foi neste Instituto, já na sua formação, que eu coloquei a participação de portadores de deficiência dentro do programa regular. Porque eu pensei: a arte é a maior expressão simbólica da cultura e ela tem um poder de transformação extraordinário, porque ela trabalha com a emoção, com a paixão e ultrapassa o tempo da reflexão, ela é impulsionadora do processo, além do que, ela é a expressão simbólica de uma cultura. Por isso era ideal extravasar com essa questão da arte e da estética no Instituto de Arte. Por exemplo, havia editais para o Arte sem Barreiras, para os que praticavam. Porque eu não poderia colocar concorrendo um texto teatral, um texto coreográfico com a mesma linha daqueles que já tem o equipamento para isso, o repertório para isso e uma tradição acumulada. Eu tenho que encarar que é abertura de um caminho novo, é quase que refazer o caminho na sociedade. Você tem que criar repertório, criar espaços, criar público, criar continuidade, dar treinamento, aperfeiçoamento, criar relações interestaduais para fortalecer o movimento que é o movimento que trabalha quase na marginalidade. Porque é incrível que você ainda tenha que argumentar que é importante, mas em todos os nossos encontros nós gastamos a maior parte do tempo querendo convencer os gestores de que aquele tema é importante, é importante trabalhar com eles. Lamentavelmente, se essa importância já tivesse sido reconhecida socialmente e na gestão pública, não precisaria argumentar sobre a sua importância, já teria um fluxo natural na própria programação, nos programas que fossem estabelecidos para continuidade.

O Iap foi quando a Albertina aconteceu na nossa vida, como aconteceu com quase todos daqui. E aí passei a essa relação muito estreita com o Arte sem Barreiras. Ela me pediu o texto que ela depois publicou, que foi a relação da estética com a ética, que eu acho a relação fundamental nessa questão. Porque arte, sendo a provocadora de uma união social pela emoção, ela importa também numa atitude ética diante dessa comunidade. Então, é indissociável, quando se trata dessa questão, a intercorrência entre estética e ética. Até porque, não se

pode trabalhar com os mesmos conceitos de arte, de beleza e de formação artística que se trabalha com a tradição das artes já consolidadas. É uma faixa que exige determinados recomeços de procedimentos que não estão ainda incorporados no usual dos programas institucionais e das atividades. Era absolutamente necessário recomeçar a pensar fazendo, a fim de que a prática pudesse informar as linhas teóricas que se pudessem seguir. Resumindo, ao sair da Secretaria Municipal, o programa sumiu. No carnaval seguinte não tinha mais aquela área de acessibilidade, porque alegavam que aquilo perdia dinheiro na arrecadação do carnaval. Porque a Secretaria de Finanças e Planejamento são as maiores opositoras e entravadoras de programas sociais, de programas nessa linha do Arte sem Barreiras ou de portadores de necessidades. Tive que lutar na Secretaria de Educação para poder fazer essas coisas que eu resolvia muito simploriamente, mas eu tinha certa condição pessoal de forçar isso. Mas, assim que sai para outra instituição, no ano seguinte, as turmas de vinte alunos foram aumentadas, cessou um pouco o orçamento para a escola especial, quase venderam a impressora braille e os outros equipamentos que já haviam sido adquiridos. Ou seja, sair da preocupação por motivo econômico sempre, motivo financeiro, motivo orçamentário. E aí foi murchando ao ponto de a Odinéia, que era uma professora excelente, ter que se retirar do programa angustiada com isso. Não porque não tivesse repercussão, mas porque não tinha mais como lutar e aí a gerência da Secretaria já não tinha também o mesmo tipo de visão.

No Iap, que é o Instituto de Arte do Pará, na relação com o Arte sem Barreiras, nós conseguimos uma experiência que se multiplicou na cidade, que foi a formação de um grupo de pessoas para espetáculos nessa atividade. Os cadeirantes, sobretudo, geraram um grupo de dança que é o Roda Pará, a professora Marilena está aqui participando conosco, que foi quem teve a generosidade de absorvê-lo, porque o Iap foi deixando de lado. Nós tivemos doze encontros de Arte sem Barreiras lá, o Roda Pará chegou até a ganhar prêmio nos outros festivais neste sentido, e foi de tal maneira relegada essa questão, que se ela não tivesse absorvido e levado para sua academia de dança e enfrentado esse silêncio, teria se diluído uma experiência que foi magnífica do ponto de vista emocional, social e artística. Então, esse tipo de salto para um lado de recuo que realmente me dá uma preocupação fora do comum, porque fica a gestão pública na dependência do particular. Ou seja, a gestão pública fica na dependência da sensibilidade ou da cabeça de quem dirige o órgão durante aqueles anos. Não há a incorporação pelo sistema público da seriedade, da necessidade e da importância pública desses programas. Então, quando tem alguém que briga por eles e tem chance de brigar, consegue manter, mas quando não tem se arruina uma construção, porque ela não foi

absorvida pela instituição pública, ela não se tornou uma política pública, tornou-se uma política tolerada diante de pessoas que são chatas, que buscam companheirismo para fazerem pressão e continuarem os programas.

De modo que eu vejo na arte e na relação da estética com a ética um imenso caminho. Vendo que eu posso mais insistentemente colaborar, porque a arte ela tem essa qualidade da paixão, e a paixão de estar junto, a paixão no sentido em comum, desinteressada de outra coisa que não seja a pureza do sentir em comum diante da beleza que a arte introduz. Mas este sentimento comum, numa ética de estar juntos, da ética da solidariedade, uma ética do companheirismo, que é uma decorrência natural da estética social que faz estar junto uma celebração do rompimento das diferenças em benefício de uma esperança da unidade das pessoas, etc. De modo que eu queria colaborar com esse tipo muito breve de reflexão, desculpe se eu puxei como testemunho, mas a minha consciência é fruto da minha prática. Eu não queria que vocês imaginassem que estou insistindo na importância de tratar arte e estética como vetor ético de socialização e de inclusão, pensando que fosse apenas uma idéia abstrata, não foi. Foi uma idéia que me veio através de uma prática que me deu uma emoção pessoal extraordinária, mas que foi também coroada com uma angústia na medida em que eu vi que nós ainda perduramos numa era que apesar de proclamarmos as políticas públicas, elas ainda estão muito na dependência da ocupação privada do órgão público durante um certo período. Creio que a nossa luta é no sentido de institucionalizar o programa, e eu estou apenas focando pela área pública. Institucionalizar para que eles garantam a persistência, a duração, e tenha o percurso da rainha e não do cavalo que seja o percurso que avança para ser coroada de êxito, e não esse eterno desvio que nos angustia e que nos reúne e que esperamos, pela paixão que temos, superar e alcançar uma outra dimensão. Obrigado.

ISABEL MAIOR – SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS:

Mais uma vez bom dia, quero cumprimentar a Andréa Chiesorin, o João de Jesus Paes Loureiro, que acabou de comentar toda essa trajetória importantíssima e também a Andréa, que falou sobre Very Special Arts, e dizer de imediato ao Ricardo Lima que existe muita coisa para ser feita realmente, e não somente na Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, mas em todo Ministério da Cultura, em cada uma das Secretarias há muito a ser traçado de política pública. E vou colocar aqui mais ao final alguns desses desafios que nós, como Órgão de Articulação da Política para as Pessoas com Deficiência, já estamos enfrentando muita dificuldade de um diálogo de governo para poder fazer com que, realmente, o MinC desenvolva ainda mais um trabalho lindo que já é feito,

mas também na área das pessoas com deficiência. Eu vou falar do ponto de vista não do artista, não da produtora de arte, mas sim da gestora de política pública. Algumas questões que eu vou ter que mencionar aqui são relacionadas à política pública, a leis, a decretos, a uma série de documentos, e como médica, possivelmente terei algumas escorregadas na área do direito, mas o que nós queremos trazer basicamente é um pouco da trajetória que foi pedido e das perspectivas que nós temos. Dentro deste aspecto, quero mencionar que nós estamos comemorando os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e quase todos nós conhecemos, se não o enunciado inteiro do Art. 1º da Declaração, mas todos nós sabemos que nascemos livres e iguais e que devemos ter uns para com os outros espírito de fraternidade, resumindo o Art. 1º que está colocado na tela. Isso significa que nós temos que fazer uma pergunta que o Ministro Paulo Vanucchi sempre faz: será que nós somos realmente livres e iguais? O João Paes Loureiro acabou de dizer que não. A desigualdade tem marcado o nosso país, e ao marcar o nosso país, marca vários segmentos da sociedade brasileira, entre eles, o segmento das pessoas com deficiência.

Nós estamos comemorando a Declaração Universal dos Direitos Humanos porque sempre se deve comemorar, porque estamos sempre caminhando para nós, ainda que possamos reconhecer que os avanços precisam ser mais rápidos e mais sólidos. A Onu culminou a expressão para este ano que é "Dignidade e Justiça Para Todos". E no Brasil trabalha-se com a expressão: "Iguais na Diferença". Isso é muito importante porque a diferença não é desigualdade, a diferença é que nos caracteriza no fato de sermos únicos, de sermos singulares e de constituirmos um plural que é o valor de toda a humanidade. Então, nós estamos realmente, comemorando porque há muito que comemorar, no Brasil, em relação aos Direitos Humanos. Temos respondido à Corte Internacional por transgressões de Direitos Humanos, mas também temos avançado e o fato de a área da política da pessoa com deficiência no nosso país se encontrar na área de Direitos Humanos desde 1995, com mais ênfase a cada ano na gestão de Nilmário Miranda e agora na gestão de Paulo Vanucchi, dentro do governo do presidente Lula, é importante que se ressalte isso, porque passando à trajetória nós vamos entender o que eu quero dizer.

A Corde – antes de mais nada, que se entenda que essa coordenadoria tem essa função articulatória de buscar nos setores do Governo Federal, não só do Governo Federal e da parte executiva, mas no Executivo com as várias esferas do Executivo e, também, do Executivo com o Legislativo e com o Poder Judiciário. E trabalhamos muito diretamente com o Ministério Público, que tem a seu cargo e encargo a questão da defesa dos direitos de todo o coletivo das pessoas com deficiência. Trabalhamos também na área de Representação Internacional do Governo Brasileiro para Assuntos da Pessoa com Deficiência,

trabalhamos com o fomento, com a preparação e planejamento das políticas públicas e trabalhamos com o apoio a projetos, apoio à difusão da informação, trabalhamos com a questão do tratamento de dados estatísticos, para que nós possamos embasar melhor as propostas e as políticas. Política nada mais é do que um compromisso entre o governo e a sociedade. E esse compromisso é sério na medida em que nós quantificamos, inclusive, o orçamento que é alocado para essas ações. Eu não sei quantos de nós aqui presentes somos mais artistas ou mais gestores. Eu até faria essa pergunta: há gestores da política pública aqui no auditório? Gestores de arte, gestores da área cultural, mas gestores e que fazem política pública a que estamos nos referindo? Um grande número de artistas e eu aqui presente. Possivelmente eu vá falar mais diretamente ao público dos gestores. Os gestores têm um papel primordial para que os artistas possam exercer o seu ofício, independente de terem, ou não, algum tipo de deficiência. E mais do que isso, nós na área governamental, imbuídos da força do poder da administração pública, temos interesse real para estar aqui para entender a partir da vivência das pessoas com deficiência, que estão no campo da arte e da cultura, quais são realmente as necessidades mais prementes, porque algumas não estão documentadas, mas é possível que outras tenham que ser transmitidas e traduzidas de uma maneira diferente. A Corde trabalha em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e estará aqui presente em outra mesa.

Essa trajetória, eu mostrei de uma maneira muito sumária e não vou ficar lendo todos os slides, eu vou deixar esse material aqui, ele é um pouco exaustivo exatamente para isso, não para que eu vá dar conta dele, é para servir de um roteiro para os grupos de trabalho. Então, nós começamos na área da pessoa com deficiência com instituições de atendimento. Quem de vocês conhece a instituição de pessoas com deficiência e aqueles que trabalham nessa área há mais tempo? Começa na assistência social, começa na área da saúde, e depois na área da educação especial. Mas há também entidades que cuidam de pessoas com deficiência, que fazem atendimento. E aí nós temos aquele modelo tanto de separação, da segregação como depois o modelo da integração, que é a tentativa de fazer com que haja brechas na sociedade onde as pessoas com deficiência e suas famílias possam se encaixar, mas não é um encaixe perfeito, é um encaixe doloroso, porque quem paga o ônus é o lado da pessoa com deficiência ou da família, ou dos profissionais que a detém, mas a sociedade de fato não percebe, essas pessoas são invisíveis para a sociedade. E esse é um ponto que nós temos que verificar até onde ele já foi superado. A Onu, ao cunhar 1981 como o Ano Internacional da Pessoa Deficiente – essa é uma nomenclatura da época – ela dá um salto sensacional e o nosso país dá esse salto junto. Tanto na área pública e, especialmente, na área do movimento

social. É no final da década de setenta e no início da década de oitenta, e durante todo o período da década de oitenta, que firma o Movimento Social das Pessoas com Deficiência. Esse é um movimento que ainda não tem memória, é um movimento que é mais polarizado. Nós conhecemos a história que é passada de um para outro, mas nós estamos tratando isso agora com o trabalho da Corde e a Organização dos Estados Ibero-americanos, onde durante dois anos nós vamos coletar todo o Brasil através de depoimentos, através de arquivos que são mantidos muitas vezes no domicílio das pessoas que trabalham com pessoas deficientes, ou são pessoas com deficiência, ou mantêm o arquivo de alguém que já faleceu, e nós vamos, então, buscar essa história para que ela, através da historicidade, se transforme em algo perene, em algo que seja motivo de fortalecimento do próprio movimento e de estudo.

Depois do Ano Internacional nós vamos apresentar a questão do movimento como protagonista, as próprias pessoas com deficiência ganham voz e começam a falar e participar dos nossos espaços públicos. É aí que surge o papel, na sociedade, de pessoas com deficiência na Constituição de 1988. Muito positivo para o movimento social, no Brasil, a Constituição acontecer em 1988. A partir da Constituição, logo em 1989, vem a Lei nº. 7.853 com uma Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Estou usando nomenclatura também da época de 1989, isso já é Corde, a coordenadoria. A partir daí, nós vamos mudar o modelo, não é o modelo que hoje nós trabalhamos é o modelo que vocês vão trabalhar aqui nos grupos na oficina, que tem uma proposta muito bonita e muito desafiadora que é o modelo da inclusão verdadeira. É um modelo onde todas as peças se encaixam. Não somente das pessoas com deficiência, mas de qualquer grupo vulnerável, de qualquer grupo que tem sido mantido à margem, de qualquer grupo que tem sido invisibilizado pela sua própria condição histórica e de não reconhecimento como pertencente à sociedade.

Vários documentos foram produzidos pela Organização das Nações Unidas, declarações sobre a deficiência mental, sobre a pessoa com deficiência física, depois do Ano Internacional, um Plano de Ação Mundial e ao final da primeira década que vai chegar até 1992 e sai em 1993, um conjunto de normas que prevêem a equiparação de oportunidades, que é justamente tentar sair do regime de isolamento, sair de uma grande desigualdade da linha de partida e tratar 'diferente de forma diferente' para chegar à igualdade, isso se chama equidade. E exatamente uma política de equidade, por bem, que também traz uma política de ação afirmativa que os segmentos das pessoas com deficiência no Brasil têm, tanto na área do trabalho como na área de uma série de benefícios sociais que ainda se fazem necessários pelo fato que vamos ver agora com o perfil e o diagnóstico das pessoas com deficiência.

O movimento se transforma e é ainda movimento de luta. Tanto que nós temos o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, que é dia 21 de setembro, por lei. Durante muitos anos foi comemorado na abertura da primavera como algo a florescer, mas ainda é um movimento de luta e é bom que continue sendo, porque enquanto nós temos luta, não no sentido da arma, mas luta em termos de energia para transformar, isso é importante que permaneça. Depois surge a questão do direito. A pessoa com deficiência buscando seu espaço como sujeito de direito. E todo sujeito de direito tem direito, inclusive, direito de acesso à cultura. Esse é um ponto que já está na Declaração Universal de Direitos Humanos, o acesso à cultura como direito básico e fazendo parte das liberdades fundamentais. Continuando esta questão, vamos verificar que as pessoas com deficiência têm ainda a deficiência com a pobreza, uma relação direta. E essa situação continua imobilizando e invisibilizando esse conjunto que não é pequeno. Chegamos, então, ao conceito do que é pessoa com deficiência. Aqui, primeiro o conceito de deficiência trazido por uma Convenção da Organização dos Estados Americanos, de 1999, mas que o Brasil ratifica para a convenção de eliminação de todas as formas de discriminação. Então, vou falar a palavra discriminação porque ela é real, ela ainda existe, ela está muito presente na sociedade brasileira, não só com relação à pessoa com deficiência, nós somos discriminadores desde a nossa cultura que nos ensinou a ser assim e nem o fato de uma pessoa ser deficiente ou pertencer a uma minoria que é discriminada, deixa de fazê-la também um ser discriminador. Nós temos que mudar muita coisa até que possamos olhar com mais naturalidade para a diferença. E não entender a diferença como uma desigualdade que dê para ser mantida, que dê para ser preservada. Existe uma diferença entre preconceito e discriminação, que acho que todos aqui conhecem. O preconceito você tem uma idéia preconcebida. Na discriminação você tem uma proatividade negativa que faz com que aquele segmento que você discrimina, de fato, sofra mais e seja impedido, não são retiradas as barreiras para o seu crescimento e a sua inclusão.

Vou falar no conceito da deficiência que vem com a OEA, em 2001, e que o Brasil ratifica que, pela primeira vez, se associa a deficiência ser causada ou agravada pelo ambiente econômico e social. Então, isso já é um avanço muito grande, porque sai de cima dos ombros da pessoa com deficiência e da família, esse problema que parecia pessoal, único, individual. E percebe-se que não. É um conjunto, uma situação coletiva, toda sociedade tem a sua responsabilidade. E aqui são alguns indicadores socioeconômicos: 70% das pessoas com deficiência vivem abaixo da linha da pobreza – esse dado não é inventado, ele é estatístico. O Brasil tem o melhor censo sobre pessoas com deficiência, junto com o censo do Canadá. Temos 90% de pessoas com deficiência fora do mercado de trabalho. Pode até estar algumas destas pessoas

no mercado informal, mas no mercado formal de trabalho, apesar da nossa política compensatória de ação afirmativa e de reserva de postos de trabalho na área privada e na área pública, nós ainda temos um conjunto absolutamente dispare entre aqueles que trabalham e têm renda e aqueles que não conseguem chegar ao mercado de trabalho. E a questão da escolaridade é muito baixa. Só para se ter uma idéia, num grande programa que nós temos que é o Benefício de Prestação Continuada, que eu acredito que muitas pessoas conheçam o Benefício Loas (Lei Orgânica da Assistência Social), que paga um salário mínimo, atualmente, a um milhão quatrocentos e cinqüenta mil pessoas com deficiência que pertencem a uma classe muito pobre, além de pobre, eu diria, miserável. Dessas pessoas, em torno de 380 mil tem até dezoito anos. E desse conjunto só 75 mil estão na escola. Significa que somente 21% estão na escola. O programa Vem Crescer na Escola, vem para, justamente, poder modificar uma política pública que era importante, por ser de distribuição de renda, mas absolutamente insuficiente por não promover o acesso à educação, à cultura, ao trabalho e a todas as demais situações, à saúde, como um dos exemplos.

Quando nós chegamos na Onu, com a nova Convenção, essa que eu estou trazendo para trocar para a nossa discussão, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que foi promulgada pela Assembléia das Nações Unidas em dezembro de 2006, e agora recentemente ratificada pelo Brasil, essa convenção é uma convenção de não discriminação, é uma convenção que finaliza e cristaliza os modelos anteriores e firma o modelo da inclusão. É hora de falar sobre a inflação de oportunidades e mais uma vez sobre a autonomia das pessoas com deficiência. Então, é a próxima mesa que virá a seguir, 'Nada sobre Nós sem Nós'. Isso é uma importância muito grande. Isso não quer dizer que as pessoas que não têm deficiência não possam se envolver com a questão, absolutamente, não é isso, não é separatismo, mas é a questão de ouvir aquela pessoa que antes não tinha como se expressar diretamente. E essa ratificação no nosso país foi extremamente feliz. É a primeira Convenção de Direitos Humanos que se insere o status constitucional. A legislação agora para pessoa com deficiência é situação de Supremo Tribunal Federal. Então, nós temos um instrumento muito forte na mão, e começar a desenhar uma política pública na área da cultura nesse momento, em que o dia 09 de julho se transformou num documento constitucional, é um trunfo para essa oficina. Já começa de um patamar muito mais alto, já podem fazer determinações e não, apenas, indicações. Essa talvez seja a coisa mais importante que eu queria dizer a vocês e a todos nós.

Além de ratificar internamente, o Brasil depositou, tanto a Convenção como o Protocolo Facultativo no dia 1º de agosto na Onu. O Protocolo Facultativo

54

é um documento que todos os países estão criando coragem para assinar. Muitos assinam, ratificam a convenção, mas não se atrevem a ratificar o Protocolo Facultativo. Esse Protocolo significa que um cidadão brasileiro pode apelar ao Comitê Internacional de Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência, se houver violação dos Direitos Humanos no nosso país que não seja resolvida em todas as instâncias internas. Isso mostra o quanto o país está comprometido com a área de Direitos Humanos e, em última análise, o quanto nós não queremos violar esses direitos. E não queremos violá-los em relação à cultura. Depois vem o propósito da convenção e o significado de pessoa com deficiência. Mais uma vez, voltando o peso na deficiência na questão do desempenho da funcionalidade que se modifica totalmente em função das barreiras que são criadas, barreiras que são impostas e deveriam ser removidas e não são. Eu não estou falando de rampa, não estou falando de degrau, estou falando de tudo: da comunicação, da informação, a ausência de intérprete de libras aqui conosco é uma violação de direitos; a ausência do material em braille é violação de direitos; a ausência da preparação deste vídeo que está sendo feito sem legenda, sem janelas de libras e sem audiodescrição, é violação de direitos. Nós temos que ter tudo isso em mente, principalmente quando estamos falando de cultura e diversidade. Eu acho que a diversidade está exatamente aí, na preparação, na comunicação da informação que nós temos que ter em relação à arte e a cultura. Não que exista uma cultura separada de pessoas com deficiência, podemos discutir um pouco aquela cultura surda, mas as pessoas com deficiência pertencem à cultura brasileira, com raízes afros, com raízes italianas, com raízes que vêm da Alemanha, que vêm de todas as influências, da influência indígena, mas a cultura é cultura brasileira.

Então, essa diversidade ela está muito mais na possibilidade de se expressar do que na possibilidade de receber a informação artística e participar igualmente. Aqui estão os Princípios Gerais da Convenção. O mais importante, no meu entendimento, para essa discussão, talvez seja o último. A questão da identidade da criança com deficiência. A criança que tem o direito de se expressar como criança com deficiência. A criança tem o direito, por exemplo, de ter brinquedos que representam crianças com deficiência. E é assim brincando, através do lúdico, que se desenvolve também a personalidade artística, e isso é muito importante.

Tudo aqui é importante. São princípios importantes e desses princípios derivam o artigo seguinte: as obrigações do Estado. E vamos falar um pouco da lei para a política e da política para a ação. É muito fácil estar na lei, é muito fácil estar no decreto, mas é muito difícil estar no dia-a-dia. Depende do que já foi dito aqui pelo Ricardo: compromisso político, compromisso real, compromisso de alocação no PPA, no Plano Plurianual, nos programas, nas decisões, nas

ações e no orçamento. Mais uma vez um orçamento dimensionado para a realidade do programa com o qual você está lidando. E agora nós temos sim, uma agenda positiva, uma agenda com recursos orçamentários de ações priorizadas pelo governo. Essa agenda traz a questão da reabilitação das trocas que vão permitir que as pessoas se locomovam, saiam da sua situação. Tanto pessoas cegas, como pessoas surdas receberem o melhor de atendimento para poderem seguir as suas vidas. Depois da questão da acessibilidade ao ambiente da moradia, acessibilidade ao transporte, ao entorno, as vias, a questão da educação inclusiva através de escolas acessíveis e de recursos de educação especial, de recursos das salas multifuncionais, da capacitação de professores e também da ação da comunidade escolar. Sem isso nós não temos educação inclusiva e sem educação inclusiva nós não temos o fim da discriminação, sem a educação inclusiva nós não teremos uma sociedade inclusiva. Nós temos que cortar o mal pela raiz. E cortar o mal discriminatório só começa pela convivência com crianças, crianças que não estão contaminadas por essa relação de desigualdade que permeia a sociedade. E tem uma questão da empregabilidade que é muito importante através da Lei do Aprendiz. E necessitamos ter campanhas educativas, principalmente voltadas para situações que mostrem através da arte, através de coisas bonitas, que mostrem o futuro inclusivo para todos.

Eu quero deixar com vocês um artigo específico da Convenção da Onu, que é o Art. 30 que fala exatamente do acesso à cultura, recreação, lazer e esporte. E diz cada detalhe. Na verdade, se cada um desses itens aqui for transformado em ação, nós já teremos boa parte da política desenhada. E eu gostaria que vocês tentassem fazer esse exercício, eu acho que ele vai dar certo. Porque esse texto é novíssimo, esse texto é consensual para o mundo, e volto a dizer: para nós ele é constitucional. Então, nós temos a base da política absolutamente sólida. Ele diz cada um dos aspectos e cada um dos requisitos que nós temos que ter para que a cultura alcance a diversidade.

Continuando, nós podemos chegar num item muito importante que é do nosso decreto da acessibilidade. No Art. 23 fala de tudo que nós temos que ter nos ambientes onde a cultura, a arte, a expressão artística de todas as formas faz a interação com o público. E aqui vamos pensar em duas situações: o público consumidor de arte que são pessoas com deficiência. Isso é muito importante. Pessoas com deficiência não vivem de receber benefícios, pessoas com deficiência hoje também apesar dos indicadores que eu mostrei que não são favoráveis, são abaixo da população como um todo, mas pessoas com deficiência são consumidores, e como consumidores exigem bons produtos. E para uma pessoa com deficiência visual estar num teatro, ela precisa de recursos para que ela possa se inserir numa peça teatral e da mesma maneira uma

56

pessoa que tem dificuldade de locomoção vai precisar de acesso e a pessoa surda a mesma coisa. E para isso tudo o nosso decreto regulamenta não só a arte nas salas de espetáculos, mas a arte nos anfiteatros, arte ao ar livre, a cultura passada na televisão através dos filmes. E nós estamos, neste momento, na III Mostra de Cinema e Direitos Humanos. Começou ontem aqui no Rio de Janeiro com o filme de Luis Buñuel, Os Olvidados (Os Esquecidos), uma obra de arte de 1950, tratado com audiodescrição e foi um trabalho magnífico. Eu coloco a venda para me colocar numa posição semelhante à da pessoa cega e, com isso, seguir perfeitamente o filme. Eu até duvidei que fosse possível, mas foi absolutamente possível. A hora da discussão é uma narrativa que tem um roteiro próprio, não é aquilo que falamos para alguém que está do lado, mas é alguém que preparou todo um trabalho. Concluindo, aqui está o resto do decreto para que vocês possam acompanhar e tornar esse decreto realidade. E queria dizer que nós temos ainda na parte da comunicação e da informação, uma série de outros critérios que temos que seguir, não somente naquele artigo, mas outros artigos também. E agora, quais são os desafios que eu queria deixar para o Ministério da Cultura além da sua Secretaria, Ricardo. Nós estamos com um problema seríssimo. O governo brasileiro está respondendo a uma Ação Civil Pública do Ministério Público Federal veio para a Justiça Federal em São Paulo, porque o Ministério da Cultura ainda não regulamentou a Política Nacional do Livro e da Leitura. E dentro dessa política está o livro acessível. Livro é cultura, livro é acesso à informação. O João Loureiro acabou de explicar a maneira como uma pessoa pode chegar ao primeiro lugar de um concurso de vestibular através de algum recurso, que foi o braille, mas não é somente o braille. O braille não é a única forma de livro acessível, temos o livro acessível digital e estamos desenvolvendo o livro acessível pelo Protocolo Basic, através do Ministério da Educação e Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mas precisamos que o Ministério da Cultura faça essa regulamentação e lhe digo, Ricardo, nesse momento eu não sei onde está parada essa minuta e é um trabalho complicado para descobrir lá dentro. Eu espero que vocês consigam lidar com esse aspecto.

E o outro ponto, é a questão da legenda em português no filme nacional, é uma solicitação de um grupo de pessoas com deficiência auditiva, portanto, temos que levar em consideração. E temos que levar em consideração cada vez mais, porque isso é necessário na TV, também é no cinema. E a população brasileira está envelhecendo: 10% já tem acima de 60 anos. Então, nós temos agora um público consumidor desses recursos que é muito maior do que é dito em relação às pessoas com deficiência. Aqui, só para terminar mesmo, vou deixar com vocês dois artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos: um que diz que "as pessoas são livres para se expressar, desde que elas

tenham acesso à informação, só assim elas poderão se expressar livremente." E o outro que trata da cultura como forma de identidade, da cultura como forma de enriquecimento pessoal e coletivo, e da cultura como um dos bens principais da humanidade. Deixo o endereço do Corde, os nossos contatos, todo esse material que eu mencionei da Convenção, dos decretos, das leis podem ser encontrados no site da Corde, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o site é acessível para os internautas cegos poderem navegar. E outra coisa que eu solicito, é que todas as instituições que estão aqui e o próprio Ministério da Cultura, recorram à lei e vejam o que não se faz na área pública e na área privada, para que os sites eletrônicos e os sites da internet sejam acessíveis, então todos nós estamos descumprindo a lei. Muito obrigada.

Nada sobre Nós sem Nós

PAULO AMARANTE – LAPS/DAPS/ENSP/FIOCRUZ:

Boa tarde. Estamos começando com atraso, mas também com a segurança regimental, graças ao sucesso que foi a atividade da manhã. Quero dizer, primeiro, da minha satisfação de estar nessa mesa e de poder participar dela, coordenando, com pessoas que são tão importantes no campo da arte e da cultura.

Essa nossa administração da ordem e do tempo, nós vamos ter que fazer agora, porque, quando der quinze minutos eu vou avisar às pessoas para que, em torno de vinte minutos, terminem sua fala. Vou começar com o Godoy, porque ele está preocupadíssimo com as eleições de Minas Gerais. Ele teve que arranjar um horário em Belo Horizonte, onde ele foi reeleito vereador. Ele é ator, um dos mais bem votados do país, está de parabéns! Ele está preocupado com a questão da prefeitura de BH, porque vai para o segundo turno. Ele vai falar primeiro, porque logo depois ele vai sair, mas vai deixar conosco a contribuição. Depois passaremos para Angel Vianna e para o Rogério Andreolli.

ARNALDO GODOY – ATOR E VEREADOR DA CÂMARA DE BELO HORIZONTE:

Quero cumprimentá-los, cumprimentar a companheira Angel, o Paulo, o Rogério. Vou começar pedindo desculpas com a minha saída sem poder desfrutar das falas dos componentes da mesa e dos debates que virão a seguir, mas é uma coisa urgente, eu estava conversando com a Patrícia, ou eu morro afogado ou morro queimado, porque esse processo aqui também faz parte da minha vida, da minha história de arte inclusiva, Arte sem Barreiras, enfim, a promoção, a humanização das pessoas com deficiência, a participação, a responsabilização, a cidadania das pessoas com deficiência fazem parte da minha história e eu tenho que optar. Eu sei que aqui têm pessoas qualificadas para desenvolver as diretrizes das políticas públicas do nosso setor, e saio tranquilo sabendo que vocês vão, da melhor forma possível, contribuir para isso. Parabenizar por este evento, a ousadia dos organizadores, a Caixa Econômica Federal, a Fiocruz, o MinC, as associações que estão envolvidas neste processo, porque isso é a retomada de um processo que foi truncado,

quebrado. O reencontro com vocês já é motivo de contentamento, de anúncio de novos caminhos que não podem prescindir da história que já foi feita, do acúmulo obtido com o trabalho de muitas pessoas e sob a batuta cheia de tenor da Albertina. Eu não vou apontar as coisas importantes que foram faladas aqui hoje de manhã, só quero me ater a uma abordagem que eu acho que é necessária.

Eu estava almoçando com a Andréa, com o Dorival e com o Valtair, o aspecto é o seguinte: primeiro a Andréa hoje de manhã falou da história. Conhecer e dominar a nossa história, saber dela é importante para que não repitamos os erros cometidos e, segundo, porque a partir dos avanços obtidos possamos dar um passo à frente. Então, a história desse movimento que a Andréa, com muita graça e eficiência fez, é importante que nós todos apropriemos dela para caminharmos. O Loureiro tocou em outro aspecto que é fundamental que é a continuidade de políticas públicas. Mas não é só o nosso segmento que padece disso. Na educação sai um governante e entra outro, a orientação muda, nas políticas de urbanismo, nas políticas de assistência social, essa descontinuidade têm trazido atrasos, retrocessos, desânimo e descrédito dos movimentos sociais. Quando transformamos essas diretrizes em políticas públicas, fica assegurada essa continuidade, mas só isso também não basta. Nós temos um conjunto de leis dos melhores do mundo, de primeiro mundo, mas esse arcabouço Jurídico – Legislativo também não nos garante a efetivação da execução dessas leis, desses direitos que constam na nossa Constituição, que constam nas nossas Leis Orgânicas, Municipais e Estaduais. O que vai garantir a execução disso? Ai nós pecamos, nós – sociedade civil – falando do nosso segmento, somos muito desorganizados. Já caminhamos bastante, mas somos muito dispersos, ainda temos uma atitude de esperar que as coisas aconteçam, que o poder público resolva as nossas questões. Porque nós ficamos na dependência da compreensão de um ou outro governante, de um ou outro gestor público, para colocar em ação aquilo que está garantido em lei.

As pessoas com deficiência ao longo da história desses dois mil anos, nós herdamos, nosso legado é de passividade ao longo desse período, ou éramos eliminados, exterminados, literalmente, ou isolados – estou falando de grosso modo. O nosso movimento de pessoas com deficiência quando caminha no sentido da obtenção dos nossos direitos, é muito recente. No mundo isso já tem algumas décadas, mais um avanço das conquistas das pessoas com deficiências, mas no Brasil, como disse a Isabel, foi no Ano Internacional que nós demos início a essa caminhada. Mas a caminhada das nossas entidades, não podia ser de forma diferente, herdaram esse legado de passividade, de esperar as coisas acontecerem, de não participar da vida social, de ir para a rua participar dos movimentos políticos partidários, culturais, sociais, das

manifestações dos movimentos organizados da sociedade. Então, ficamos naquela perspectiva de esperar as coisas acontecerem. As nossas entidades também tiveram e ainda tem um pouco deste comportamento. Eu estou reforçando isso porque se esse nosso segmento não se politizar, não no sentido partidário, no sentido da organização, de pressionar, de construir, de estabelecer pontes, canais de interlocução com o poder público, com iniciativa privada, de ter autonomia nas nossas reivindicações ou na forma de organização, na nossa forma de participação, de agregar outros grupos sociais que não as pessoas com deficiência e crescer esse movimento, se não participarmos do mundo do trabalho, dos sindicatos, eu acho que empobrecemos e não conseguimos fazer com que as leis sejam executadas. Eu acredito que esse é o grande mal que nós padecemos.

Os Movimentos Sociais Brasileiros que obtiveram conquistas maiores foram aqueles que mais se organizaram, e isso é uma luta permanente dessas organizações sociais. Contra o poder econômico, contra o poder cultural que impede essa organização, ou inibe e tenta travar esse movimento social, eles perdem a força, mas continuam buscando essa organização. Os movimentos comunitários, dependendo de cada momento histórico, da circunstância política do país, ou desses movimentos, crescem e evoluem ou ficam retraídos e inibidos. E daí, nós precisamos ter a percepção de projetos políticos que são postos na mesa. Não é à toa que nesses seis anos do governo brasileiro nós temos buscado essa construção de políticas públicas. São caminhos do nosso segmento que percorremos desde a Funarte, é importante dizer isso. O momento Albertina foi fundamental, foi absolutamente necessário para que tomássemos consciência da importância da cultura, da arte, desse movimento de formação, de capacitação, de humanização, de superação e de tomar essa consciência para poder, agora na primeira gestão do Lula, na Funarte, esse movimento se transformar numa proposta de políticas públicas. A Funarte foi a nossa primeira instância que nós conseguimos trazer esse modelo que a Albertina conduziu, com muita sabedoria, e transformá-la em políticas públicas. Mas nós não tivemos capacidade, a nossa organização política e o próprio desenrolar do governo, as próprias contradições, a própria falta de entendimento maior do que é esse movimento de Arte sem Barreiras. Com a Funarte também, por circunstâncias esse processo parou, morreu, ficou esquecido em alguma gaveta, como a Andréa falou. Nessa mudança da gestão da Funarte, quando se perde essa cartografia, perde esse empuxo, deixa de continuar o processo, nós ficamos parados, há dois anos que não acontece absolutamente nada. O MinC está gestando esse encontro que eu penso que é resultado dessa preocupação, dessa elaboração que o MinC está fazendo, para que isso se transforme efetivamente numa política de Estado, mas o tempo perdido é muito grande. Portanto, eu penso o nosso

trabalho que vocês vão ter aqui amanhã é de muita responsabilidade, porque virão demandas específicas, demandas pessoais, demandas regionais, e o que nós temos que fazer é superar esses pontos individualizados, setorizados, para ter uma visão maior e mais ampla do que uma política pública de cultura a Arte sem Barreiras. Porque que será uma política pública que vai orientar não só o governo Federal, uma política de Estado, mas também se irradiar para os estados e municípios. Daí a importância de os nossos municípios organizarem os Conselhos Municipais de Cultura, participação desses Conselhos Municipais de Cultura, porque há de haver essa articulação entre o MinC, o Estado e as Secretarias Municipais de Cultura. E os Conselhos Municipais são instâncias necessárias com a participação popular, para que essas diretrizes sejam efetivadas nos municípios. O importante é que isso seja capilarizado porque se os municípios ficarem fora dessa articulação, fora dessa rede, não adianta o MinC organizar encontros nacionais de ano em ano, se não houver um processo de capacitação, de formação, de participação dos artistas, dos trabalhadores e dos profissionais que trabalham com pessoas com deficiência.

Essa é a minha mensagem do ponto de vista da política. A política é uma ferramenta necessária para qualquer ramo de atividade ter consequência, para não ficarmos a mercê do governante de plantão, não ficar a mercê da boa vontade de um ou de outro, essa é a função da política, é o objetivo da política, não é o partido político, são as pessoas. O partido não é um fim, é um meio para que as políticas sejam executadas nessa rede social que tem que ser construída, mas com participação. Existe também a clareza, Andréa, que temos que sair um pouco do nosso “quadrado” e interagir com os outros setores sociais. Porque aí os outros setores sociais têm de compreender que essa inclusão dos diversos movimentos significa qualidade de vida, significa bem estar social, significa segurança social. Então, quando as nossas especificidades tocam os outros setores, e quando os outros setores com as suas especificidades nos tocam, vai-se criando uma massa crítica capaz de construir uma rede de proteção, de promoção e de inclusão social. Eu penso que o objetivo deste encontro e do trabalho que vocês vão ter é isso. Essa grandeza de superar o individual e pensar em políticas mais amplas, políticas que contemplem a grande necessidade dessa humanização das pessoas, dessa promoção e dessa afirmação positiva de cada cidadão e cada cidadã. É essa mensagem que eu gostaria de deixar. Muito obrigado.

ANGEL VIANNA – COREÓGRAFA DA FACULDADE ANGEL VIANNA:

Boa tarde. Vamos começar com alegria. Como o Arnaldo falou isso aqui é um roteiro. Como o Arnaldo falou é necessária à existência da história,

porque cada um tem a sua história. Então quero falar da importância que desde os primórdios que o homem dança a própria vida e a própria existência. Então, os homens da época dançavam a guerra, a paz, sempre com rituais cerimoniais dando vazão e festa a própria existência. Então, em que se comporta essa existência depende do nosso instrumento de vida: o corpo. É necessário que cada vez mais conheçamos o nosso corpo e tomemos consciência da totalidade do nosso corpo. Então, foi assim que a minha história começou em Belo Horizonte, ao longo do ano de 1955. Abri a primeira escola em 1956, uma escola chamada Escola Klauss Vianna. E nessa época, a escola inicialmente era de Balé Clássico. Eu vim da Escola de Belas Artes e ao mesmo tempo fazia Música e Artes Plásticas e o Balé Clássico, com Carlos Leite, então, pioneiro da dança em Minas Gerais. Era o que tinha na época, mas eu e Klauss estudamos como bons amigos e depois completamos o curso de Balé Clássico e abrimos uma escola quando nos casamos. A escola, inicialmente, nossa curiosidade, minha e do Klauss, com o corpo não era ter uma coisa pronta, o balé já era uma coisa pronta codificada que dependia da maneira de dar e dependia da maneira de receber. Mas era uma curiosidade muito grande a respeito do corpo, então começamos estudar o que era aquele corpo que pensava, mas era preciso saber da estrutura dele. Entendê-lo para poder usá-lo melhor. Com mais eficácia, com menos gaste e desgasta. Então, naquela época estudamos anatomia e fisiologia para entender e poder modificar, criar, recriar o corpo que pensa. Então os alunos inicialmente começavam com balé clássico, mas depois a nossa curiosidade com essa estrutura, o balé na época trabalhava com muita tensão muscular, e como estávamos trabalhando e pesquisando a estrutura óssea começamos a observar que a coluna podia morrer. E começamos dar um trabalho diferenciado ao balé para um trabalho mais criativo, e com isso desenvolvemos um método especial lá em Belo Horizonte, sem perder o que já sabíamos.

Mas foi interessante, porque houve um grande respaldo desde as crianças até o adulto, e foi aí que comecei a entrar na vida da deficiência. Foi o primeiro momento que trabalhei com esse pessoal. Inicialmente me aparece uma pessoa, eu não entendia nada a não ser bastante estudo anatômico e científico do corpo, mas o que fazer com eles eu não sabia. Mas me apareceu uma pessoa interessante e eu não tive medo de pegar porque é importante entender que trabalhar com a diferença é trabalhar com a cabeça, é trabalhar com o seu coração, é trabalhar com o seu sentimento, é trabalhar com o que está dentro de nós, e não só trabalhar com o que está fora. E como eu já tenho essa minha necessidade, foi duríssima essa minha primeira experiência. Essa menina ainda é muito presente na minha vida.

Imaginem que larguei Belo Horizonte em 1963, quando fui com o Klauss para a Bahia, a convite do curso de dança da UFBA, porque já tínhamos

feito muita coisa em Belo Horizonte. Olha que interessante que é o portador de deficiência: em Belo Horizonte essa menina desenvolveu muito, era um trabalho realmente meio complicado, era uma jovem que não conseguia crescer, os médicos já tinham desenvolvido um trabalho enorme da medicina e eu queria desenvolver o trabalho corporal. E aí foi bastante bom porque ela cresceu, ela desenvolveu e eu fui trabalhar num problema sério de tireóide. E com essa percepção do trabalho de corpo, através também, da percepção de nossos sentidos, vamos percebendo o que é importante no corpo do outro. Se você não tem conhecimento para você próprio, também fica meio complicado você perceber o outro. Perceber em toda a totalidade do outro e a necessidade do outro. Então, foi a minha primeira experiência e depois a segunda experiência foi muito interessante. Era uma menina de costas belíssimas, quando ela virou de frente para mim, eu fiquei realmente uma pessoa amedrontada. Mas, como eu já estava dentro e querendo muito trabalhar, eu realmente levei a coisa mais a sério, e aceitei trabalhar individualmente. Ela nasceu sem o queixo, com a orelha de abano, com o nariz grande, e era uma menina fisicamente linda e era uma coisa muito estranha. Também achei bonito, porque aquele momento era uma necessidade minha naquela ocasião, de entender esse pessoal. Não era a proposta logicamente da escola. Eu não deixava ninguém sair. Para mim a diferença, corpo deficiente, para mim é tudo igual. Trabalha-se de uma maneira e trabalha-se de outra e pode se juntar, por que não?

E aí, depois de seis meses de trabalho, resolvi colocar essa menina numa turma e consegui grandes efeitos com ela. O que me marcou dessa menina, porque era de uma família muito rica, família política e ela era escondida. Não aparecia em público porque era considerada, na época, se chamava 'mongol'. Ela fazia todas as operações possíveis e imaginárias para melhorar e eu resolvi cuidar dessa menina socialmente também. E, realmente, foi um trabalho muito especial ao ponto de eu começar a levá-la para a sociedade para fazê-la entender o que era a vida e ela acabou sendo uma menina bastante interessante, inclusive, eu tive que fazer uma oficina na Bahia e ela pediu para ir comigo. O médico dela, um psiquiatra, disse para eu não levá-la porque ela seria capaz de tudo. Eu tomei essa responsabilidade e a levei comigo a Salvador e, realmente, dava um pouco de trabalho porque era espontânea demais, mas eu assumi e voltei com ela muito bem e com uma disponibilidade maior, tanto corporal quanto de vida.

E o que me marcou profundamente nessa menina, em cada lugar que passei e que estou passando, ficou a marca da diferença. E dessa diferença que se juntou e não virou mais diferença, para mim é tudo igual. Então, veja que bonito o momento que depois que fui embora de Belo Horizonte para Bahia, eu voltava sempre para passar o Natal e ia visitá-la. Ela já havia se casado, ela já estava com três belos filhos, mas um parecia com ela. E foi um momento muito lindo quando eu visitei e os dois eram lindos e este tinha todas

as dificuldades genéticas dela. Então, ele falou: eu sou fulano de tal, mas sou o único que pareço com ela. Veja que interessante o que ela respondeu para ele, uma pessoa que vivia escondida, que nunca aparecia em público, respondeu para ele: felizmente eu sou sua mãe, porque eu posso lhe ajudar a melhorar, mas eu custei ter alguém para me melhorar. Aquilo me marcou profundamente. Se você cuida, se você ajuda, se você define o que fazer com aquela pessoa, ela cresce e cresce muito. Belo Horizonte, artisticamente, a história é longa.

Na Bahia encontrei muita coisa bonita. Continuei estudos anatômicos na Bahia e tive tantas outras coisas bonitas que aconteceram, porque naquela época tinham muitas escolas lindas que eram a Escola de Belas Artes, Escola de Teatro, Escola de Dança, então, um trabalho muito especial. E as universidades eram abertas para os professores. Então, tinha professor de música e continuei tudo que estava fazendo em Belo Horizonte. Mas teve uma época na Bahia que aconteceu, veja que lindo, eu conto porque prefiro falar a minha própria experiência a ficar falando coisas que não aconteceram. Então essa é muito importante vocês saberem. Vou contar um caso da Bahia que me marcou profundamente. Houve um momento na Bahia que teve um Congresso de Cinesiologia. Eu fui chamada por dois médicos que iriam falar sobre a postura ideal e eu ia falar junto com eles. Então, uma aluna minha que estava lá naquele momento trabalhando, e continua trabalhando no Sarah**. Eu, eticamente, falo pouco sobre o Sarah porque é preferível deixar isso meio assim, mas eu tenho que contar esse caso. Ela me chamou para ver o espetáculo do pessoal que estava hospitalizado porque haviam sofrido acidente de trabalho, e ela estava trabalhando com grupo de dança com um deles. Ela tinha um grupo e este menino também estava lá. Então, essa pessoa com o acidente de trabalho perdeu as duas pernas, perdeu metade da bacia, tinha uma mão atrofiada e o movimento mais fácil dele era a cabeça e o pescoço. Ele ia dançar e ela me convidou para ver o espetáculo e eu fui. Eu vou contar o que aconteceu comigo. Quando eu vi aquela figura numa cadeira de rodas, pequena figura, porque estava com milhões de problemas físicos, mas ela conseguiu que ele dançasse. Ele começou dançar com os olhos: era a coisa mais fácil para ele mover. Então, ele começou mover pelos olhos, depois pela cabeça, depois levou a mãozinha e o braço que estavam realmente com dificuldade, mas ele conseguia se mover da maneira dele, de tal forma que eu perguntei a ela se ele estava fazendo desdobramento de coluna. Ela forrou o chão com tapete e quando ele começou a desenvolver eu perguntei se ela havia ensinado isso a ele, se ele havia aprendido ou se ele estava fazendo naquele momento. Ela respondeu: agora. Eu falei: então cuida. Atenção eu e você, esse menino pode desdobrar sem problema, sem nenhuma situação, mas o menino danado já estava pronto para fazer e realizar aquele momento. Então, quando ele começou

** Hospital Sarah Kubistchek

a desdobrar a coluna e com certo esforço, mas feliz da vida dançando, dançando com aquele corpo era pouco, mas era muito. E aí eu não agüentei e chorei, porque tive um ímpeto de tristeza dentro de mim de vê-lo e, de repente, meu pensamento mudou e falei: Angel, vocês o está vendo como deficiente e não como bailarino. Se você olhar como bailarino você vai ficar feliz, porque ele está dançando. Gente que lindo! Ele dançou e foi aplaudido de pé, porque foi muito especial.

Então, mais um momento da minha existência junto com a diferença, junto com o deficiente, onde ele sempre é considerado por mim e por todos aqueles momentos, uma coisa especial. Aí eu também fiquei muito contente porque o trabalho do Sarah estava sendo produzido pelo pessoal que trabalhava na minha escola, incluindo Teresa Taquechel, que fez concurso lá também, na Bahia. Eu, não, demorei muitos anos. Mas continuei o trabalho, mas para morar mesmo eu tive de voltar para o Rio e foi aqui no Rio que teve esse primeiro concurso do Sarah há 14 anos. A minha história é grande! Mas como o tempo é pouco vou partir, então, para todos os lugares que eu acho que foram muito importantes. Aqui no Rio de Janeiro trabalhei com Tatiana Leskova durante 9 anos no balé clássico, mas aonde surgiu a expressão corporal com um trabalho da consciência do movimento, que é importância de um trabalho tanto para pessoa normal como qualquer ser humano. Quanto maior é seu conhecimento do corpo mais tem possibilidade de trabalhar com as suas facilidades e com as suas dificuldades. E a mesma coisa com o outro. Então, se você toma cada vez mais consciência de você mesma, tem mais facilidade de trabalhar com o outro. Então, nessa escola foi aonde a Tatiana me aparece pela primeira vez. Essa menina surda e muda (por um problema de susto perdeu a fala e a audição). Eu a levei para o Teatro Municipal – gostava muito de trabalhar com as crianças, foi como eu comecei a perceber daonde que eles percebiam a vibração do som. No primeiro mês, eu olhava para ela e dava o sinal pedindo; o segundo eu fui descobrir com ela perto do piano: eu tirei o sapato e fiquei lá perto para perceber de onde vinha. É claro que vinha pela vibração do som. Cada um demonstra uma possibilidade. E daí, passos para a minha escola onde apareceram todas as dificuldades, de todas as deficiências, mental, física, lesados medulares, etc.

Aí os alunos começaram a falar que queriam fazer o que eu fazia. Então, abri, pela primeira vez, a recuperação motora e terapia através da dança, através do técnico. É de lá que tem saído muita gente trabalhando em todas as instituições, como: Pestalozzi, Engenho de Dentro, etc., onde muita coisa bonita aconteceu. Na minha escola resolvi fundar, então, dois grupos: Centro Específico Corporal Arte e Educação, e dentro disso o primeiro foi o técnico. Esse técnico tem também a recuperação motora e terapia através da

dança. Este existe essa habilitação na Secretaria de Cultura. Então eu tinha o técnico em Dança Contemporânea, depois veio a Recuperação Motora para ajudar o próprio aluno e aí eu fiz dois grupos de dança: um que eu desejei levá-los nos Manicômios Judiciários e, ao mesmo tempo, na Doutora Nise da Silveira que era a Casa das Palmeiras. Na Casa das Palmeiras foi muito bonito porque você não sabia quem era médico e quem era paciente, era tudo igual. Era muito especial, eu conversava com um pensando que era paciente, era o médico; conversava com o outro pensando que era o médico, era o paciente. Então, quando eu apresentei, eles elogiaram o meu trabalho, porque eu fiz um trabalho para eles pensarem. E eles me responderam lindamente com outro trabalho de teatro e com poesia. E esse paciente com doença mental era um poeta maravilhoso que contava sua própria existência, sua própria loucura através da poesia. Através do Vinícius ele fez: segunda, terça, quarta, quinta, sexta, sábado e domingo, para mim, todos os dias são iguais. E ele contava a própria existência e a doença e desenvolvimento dela através da poesia. Então quando ele terminou, eu o convidei para ele trabalhar comigo no Conservatório Brasileiro de Música na minha turma de musicoterapia. Ele fazia poesia e elas respondiam com as sensações e toda expressão do que elas percebiam do próprio corpo dando ênfase a palavra e elas ao corpo. Então, era fantástico, eu consegui mantê-lo durante dois meses trabalhando comigo e foi muito especial. É pena que ele não tivesse muita clareza de tempo, então, eu tinha de estar sempre atenta com ele. A aula era de uma hora e meia ou de duas horas e ele queria fazer quase o dia inteiro, mas era muito especial e foi uma bela troca.

Explicando sempre, na Funlar fiz dez anos de trabalho com os excepcionais e comecei a fazer espetáculos com os deficientes e teve um caso muito bonito: o Tião não levantava, não ficava em pé, mas ele estava tão emocionado dançando que ficou em pé com o dorso do pé. Então, ele abriu o braço e a emoção foi tão forte porque ele dançava e estava feliz demais. Infelizmente, depois de dez anos de trabalho nos mandaram descansar por questões políticas. E levando os alunos para trabalhar e eles trabalhavam com muita delicadeza, com muito amor, com muito carinho e desenvolveram um trabalho bellissimo, na Funlar. Depois fui para Paracambi e Angra dos Reis que foi um trabalho também muito bonito. É bom porque eu acompanho tudo e vejo o que eles estão trabalhando, de que maneira estão trabalhando, e porque eles estão trabalhando. É o porquê, como e para que? Não deixar solto porque é um trabalho para este ou para aquele. Agora, neste momento, eu estou muito feliz, agradecer a todos que estão aí, o Rubens está lá agora na Faculdade junto conosco, Lúcia, minha amiga, companheira, Teresa Taquechel com o Pulsar que sabe dar o recado, sabe trabalhar. E agora fizeram um concurso outra vez no Sarah e fico cada vez mais feliz quando os alunos realmente dão

o recado e conseguem ultrapassar as segundas dando respostas. Eu preciso falar uma coisa importante: teríamos um projeto junto com André e senti muita pena porque era um projeto muito bonito que ganhamos pela Petrobrás, era um projeto para dar aula para os professores do Município e do Estado e fazer uma formação para trabalhar com deficientes. Era uma formação belíssima, já estava tudo pronto, era um sonho meu, eu estava felicíssima quando, infelizmente, a lei não aceitou. A Lei Rouanet disse que meu projeto era de educação e não de cultura. Mas ninguém sabe que eu faço isso desde 1956, que eu trabalho com dança, com a arte, com a vida, e não perceberam ainda.

Educação é arte ou arte é educação? É uma pergunta. Então, eu não consegui fazer esse projeto porque o colocaram como educação e não como arte. E este projeto seria através da dança, através do corpo. Eu ainda vou lutar por ele. Muito obrigada por tudo, ao MinC, a Caixa, a Fiocruz, a Andréa, ao Pulsar, ao Hotel e todos os presentes.

ROGÉRIO ANDREOLLI – PULSAR COMPANHIA DE DANÇA:

Boa tarde a todos. Eu vou ser rápido. Eu hoje estou aqui menos como artista e mais como cidadão e um cidadão muito indignado. Mas antes de começar por esse lado, eu queria me apresentar para aqueles que não me conhecem, meu nome é Rogério Andreolli, fui o primeiro ator e bailarino a se profissionalizar no Brasil a tirar o DRT, participo não só da luta dos portadores de deficiência na arte, tem gente aqui que me conhece há mais de 20 anos, como a Rita Maria, a Beth Caetano, que começou no movimento artístico, me viu – estou lá na PUC militando, entregando panfleto aqui e ali. Agora, recentemente recebi convite da Andréa Chiesorin para participar da diretoria da Associação Very Special Arts Brasil, estou até emocionado com isso, porque logo eu que participei também da fundação junto com a Rita, junto com a Albertina – pessoas que me são muito caras – e me emociono de falar na Albertina e nem vou falar muito nela porque se não vou acabar chorando. Mas eu estou muito indignado. Eu quero trazer aqui a minha palavra de indignação com tudo que vem acontecendo nesse país nestes últimos dois anos, porque é um retrocesso, de uma falta de consideração, de sensibilidade, enfim, é o que se pode chamar de um desserviço à cidadania brasileira. Avança-se, diz para as pessoas que elas são cidadãs, que elas podem fazer arte e depois desdiz tudo como se tudo estivesse bem. E não está nada bem, está tudo muito mal, está tudo muito errado.

Este senhor que se demitiu – graças a Deus, que ele teve pelo menos esse bom senso, que é o mínimo que se pode dizer –, esse senhor, Celso Frateschi, incorreu num crime que deveria ser apurado administrativamente

e penalmente, porque ele incorreu num crime de discriminação e preconceito, que deve ser punido com cadeia, que deve ser punido com perda do cargo. Sobe-me o sangue só de pensar nessa pessoa que foi capaz de nos olhar e colocar o predicado da deficiência na frente do sujeito, que é o artista. Esse homem, que se diz homem, não pode nem evocar para ele mesmo o benefício que "não sabia". Porque quem não sabe, mas está lá no poder público tem a obrigação de se cercar de pessoas que saibam. Ele está lá para acertar, ele não pode vir com esse "papo benefício da ignorância"; ele tem a obrigação de acertar, ele foi preconceituoso sim, ele discriminou sim, e isso é um crime e eu espero de todo meu coração que se apure o que ele fez, que a gestão dele seja apurada para ver os desmandos que ele cometeu lá na Funarte.

Estou profundamente emocionado de poder vir aqui e falar da indignação de toda uma classe que se viu menosprezada. Só porque se é deficiente somos doentes? Peço desculpas ao MinC, que tão generosamente, nos deu esse espaço para poder debater, para poder falar, para nos dar a voz que nos foi roubada, vergonhosamente roubada. Onde é que já se viu alguém olhar para um deficiente e perguntar "o que ele estaria fazendo no Ministério da Cultura? Se ele é doente manda para o Ministério da Saúde!" Ou seja, botou a deficiência na frente do sujeito, botou o predicado na frente do sujeito. Eu não sou um deficiente artista, eu sou um artista deficiente, sou um artista e quero respeito como tal, porque sou um ser humano e, antes disso, eu sou um cidadão brasileiro. Cadê o respeito que eu mereço? Cadê o respeito que todos nós merecemos? Onde estava o bom senso deste homem quando fez isso, meu Deus? Extinguiu o Arte sem Barreiras, que foi uma conquista que levou dez anos ou mais até. Extinguiu, botou água abaixo o trabalho de uma vida de uma mulher que foi um exemplo para qualquer um, a Albertina. Cadê a sensibilidade? Se em algum momento ele tem que agir como um funcionário público que funcione, mas que não esqueça que ele está lidando com gente, com pessoas que têm necessidades, têm sentimentos. Eu estou indignado com esta situação e aliviado, por outro lado, por este senhor ter saído e desocupado o cargo dele por todo o serviço que nos prestou. E espero que tudo que ele fez seja averiguado, tanto administrativa quanto penalmente.

O segundo ponto que eu queria falar sobre políticas públicas, é sobre o que nós queremos? Quem somos? O que vamos fazer daqui por diante? Eu já participei de três Festivais Internacionais, talvez eu tenha sido um dos poucos que conseguiu estar presentes em tantos Festivais Internacionais, e esses festivais são maravilhosos porque conhecemos outras pessoas, trocamos técnicas, conversamos, temos oportunidade de mostrar o trabalho que é uma coisa muito importante. Eu fui premiado duas vezes, uma vez pela Pulsar e outra vez pela Empa porque eu também tenho uma Companhia de Teatro e foi

maravilhoso mostrar o trabalho. Não entendam mal o que vou dizer agora, mas o que eu gostaria de perguntar a todos aqui presentes é que política nós queremos? Eu penso que é importantíssimo nós termos festivais, mostras, amostras, mas é muito mais importante que tenhamos uma política que mantenha, administre e que dê suporte à arte permanentemente e que a cada mudança de governo tudo que foi feito não se perca, porque entrou um "Celso Frateschi" e resolveu botar tudo a perder. Eu penso que é de suma importância que se tenha os festivais, mas o que é de mais importância neste momento para nós, é que não aconteça novamente o que aconteceu dessa vez. Precisamos desenvolver amanhã aqui nas oficinas, e conto com a presença e participação de todos vocês, para que seja desenvolvida uma política que não permita mais que um "Celso Frateschi da vida", entre e acabe com 20 anos de militância política, anos de conquista, vinte anos de progresso e que nos jogue no limbo, como aconteceu dessa vez.

Nós temos que construir uma política sólida que pense o ontem, o hoje e o amanhã, sem dar chance para que esse tipo de coisa volte a acontecer, isso é muito importante. Não nos interessa mais artistas com, ou até sem, deficiências que também militam aqui, de políticas paternalistas, assistencialistas, de ajuda, nós precisamos de uma política artística efetiva que comece hoje e perdure. Que programas como, por exemplo, o Arte sem Barreiras, não percam a força ou, pior ainda, sejam extintos, como aconteceu. Nós precisamos de ações efetivas, de uma política que continue produzir arte e que não que seja apenas uma política da bondade, isso não é política, isso é paternalismo e eu não aceito paternalismo e duvido que a maioria dos pares aqui presentes também aceite. O que nós precisamos é ver o outro na política pública. Nós não vemos o outro, ficamos tão fechados num evento como este aqui, que dá voz a quem tem voz. O nome dessa mesa, 'Nada sobre Nós sem Nós', não podia ser mais adequado porque não se pode mais decidir uma política sem a participação daqueles que mais se interessam por ela, que somos nós os portadores de deficiência. Como é que um "Celso Frateschi da vida" pode olhar de cima para baixo e decidir o que é melhor para nós sem a nossa participação? Enquanto artista e portador de deficiência, eu quero fazer uma autocrítica e quero deixar aqui para vocês mais uma pergunta: Porque isso aconteceu? Porque nós participamos efetivamente pouco da política? Nós ficamos lá fechados nos nossos laboratórios de teatro, de dança e pouco fazíamos política. O que me chama muito a atenção é que na maioria dos eventos, o número de não-deficientes é sempre maior e sempre me chamou muito a atenção em relação ao número de deficientes. E aí eu faço essa autocrítica enquanto artista portador de deficiência: nós temos que participar mais!

Quando a Andréa me chamou agora para a Vice-Presidência do Very Special Arts nós estávamos exatamente conversando sobre isso. Que é importante que haja representatividade dentro da política. Nós somos responsáveis por isso, e eu faço um convite para vocês: por favor, participem mais, porque são os nossos interesses que estão em jogo. Se eu não estiver aqui e o outro não estiver lá, para fazer essa correspondência, eu não vou ter representatividade. Como é que eu posso bater na porta de alguém e dizer que eu existo, se eu não tenho representatividade alguma? Eu acho que essa é uma boa hora também para se fazer uma autocrítica do que nós queremos e do que fazemos efetivamente para que possamos ter essa política pública implementada? Obrigado e desculpem pelo desabafo. Amanhã vou estar aqui e quero convidá-los para oficina de Patrimônio e quem quiser participar será muito bem-vindo.

Patrimônio, Difusão, Fomento e Acessibilidade

JORGE MÁRCIO PEREIRA DE ANDRADE – DEFNET (MÉDICO, PSICANALISTA E ANALISTA INSTITUCIONAL):

Bom dia. Primeiro quero prestar homenagem a um grande amigo, Paulo Amarante, que quando eu cheguei também me elogiou logo de chegada falando da amizade. E a minha presença se deve muito em função da amizade que construímos no campo da cultura, inclusive. A Patrícia Dornelles, o Ricardo Lima, essas pessoas todas que estão movendo esse trabalho de imprescindível ocorrência nesse momento histórico do Movimento de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Nós conseguimos com muito esforço, no ano passado, desenvolver todo um trabalho para que a Convenção Internacional chegasse aonde chegou e hoje em dia é uma Emenda Constitucional. Tem força de lei no Brasil a Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência. Eu vou entregar para o meu amigo, Paulo Amarante, porque ele faz um acervo de produtos iconográficos da Luta Antimanicomial da qual sou filiado há muitos anos, que é uma camiseta do Ponto de Cultura que nós estamos desenvolvendo lá dentro do Serviço de Saúde Cândido Ferreira, em Campinas, que é "Maluco Beleza - um programa para quem tem a cabeça no lugar."

Nós temos pouco tempo e eu tenho pouco tempo para falar e lamento muito. Eu vim de Brasília, do Congresso Brasileiro de Psiquiatria, que estou participando e semana passada eu participei de um workshop sobre Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica. E no momento nós estamos enfrentando algumas batalhas para que não tenhamos alguns retrocessos no campo da Saúde Mental, inclusive a reintrodução do famoso eletrochoque. Então, essa luta que acaba desgastando o corpo e a mente me levou novamente a ter sinusite esses dias e estou aqui cheio de antibiótico e não estou conseguindo falar muito. Vou ler rapidamente, em ênfase, um conto que escrevi e que apresentei para quase três mil pessoas no último Congresso de Leitura do Brasil, em Campinas, onde sou Coordenador de um Seminário sobre Educação, Políticas Públicas e Pessoas com Deficiências.

UMA LUZ NO FIM DO LIVRO

Noite tempestuosa e escura, no céu não luzia uma estrela. Era uma vez, começou o pai a contar à sua filha, bem no início do livro. Apaga-se a luz e o pai, desconcertado, tateia no escuro e procura

o livro que caiu no chão. A filha lhe disse para continuar contando a história. Ela quer saber como se construiu o castelo da princesa Genê. O pai lhe falou tanto durante o dia enquanto havia luz. Então, cansado e exausto de suas batalhas do dia, ele silencia. Ele só aprendeu a ler, como todo mundo, quando existia muita luminosidade. Não tem como a princesa da história Genê, essa outra capacidade, esse outro olhar, essa outra visão, esse modo mirabolante de inventar mundos e soluções. Nunca tinha vivido um apagão eterno, nunca tinha vivido na escuridão, nunca tinha vivenciado uma noite sem estrelas, lua ou lampião. Afinal, criada na roça não tinha nem mesmo lembrança da luz de velas que seu tio usava para lhe ensinar os primeiros passos no encantado mundo do alfabeto. Tudo sempre foi obedecido dentro da ética do seu tempo às claras, sem meias claridades, sem penumbras ou meias luzes. No percurso de sua vida rural, na hora da Ave-Maria todos iam dormir com as galinhas.

Ele tinha enormes olhos brilhantes para o futuro, viveu sempre enxergando coisas onde os outros não viam. Todo mundo, em especial, os tais caipiras, pareciam naquele fim de mundo da roça destinados a nunca conhecer o *fiat lux*, o "faça-se a luz". E tateando ainda no escuro continuava procurando o livro da Princesa Genê. O apagão e a sua escuridão insistiam em continuar. E sua filha querendo uma história. Quando de repente aparece em sua mente uma idéia relâmpago: e se eu contar como nós inventamos histórias no mundão lá da minha infância? Ele não pode mais se levantar daquela cadeira de rodas, também já voou e viajou por muitos planetas e asteróides conhecidos. A sua janela da alma sempre que esteve aberta para o desconhecido. A menina pede, então, que ele acenda uma vela. O pai não encontra os fósforos apesar de tatear nesse escuro visível. Ambos vão lentamente começando a aceitar essa normalidade, a falta de uma lamparina, esse momento sem estrelas e quaisquer faíscas ou brilhos. Lentamente vão compreendendo esse outro universo, esse outro mundo.

Ambos começam, como todos nós, a explorar uma ausência, uma perda, um não sei o que fazer. "Vão dar um comichão" da nossa necessidade de inventar as saídas, de inventar um jeito de escapar dessas arapucas. Eis que a 'eureca' se faz presente. Que tal a gente ligar aquele treco que seu tio trouxe lá da cidade grande? Pergunta o pai, às escuras, para a sua filha, mais às escuras ainda. Ela, com sua memória mais fresca, lembra e diz que há um pacote embaixo da cama. A menina tateia e, de fato, em tato acaba encontrando um pacote com um peso danado cheio de pontinhos, cheio de folhas pontilhadas que, com suas pontas dos dedos, estimulam uma nova

descoberta. Ambos com sua singularidade são chamados de pessoas com deficiência. Ele não anda com as próprias pernas, mas, pelo dito, sempre viajou pelas galáxias. Até o chão de lunático. Ela nunca vivenciou uma mescla de luz, porém, é uma exploradora de imaginários mundos do além. Ambos estão agora esperando na ante-sala do senhor do futuro uma nova chance de poder vivenciar outras sensações. Ambos gostariam de sentirem parte do universo onde a ausência de energia elétrica ou outra fonte de luz não interferisse tanto nas suas sacrossantas horas da viagem letrada, esse momento do livro, desse compartilhar dos mundos mágicos da leitura.

Porém, agora, só tem um presente estranho, com um peso danado e ainda, para completar, com uma linguagem complicada. A tal de braile. Afinal, nesse cafundó do Judas além de faltar a água, o pão e, quase todos os dias, essa tal de justiça, deu agora de faltar luz elétrica. Porque a outra luz, dada aos cegos, continua assombrando a gente lá. Ficam, então, pai e filha diante dessa encruzilhada, meio paralisados e pouco inventivos. Ela, uma criança que nasceu cega, pobre, caipira e latino-americana, como na música. Ele, que quebrou as espinhas, as vértebras, que um dia, tal qual poeta russo Maiakovski, transformou em flauta e não sai mais daquela cadeira de rodas. Mas eis que o tio mais lunático inventor que os dois juntos aparece, como sempre na hora certa, naquelas horas em que todo mundo desistiu de procurar uma saída. Quando voltou de sua viagem trouxe uma geringonça de um tal *laptop*. Um computador portátil igual a esse que vimos no escuro da madrugada numa história espichada. E eis o *fiat lux!* O tio chama os dois e diz que a menina irá começar aprender a ler o braile. Afinal, já está na hora das letras e seu universo se apresentarem para ela. Diz ao seu irmão que esse aparelho funciona com uma bateria que até uma manivela tem, quando faltar a luz. E ele foi trazido para experimentar numa escola rural, além do mais o tal do *laptop* funciona com uma bateria, e esse daqui está para acabar.

Eis que o *laptop* do tio se abre lá no meio sertão e lá no cafundó começa uma nova era.

Mas, entretanto, todavia e contudo, como costuma acontecer na "Terra Brasilis", nem toda a história de gente que vive diferente e, teimosamente insiste em ser igual, acaba bem. Com essa meia-luz do laptop, embora insuficiente, vai dar para o pai tentar contar o resto da história da Princesa Genê. Isso, se ele conseguir, com a ajuda do tio, achar o livro debaixo da cama. E nessa meia-solução para recomençar a contação da história, diante da realidade, vai ficar faltando contar para a menina que a sua cegueira pode e ainda vai ser uma barreira em muitas das bibliotecas do

mundo dos videntes. Afinal das contas, mesmo com todas as 'invenções do tio do laptop', aqui na terra dos cafundós, além de faltar algumas coisas como foi dito, faltará também a capacidade de romper todas as barreiras. Como no verso do "Sertão Brasília", querido, amado, injustiça de hora e mês, quem faltar quantas coisas claras como a lucidez necessária do direito à igualdade, do direito de não ficar na exclusão, principalmente sem ser letrado. E 'tá' faltando também quem queira mais uma menina cega em sala de aula. O tio, o tal das 'invenções modernas' disse que é sabido agora que há uma novidade: está nas manchetes dos jornais, foi ouvido no rádio, além de visto na televisão, lá nas 'Oropa' e anda se espalhando nos quatro ventos pela internet. Uma notícia espantosa para quem não acredita no Além dos Limites.

Completando seu manifesto de intervenção, conta então, sobre uma menina surda, cega, ainda por cima, nascida na Etiópia – lá na África – por isso mesmo a 'negrinha retinta', que tinha começado a frequentar uma universidade lá da Espanha. Aquela do cavaleiro andante e quixotesco. Isso mesmo! Ela entrou no ensino superior. Bem gente – diz ele, convencido da sua sabedoria tecnológica que conta: se a gente retira as pedras, o direito de justiça do mesmo caminho dessa gente que chamamos de "inválidos, paralisados, esquisitos, algo a mais, incapazes, sem jeito, surdos, cegetas, pretos, menores, índios, pobres, mulheres, marginais e deficientes", talvez eles e elas unidos possam construir com essas pedras uma estrada para o futuro. E, meio eufórico, embora triste, por ainda acreditar que nos cafundós 'permanecemos' na desigualdade social da maioria, a vinda de outra notícia que tem para dar: os cegos lá da capital, usando a tal da tecnologia digital, perigosamente, andam fazendo um manifesto para um tal de Livro Digital. Com a luta e resistência do direito à leitura, com um abaixo assinado pelo livro acessível. Eles também querem saber o nome da "princesa" da Etiópia. E mesmo na sua escuridão decretada, por enquanto, como uma 'luz do fim do livro', querem ter como contar para os filhos de seus filhos como acabará nossa história. O que nós todos sabemos foi e será um 'causo' muito comprido. Ninguém sabe aonde vai terminar. A gente, diz ele – como bons sonhadores de um outro futuro, só espera e deseja para todo mundo, sem nenhuma forma de discriminação, que seja um final com muita luz no fim dos livros, que ninguém se lembre do que era Farenheit 451, que, independentes e criativos, e com um pouco mais de 'luz... cidez', amorosa e provocada pelos outros diferentes estranhos heróis, que todo mundo se encante com e pela Princesa Genê, que a 'luz do fim do livro' se fez.

A Genê é essa moça, ela escreve este poema, é da Espanha e é surda e cega. Viveu a maior parte da sua vida em período de guerra e fome na Etiópia; foi salva por umas freiras e um casal de espanhóis a adotou, levou para a Espanha e hoje ela frequenta a Universidade de Salamanca. Vou tentar ser

rápido para dar o máximo de tempo para podermos conversar antes de eu ir embora, porque tenho algumas sugestões na minha apresentação. Eu sou médico, psicanalista e analista institucional; fundador do Defnet, Centro de Informática e Informações sobre Paralisias Cerebrais. Sou responsável pelo Artigo do Defnet, que é um boletim eletrônico via internet há doze anos. O Defnet nasceu aqui no Rio de Janeiro, como nasceram dois filhos aqui nessa cidade. Sou psiquiatra do Caps, Centro de Atenção Psicossocial, e também Secretário da Comissão de Ética Médica, psiquiatra e preceptor da Residência Médica do Serviço de Saúde Cândido Ferreira e responsável pela Disciplina Psicologia Médica, Ética Médica e Direitos Humanos de Saúde Mental. Fui Coordenador do VI Seminário de Indicação de Política Pública de Pessoas com Deficiência e XVI Congresso de Leitura do Brasil, cujo texto acabei de ler para vocês na minha apresentação. Eternamente militante em Direitos Humanos, ex-integrante do grupo Tortura Nunca Mais, no Rio de Janeiro, e fui indicado em 2006 para receber o Prêmio Santos Dias, em Direitos Humanos, pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

E aí vem a pergunta: somos diferenças e ou diversos múltiplos? Ser humano é entender que a diversidade leva à unidade, que a unidade leva à solidariedade, que a solidariedade leva à igualdade, que a igualdade leva à liberdade, que a liberdade leva à diversidade. Está no Livro dos Livros, de Pitágoras, que é o livro de um povo nômade das areias do deserto. E, garantindo que a liberdade leva à diversidade, cabe interrogar se nós não temos uma diversidade que reconheça as diferenças. O discurso da diversidade precisa ser pensado. Existem alguns autores que trabalham no portal da cultura, que questiona a polissemia do termo diversidade em uso para pessoas em situação de exclusão. E nesse caso, nós temos que colocar essas relações nesse campo de Políticas Públicas Culturais da Pessoa com Deficiência. Arte, cultura, diferença e autonomia. Essa é a linha que vou tentar seguir hoje com vocês, porque eu falo e digo que aqui nós temos que ter presentemente, e lamento ausência do companheiro Alexandre Baroni, presidente da Conade, de que as pessoas com deficiência devem estar na primeira pessoa, nelas próprias, dizendo e falando o que elas vivenciam de experimento e o que elas desejam na construção de qualquer fomentação de política pública para pessoas com deficiência.

Eu acredito que a pessoa com deficiência é a inventora da primeira pessoa. Ela tem a capacidade de inventar também, porque inventar é preciso, viver não é preciso. Ou seja, segundo o projeto Além dos Limites, da Funarte, no encarte do Além dos Limites está bem claro, "O fortalecimento da cidadania amplia-se na medida em que se multiplicam as oportunidades, as fontes de conhecimento e a vivência artística". E eu acrescento: e se equiparam as oportunidades com políticas públicas culturais. Eu vou trabalhar na linha da

formulação de que nós não podemos separar essas duas questões: Políticas Públicas e Direitos Humanos. Pois que, nós temos urgentemente no campo das pessoas com deficiência, uma necessidade de políticas públicas estruturais e saudáveis. Eu coloquei a palavra saudáveis porque existe uma comunhão de quem trabalha com as leis, formadores de políticas públicas e que elas têm que ter perpetuação, durabilidade, duração, capacidade de penetração, embasamento e manutenção. Através, por exemplo, no campo das políticas culturais, do fomento e da sua difusão. E no sentido brasileiro, inclusive, da sua regionalização: Nós somos muitos 'Brasis' num Brasil só. E há necessidade, neste sentido, da construção em políticas públicas de uma intersetorialidade dessas políticas, porque nós temos enfrentado cotidianamente todas as pessoas que trabalham em defesa de Direito de Pessoas com Deficiência com bloqueios de resistências ao campo social e político.

A mais recente vem do Ministério das Comunicações que revogou a Portaria anterior que obrigava as TVs brasileiras à audiodescrição. Os cegos estão furiosos. Vocês não têm idéia do que estão chamando o Ministro das Comunicações e seus assessores, nos últimos dias via internet. Porque foi feita uma Portaria afirmando o direito de audiodescrição em todos os canais de televisão e a força global patrocinadora de muitos políticos consegue a revogação de uma Portaria com uma outra Portaria e decreto de um grupo de estudos para, daqui não sei quantos meses, novamente discutir o assunto. Portanto, os ministérios precisam se conversar, em minha opinião. E se nós queremos formular Políticas Públicas Culturais para Pessoas com Deficiência, é urgente a intersetorialidade entre a Cultura, Educação, Saúde, Comunicações, Planejamento, todos os ministérios. E neste sentido nós temos que trabalhar urgentemente para a queda dos preconceitos em todos esses espaços de formulação de políticas em relação a artes e pessoas com deficiência. Porque nós temos que caminhar na direção do 'para além da arte', como terapia e reabilitação, que ainda é um conceito vigente na cabeça de muita gente.

Eu estive semana passada no Ministério Público Federal, num workshop sobre Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica e nos discursos e diálogos que eu tive com pessoas do Ministério Público Federal, a compreensão que eles têm, por exemplo, no campo de arte e loucura ainda é o processo meramente reabilitador e terapêutico. Eles não têm uma visão 'para além' do que é a produção e a capacidade dessas pessoas. Eu distribuí um jornal que 90% dele é feito por pessoas que são usuários da saúde mental, que são jornalistas, que são atores da construção dos seus próprios direitos na defesa de uma saúde mental transformadora através dos princípios da reforma psiquiátrica. E temos também que ir para além no caminho da arte e educação. Nós temos que caminhar ainda nessa direção de formular uma arte que esteja implicada

profundamente com a educação. Porém, nós ainda vamos caminhar para uma arte que será 'para além', a 'arte ilimitada'. Ou seja, não ter limites, não ter cerceamento a nenhum produtor, nenhum criador, nenhum inventor. Neste sentido resgatei um título que foi do primeiro ciclo de cinema aqui no Rio de Janeiro, "O Olhar para Além do Olhar" com a participação da Andréa, aqui presente, e nesse ciclo nós introduzimos uma figura que hoje em dia já é substituída pela audiodescrição, que é o leitor de cinema ou a leitora de cinema. Nós passamos filmes e colocávamos ao lado de cada pessoa cega, uma pessoa com sensibilidade, disponibilidade e atenção, para descrição sensível e afetiva das cenas. Eram, provavelmente, filmes legendados e além de legendados eram traduzidos para o português, porque facilitava a compreensão dos espectadores.

Esse "Olhar para Além do Olhar" é fundamentado na noção de respeito à diversidade de culturas e identidades efetivas e coletivas. E é uma outra forma de interpretar a liberdade, a justiça e equidade. Ou seja, estando todos nós preocupados com as diferenças, não apenas com a diversidade, volto a afirmar, vamos ter que reconhecer o direito à igualdade. Porém, vamos continuar sendo obrigado ao reconhecimento de todos e todas nas suas diferenças culturais. Bastaria pensarmos nessa cidade do Rio de Janeiro quais são as múltiplas e variadas culturas dos morros cariocas que se representam no maior espetáculo da terra que é o carnaval. Eles são remanescentes, do ponto de vista cultural, um patrimônio histórico, um patrimônio imaterial, um patrimônio em evolução mostrando o que foram os quilombos. Então, é o que está lá remanescente, é o que está lá guardado na raiz da Serrinha, da Mangueira, de todas as localidades onde a resistência cultural dos nossos e meus ancestrais africanos se manifestou. Essas afirmações são de Sacristão, de um livro chamado "Entraí por Inteiro na Cultura Global". Neste sentido é que nós vamos construir, e espero que essa oficina ajude construir e inventar uma cultura da cidadania e da acessibilidade sensível. Ou seja, uma cidadania que não é apenas algo mais como um status que se consegue aos membros de uma comunidade que os define como iguais e lhes outorga uma série de direitos. Ou seja, cidadania, apesar da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em princípio, ninguém nasce livre. Por isso é preciso afirmar que ninguém nasce sob os princípios da justiça, por isso é preciso declarar. Ninguém nasce cidadão, torna-se cidadão. E é preciso afirmar que nisso consiste uma cultura a construir. E essa cultura ela tem que ser além dos decretos, porque não bastam decretos e leis para que o sujeito com deficiência passe "de objetos de políticas com a sua indispensável presença, condição, acesso garantido, participação e respeito a sua singularidade". E tudo isso com o máximo possível de sensibilidade, porque é ela que vai permitir a compressão de todas as nuances e diferenças.

Nós estamos apresentando um ciclo de cultura e cidadania que vai desde uma cidadania neoliberal individualista, passando por uma cidadania do moralismo democrático cultural, que é que o governo está colocando, e uma cidadania comunitária que caminha em direção a sábia cidadania. A formulação de políticas públicas e direitos humanos é inerente ao que diz uma promotora de justiça de São Paulo: “a ausência ou a insuficiência dos direitos sociais como trabalho, renda, educação, saúde, moradia, alimentação, bem como a existência de arranjos sociais que dificultam o acesso a esses direitos e a vida digna, criam sérios obstáculos ao exercício de todos os outros direitos humanos e fundamentais as liberdades. Inclusive aos direitos culturais. Para que os direitos humanos não sejam violados, então é necessário adoção de medidas concretas, planejadas e bem definidas para a realização desses direitos. A relação existente entre políticas públicas e a realização de direitos, especialmente dos direitos sociais, é por isso direta porque comanda as prestações positivas por parte do estado. É preciso afirmar que o Estado tem obrigações em relação aos seus cidadãos. E a formulação de políticas públicas é uma delas”. E quais políticas para quais sujeitos?

Aí vão algumas sugestões rápidas para essa oficina: 1ª: incluir na criação e elaboração dessas políticas de valorização dos patrimônios imateriais e materiais, a importância da avaliação e monitoramento dessas políticas públicas. Não basta formular, é preciso o seu monitoramento, é preciso a sua avaliação contínua, elas têm que ser evolutivas também. Além de estruturais e saudáveis elas têm que evoluir. Aliás, existe uma frase de um sujeito que trabalha com políticas públicas, que diz que elas têm que estar previstas a sua extinção, e não a sua perpetuação, porque elas vêm geralmente por solucionar graves problemas sociais. Afirmar a ativa participação de todos os atores, governos municipais, estaduais e federal, a partir do lema ‘Nada sobre Nós sem Nós’ nos projetos de mudanças culturais acerca e para as pessoas com deficiência. Ampliar progressivamente os recursos materiais e financeiros com incentivo à participação da sociedade civil na implementação de políticas públicas culturais. Incluir os temas relacionados com Direitos Humanos e pessoas com deficiência, segundo o novo paradigma que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Onu 2006) nos orienta. Tomando as manifestações artístico-culturais como um sério campo de difusão desses direitos fundamentais.

E para a difusão na “Terra Brasilis” realizar oficinas regionais de Indicação de Políticas Públicas Culturais para Pessoas com Deficiência. Capacitar “avaliadores” dessas políticas que serão produzidas e difundidas a partir desse importante encontro. Fomentar e aprimorar o levantamento nacional dos indicadores de profissionalização dos artistas, produtores, incentivadores, animadores culturais que estão implicados no campo das deficiências. E na construção de novas leis temos que trabalhar dentro de uma noção rizomática,

ou seja, que é uma formulação guattariana, diferente daquela do enraizamento apenas, ela é como as raízes de uma samambaia, ela se espalha e ela não tem apenas uma direção, ela atinge todos os campos. E dessa noção eu sugiro a criação de um conservatório independente e socializado sobre Políticas Públicas Culturais para Pessoas com Deficiência, com realização de um site inclusivo na internet, para difusão de formas criativas de recursos, projetos, realizações, leis, movimentos, ações educativas, Direitos Humanos, artistas de todas as áreas, construindo coletivamente uma interlocução permanente dessas políticas. E eu diria que nós temos aqui presente o amigo Marco Antônio Queiroz que é um excelente especialista em acessibilidade na web. Ele é o único consultor nesse campo, e ele pode comandar isso com muito carinho. Exigir o cumprimento das leis, decretos e portarias que protejam os Direitos Sociais e Culturais de Pessoas com Deficiência, a começar pelo próprio Estado. E tendo como meta fundamental a acessibilidade. Ou seja, o Decreto nº 5.296, de 2004 diz claramente: "o sonho, a militância e a determinação do movimento das pessoas com deficiência no Brasil, alcança um novo patamar com a assinatura de regulamentação das leis de acessibilidade." Kant já dizia que Direitos Humanos, democracia e acessibilidade são indissolúveis, pois representam respeito e a valorização da diversidade humana como instrumento de bem-estar e o desenvolvimento inclusivo. Para novos paradigmas tem-se que promover revoluções moleculares. A respeito do novo paradigma social, nos interroguemos se seremos apenas participantes ou espectadores. Da mesma forma que para os documentos legais que desejamos sejam divulgados e formulados.

Que tal, todos juntos sermos atores de mais uma revolução molecular e partir para construir novos paradigmas éticos, estéticos, políticos e efetivos de relação com o outro e os outros na diferença. Porque eu trabalho com a proposta de um paradigma ético, estético e político, baseado em Felix Guattari que se contrapõe ao modelo biomédico e cientificista em relação às pessoas com deficiência, por exemplo, onde o sujeito é visto como ético porque é uma potência ativa que surge na imanência das práticas para governar a vida e escolher a forma de vivê-la. Isso é fundamental. Estético porque tem ação permanente. Político porque implica a escolha de modos de mundo que se pode viver. E, finalizando, eu vou 'oswaldianamente'; com o Professor Oswald de Andrade, brincar com vocês deixando um novo manifesto: é o manifesto neo-antropofágico.

"Só a antropodiversidade nos une socialmente, economicamente e filosoficamente. Tupi, or not Tupi: that is another question. Portadores das diversidades humanas dos contrários. As singularidades não interessam. A nós interessa porque não sou eu. Interessa o que é do outro e os múltiplos do outro. E, finalmente dizer, que alegria é a copa dos olhos".

E esse é o nosso querido Oswald Andrade subvertido na sua utopia. Quem quiser conhecer algum trabalho que eu já tenha publicado, tem dois livros aí: um de Políticas Públicas, Educação e Tecnologia para Pessoas com Deficiência e outro A Reforma Psiquiátrica do Cotidiano II. E essa é a Genê e o seu olhar que vê além do olhar para todos nós. É a moça que traz a 'luz no fim do livro', que eu disse hoje; é um manifesto em favor do direito que as pessoas cegas têm de acesso à leitura também. Esses aí são os meus contatos. E finalizo com aquela frase famosa: "A vida pode ter mais possibilidades que limites". Obrigado a todos e todas.

CLÁUDIA WERNECK – ESCOLA DE GENTE, COMUNICAÇÃO, INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA:

Bom dia. Queria parabenizar a organização desta Oficina Nacional pela coerência entre discurso e prática, pela força do detalhe no material em braille escolhido, pela preocupação em dar acessibilidade. Eu acho que isso tem um valor muito grande. Três histórias para contextualizar um pouco o pensamento da Escola de Gente. A primeira história aconteceu há três anos e me foi contada por um residente de medicina que atuava no Hospital Sousa Aguiar aqui no Rio, um hospital que atende prioritariamente pessoas de comunidades carentes, pessoas com menos condição de procurar hospital particular, plano de saúde, etc. O grupo de residentes em medicina foi me entrevistar e depois de horas de conversa me contou a seguinte história: havia no Sousa Aguiar, na ala de queimados, um homem tão queimado, todo enfaixado, muito mal. Tão mal que acabou morrendo. Esse homem não recebia visitas, ninguém ia procurá-lo, e para espanto dos médicos ele nunca pedia mais analgésico. Tão queimado, tão mal e, aparentemente, era o único paciente que não pedia por mais analgésico. Isso era um mistério. Os médicos trocavam de plantão, olhavam na ficha e viam que aquele paciente nunca pedia mais analgésico. Mas, tão mal, tão mal, acabou morrendo. Não recebia visitas. Um dia descobriram que o que acontecia com ele: ele era uma pessoa surda. Todo amarrado, não conseguia comunicar que sentia dor. Estranho, num hospital que atende pessoas com deficiência, que atende pessoas que vivem na pobreza no Rio de Janeiro, os médicos não terem a percepção de um cruzamento básico: que é a pessoa queimada, pobre e surda. É como se essa combinação estivesse fora da formação dos médicos e das médicas do Brasil. Na verdade, isso existe em qualquer profissão.

Segunda história aconteceu ontem. Combinei de jantar com a Isabel Maior, que é minha amiga há muitos anos. Ela queria comida japonesa, estávamos na Barra da Tijuca. Eu falei que ia levá-la, mas fiquei uma hora ao

telefone e não encontrei um restaurante japonês com acessibilidade. E não vou nem contar os diálogos por telefone porque me deixaram entre deprimida e desesperada.

Terceira história: semana passada, um promotor de justiça do Espírito Santo me mandou e-mail dizendo que, durante uma audiência de um jovem que estava sendo condenando por ter matado alguém, esse jovem falou: “– na hora que eu enfiei a faca naquele homem, eu senti a dor daquele homem em mim.” Essa terceira história, para mim, tem um sentido de unidade. Ou seja, toda vez que algum de nós aponta e denuncia o outro, está denunciando a si próprio. Quando eu critico o “mim”, quando eu critico a mim, que faço parte desse mundo, que cria esse sistema e que é incompetente para colaborar para que este sistema mude. Se alguém critica a sociedade civil, imediatamente critica o Governo, critica as empresas, porque somos parte de um todo, único, indivisível. E sem a proposta e entendimento de uma diversidade infinita e que quanto mais diversidade, mais legitimidade existe em qualquer proposta, ficamos perdidos numa falsa concepção, para opinião da Escola de Gente, a associação que represento, de ser possível controlar a diversidade.

Para nós, da Escola de Gente, as duas expressões: “abaixo a diversidade” e “viva a diversidade” são equivocadas, porque são apenas expressões de um mesmo raciocínio linear que nos impede de enfrentar um grande desafio que é entender o que existe no meio. A infinitude do meio, impossível de ser manifestada quando há o controle de que tipo de diversidade eu vou trabalhar, o que eu acho que é um problema de todos nós: escolher a diversidade com que se vai trabalhar. Para nós, da Escola de Gente, isso já é a anti-diversidade. Então, vemos a diversidade como algo que é. Assim como não existe um congresso para decidir se vamos respirar amanhã, existe sim, congresso que debate o ambiente, poluição, aquecimento global, mas não há um congresso onde, por exemplo, a Patrícia Dornelles decida e diga que as pessoas que com ela trabalham defendem que só vamos respirar às terças e às quartas, porque morreremos. E outro grupo diz que a organização que representa a Fiocruz decide ele respirar só pela manhã. Isso é inviável porque respirar é, diversidade é, e nunca nasceu e nem nascerá ninguém igual a ninguém no mundo. As pessoas chegam ao mundo embaralhadas, não há nenhuma ordem na chegada das pessoas ao mundo, totalmente diferentes entre si, embaralhadas e o primeiro ímpeto é organizar essa diferença a tal ponto que ela vire um problema que então vamos ver como entender e respeitar.

Eu represento a Escola de Gente, Comunicação e Inclusão, sou jornalista, comecei me interessar pelo tema ‘inclusão’ em 1991, quando fiz uma reportagem para a Revista Pais & Filhos, na qual eu trabalhava, sobre Síndrome de Down, e percebi que eu não era a boa jornalista que eu pensava,

nem a boa mãe, nem a boa super dama, não era boa em nada e me achava maravilhosa. Comecei questionar tudo na minha vida, escrevi vários livros, comecei outra trajetória, fundei com meu marido uma editora, WVA Editora, especializada em inclusão, fundada no ano de 1992, com o objetivo de disseminar uma Sociedade Inclusiva no Brasil, e da WVA Editora, criamos uma Escola de Gente. Eu vou ler o texto inteiro por conta das pessoas cegas aqui presentes.

A Escola de Gente, Comunicação e Inclusão, Mobilização da Sociedade Civil Brasileira, criada em 2002, com profissionais de comunicação especialistas em inclusão, com o objetivo de contribuir para implementação de uma sociedade inclusiva no Brasil, segundo a Resolução 45/81 da Onu. A Escola de Gente nasce no ano de 2002, especializada em inclusão também para disseminar o conceito de sociedade inclusiva no Brasil. A WVA Editora faz livros acessíveis desde 1994, então, meu marido nem vai mais a nenhuma discussão, ele fala que não aguenta mais porque tem dez anos que ele faz e as editoras continuam sem querer fazer. Enfim, é uma trajetória bem antiga.

A Escola de Gente trabalha em vários países, trabalha em vários Estados. Nesse momento eu estou montando um mapa do mundo que tem a pergunta: por que no mundo a Escola de Gente já passou mobilizando pessoas para a causa da inclusão? E os países que estão assinalados são: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, México, Paraguai, Peru, Quênia e Uruguai. E estamos trabalhando também no Equador. O slide que eu mostro agora fala do Brasil e aponta os Estados Brasileiros onde atua: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e estamos trabalhando também no Piauí. Adoramos trabalhar no Norte e no Nordeste, temos verdadeira paixão por isso. O objetivo é trabalhar para que as políticas públicas se tornem políticas públicas inclusivas. E entendemos como políticas públicas inclusivas aquelas que simultaneamente enfrentam a desigualdade social, ratificam a diversidade humana como valor inquestionável e garantem Direitos Humanos da pessoa com e sem deficiência desde a infância. E abaixo várias fotos e grupos diferentes de jovens diferentes da nossa organização.

Ontem eu trouxe para vocês um livro acessível que a Escola de Gente fez em parceria com o MinC, com o apoio da Lei Rouanet, com patrocínio de uma empresa. E há uma solução da Escola de Gente para o que está disposto na ABNT em termos de acessibilidade. Ele tem espiral de livro em forma contrária, esse livro está em braile, vocês devem estar sabendo o que está acontecendo com a questão do livro em braile, que praticamente só há uma organização no Brasil que faz livros em braile com qualidade e em grande escala que é a Fundação Dorina Nowill, e que depois que a Convenção da Onu

foi aprovada o preço do livro em braille subiu mais de 1000%. Para vocês terem uma idéia, aquele livro que eu distribuí para vocês ontem, ele em braille custou em dezembro cento e cinquenta reais. Hoje em dia outro material que vou trazer para vocês à tarde, que é bem fininho, pegamos o orçamento agora está cobrando mil e poucos reais. No monopólio, no momento que avançamos com as políticas públicas já há um grupo tentando fazer com que seja impossível fazer as políticas públicas por conta dos valores do orçamento.

Hoje eu queria falar um pouco do nosso Grupo de Teatro "Os Inclusos e os Sisos". Esse grupo tem uma pessoa aqui representando, que é a Natália que está ali de blusa roxa, Natália é atriz. Esse grupo surgiu por conta de uma provocação que a Escola de Gente fez a um grupo de atores e atrizes da UniRio. No momento estou mostrando o slide onde eu tenho a seguinte frase: 'O grupo é formado por atores da UniRio', que foi formado no ano de 2003, que se torna agente da inclusão. Ou seja, a nós não interessa como organização, ter pessoas que não tenham conteúdo de inclusão. Então como o Grupo de Teatro se apresenta, se a platéia desejar, se for interessante para todos os lados eles discutem o tema inclusão. Eles hoje integram uma Rede de Arte de Transformação Social pela a Fundação AVINA e integramos também uma outra Rede Interamericana de Cultura e Política. Concordo que há um grande debate entre cultura e arte e transformação social. O objetivo do grupo é disseminar o conceito de inclusão e ética da diversidade por meio de espetáculos que abordem tema e garantam o acesso a todas as condições humanas.

Aqui tem algumas apresentações do grupo. Tenho três fotos: eles atuando na escola, tem os atores falando para um grupo grande de alunos de uma escola pública. Em cima tem o espetáculo que eles lançaram ano passado, "Ninguém mais vai ser bonzinho." E à esquerda eu tenho uma foto de quatro jovens (dois homens e duas mulheres) que representam o grupo de teatro. Eu quero contar para vocês que no ano passado, também com apoio do MinC, nós fizemos o que nós achamos que é o primeiro espetáculo teatral brasileiro que tinha ao mesmo tempo, audiodescrição, legendagem, intérprete de Língua de sinais, programa em braille que eu trouxe para quem quiser, e eu gravei o ensaio geral, porque os personagens que nós estamos tratando, inclusive, a Graziela, irmã da Lara, que fez a nossa audiodescrição, nunca havia trabalhado com todas as acessibilidades juntas. Então, todo mundo estava com medo, preocupado, foi um grande momento de colocar tudo em pé e o espetáculo estreou no ano passado. Isso aí é uma cena do espetáculo. Na frente o Jadson intérprete de libras que estava revezando com outro intérprete de libras. Ali atrás tem uma pessoa na cadeira de rodas e ali atrás uma pessoa com fone de audiodescrição. Na próxima foto vocês podem ver o espetáculo que era uma comédia de criação de um dos atores do grupo, Diego Molina, mas tivemos recurso para

contratar os grandes nomes da iluminação, do cenário, do figurino, inclusive Bosco Brasil deu consultoria para o espetáculo. É uma comédia onde o ônibus foi seqüestrado e uma das pessoas seqüestradas queria levar uma atriz que não tinha Síndrome de Down, porque o grupo foi formado na faculdade e na faculdade não tem ator com Síndrome de Down. Uma das atrizes representava a menina com Síndrome de Down que era filha de um político corrupto que estava fugindo do pai. E na mesma tela vocês estão vendo à esquerda os profissionais intérpretes de línguas de sinais, à direita a legendagem para pessoas surdas que optam pela escrita, e ao mesmo tempo tinha a possibilidade de audiodescrição. Assento reservado para pessoas com deficiência ou meia idade reduzida, programas em braille.

Eu queria falar um pouco para vocês, para a Escola de Gente, qual é o principal direito violado quando não há acessibilidade, é o direito à participação. Para nós, se hoje o livro é orçado apenas impresso, é como se você chegasse para a pessoa analfabeta e falasse: você não aprendeu a ler, não teve oportunidade, pois agora eu vou te penalizar duplamente: eu vou fazer um livro muito legal só impresso, e vocês vão ficar, de novo, sem ter informação e sem poder contribuir, participar de processo, de reflexão, de tomada de decisões em qualquer lugar. O livro apenas impresso hoje é algo inconstitucional, é impossível não combinar com mais nada, com nenhuma Comenda Internacional que o Brasil assina com a legislação que foi aprovada dia quatro de agosto na Onu. Nós estivemos na Onu com o governo brasileiro como Tratado Internacional. O livro impresso, voltando à questão do orçamento, se você não mostra o livro acessível com diversas linhas, o dinheiro não dá para fazer, mas não dá mesmo. Então, quando o Jorge Márcio falou de monitoramento de orçamento, nós participamos de grupo de monitoramento de orçamento, nós somos Conselheiros Nacionais da Juventude, transitamos em muitas formas de controle em âmbito nacional e em outros países, e o que nós percebemos é que realmente se você não cria orçamento de inclusão não adianta monitorar, porque você monitora a discriminação.

Minha pergunta é quanto custa não discriminar? Porque eu acho que nós hoje sabemos muito bem quanto custa discriminar. Eu sei quanto custa discriminar pessoas com deficiência, pessoas analfabetas, pessoas disléxicas, e quanto custa todos nós sabemos, mas quanto custa não discriminar é um desafio que não é só do Brasil, é de todos os países que eu pude conhecer. A participação, na verdade já acontece quando não há acessibilidade e não há acesso à cultura. Pessoas com deficiência, ao contrário do que se dizia antigamente, não são atendidas, não são percebidas, não são objeto da solidariedade das pessoas, nas classes mais populares. A indiferença em relação às pessoas com deficiência não depende de cultura, de classe social, de informação, não depende de nada

disso. Pela Onu, existem seiscentos milhões de pessoas no mundo com deficiência, quatrocentos milhões nos países em desenvolvimento, a maioria na África, Ásia, América Latina. Ou seja, não encontrar pessoa com deficiência nos projetos de combate à pobreza e desenvolvimento nas camadas populares deveria ser um espanto. Pensa-se que alguma coisa está muito errada na forma como se convoca as pessoas para o programa.

Vou mostrar agora um ciclo da não-participação que são quatro telinhas com uma setinha intercalada entre si. O primeiro quadrinho diz: pessoas com deficiência, principalmente aquelas que vivem na pobreza, 82% segundo a Onu das pessoas com deficiência estão na pobreza, não são percebidas pela comunidade como parte da comunidade. Não conseguem sair de casa, às vezes se chegar alguém com aquele alto-falante falando: "atenção, agora vamos oferecer um prato de comida na praça a cinquenta metros da sua casa". A pessoa surda está sozinha em casa, está passando fome, mas não sabe que ali tem um prato de comida a cinquenta, cem metros. Então, pessoas com deficiência não são percebidas e isso acontece em função da falta de acesso a bens, serviços e direitos como os direitos culturais. Não se percebe a presença de pessoas com deficiência pela própria comunidade que acha natural não haver acessibilidade nem na comunicação etc.

As políticas públicas confirmam a percepção ao desenhar programas que pela ausência de acessibilidade, principalmente na comunicação, se torne instrumentos eficazes na discriminação, pois impede o exercício do direito a participação. Por exemplo, se eu vou fazer um chamamento de uma reunião para jovens empreendedores na minha comunidade. Eu vou à rádio comunicar: amanhã reunião, tal hora, todos os jovens estão convocados, vai ser muito bom, vai ter fulano, etc. Você não fala assim: Você que está me ouvindo, avise ao seu amigo surdo que ele também está convidado. E você percebe que ao chegar lá o material será distribuído de forma impressa e também em braille; e você que é cadeirante também está convocado porque lá tem acesso, tem banheiro adaptado. Se você minimamente não dá informações as pessoas com deficiência não se mobilizam para os fatos gerais. Não vão porque sabem que não são bem-vindos. Um problema que temos hoje é que a maior parte dos atos discriminatórios são travestidos em nome do amor. O amor pode ser muito bem-vindo, mas é um problema. Tanto que a superproteção é considerada violação dos Direitos Humanos. O Direito da Infância é muito sério, o Brasil é um país que fala pouco do Direito da Infância. Dos países da América Latina que eu conheço é o que menos fala dos Direitos da Infância. Existem termos no Direito da Infância que não se incluem nos Direitos Humanos, e um deles é a superproteção. E se a família tem um filho com deficiência, aquele filho com deficiência, porque ele não é objeto de percepção de quem está em volta e de

quem vai contribuir para o futuro da nação, aquela criança que nasce e que há de ser pública no sentido da continuidade e da espécie de desenvolvimento da nação, vai se tornando um ser privado porque ninguém olha para ele como um bem da nação e sim, como um problema. Então, ocorre o fenômeno da tripartização das crianças com deficiência no Brasil, o que dá aos pais a percepção também falsa que pode deixá-la fora da escola deixando-a só, a Escola Especial que complementa a Escola Regular, mas não a substitui.

Continuando, as políticas públicas confiam na discriminação, por isso as pessoas com deficiência e pessoas analfabetas não exercem uma liberdade de expressão nem participam de decisões que lhes interessam direta ou indiretamente. São percebidas como seres humanos de menor valor pelas Políticas Públicas. E aí eu queria fazer um comentário sobre a expressão “respeito à diferença” que nós entendemos que é uma prova e uma prova dessa hierarquização de visões. Por que eu me sinto no direito de respeitar as diferenças do outro é porque eu já acho que a minha diferença é melhor do que aquela pessoa. Porque se eu achasse que a minha diferença é igual a dela eu não ia falar que ia respeitar a sua diferença. Então, existe formas muito sutis, que mesmo querendo avançar nós perpetuamos uma hierarquização de diversidades, de diferenças, de condições humanas, e isso se reflete nos orçamentos. Hoje eu vejo os orçamentos e sei claramente que visão de diversidade está por trás daquele orçamento. Conseqüentemente, pessoas com deficiência passam a contribuir cada vez menos para os processos democráticos, porque falar de acessibilidade é falar de democracia.

Discriminação e falta de consciência por parte da comunidade na qual moram as pessoas com deficiência aumenta, principalmente, em relação às necessidades específicas de pessoas com deficiência. Eu queria fazer uma diferenciação para necessidades específicas e necessidades especiais. Uma criança tem necessidade específica porque sempre vai existir crianças no mundo e sempre existirão pessoas deficientes no mundo. Portanto, não é possível distinguir a deficiência. Então, pessoa com deficiência tem que se valorizar como grupo de pessoas que existirão sempre garantindo seus direitos específicos em Políticas Universais, Políticas Especiais, Direitos Especiais representam um visão transitória, o risco é que esse transitório se torne permanente por isso que estamos hoje aqui. A minha principal pergunta: por que atender as necessidades específicas e não especiais de pessoas com deficiência a bens de direitos de serviços culturais, é considerado um custo, um problema a ser mediado, e não um investimento indispensável para gestores e patrocinadores das Políticas Culturais Brasileiras? Quando a expressão “cultura para todos” se tornará realidade? A Escola de Gente nasceu de uma pesquisa que fiz sobre o uso da palavra “todos” em políticas públicas em todos os países praticamente do mundo ocidental. Todos, mas quem cabe não

são todos. Quem tem acessibilidade são poucos os “todos”. E para finalizar, eu queria agradecer e dizer que realmente estou muito feliz de estar aqui hoje, e espero que tudo que tenha falado seja recebido como uma oferta, um presente, um desejo de colaborar. A Escola de Gente de Comunicação e Inclusão agradece ao Ministério da Cultura, a Fundação Oswaldo Cruz e a Caixa Econômica Federal a oportunidade de participar dessa Oficina Nacional e se coloca à disposição para contribuir. Que o Brasil, gloriosamente, apresente ao mundo suas Políticas Culturais inclusivas, aquelas que não discriminam em função de quaisquer diferenças e ou desigualdades. Ali tem o nosso contato. Quero falar na presença de uma grande liderança da área social no Brasil, o Movimento da Audiodescrição que está presente aqui conosco. Obrigada.

FREDERICO MAIA – SECRETÁRIO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL DO MINC:

Bom dia a todas as pessoas presentes. Quero primeiro agradecer em nome do Ministério da Cultura, do Ministro Juca e de toda equipe, a SID em nome do Ricardo Lima e do Secretário Sérgio Mamberti, da Fiocruz e de todos vocês que estão aqui presentes nessa Oficina Nacional de Indicação de Políticas Públicas Culturais para Inclusão das Pessoas com Deficiência. À luz do tema Patrimônio, Difusão, Fomento e Acessibilidade e da minha parca experiência pessoal com arte e acompanhamento terapêutico, eu – na minha viagem na noite de ontem de Brasília aqui para o Rio de Janeiro, eu resolvi levantar alguns nomes, algumas ações, alguns objetos, algumas referências pessoais que eu carrego e que eu compreendo que são de interesse de patrimônio material e imaterial nesse setor no qual eu trabalhei e estou envolvido fortemente, porque quem fez isso um dia nunca deixa de fazê-lo. Quem um dia trabalhou com saúde mental, com acompanhamento terapêutico, com arte ou com qualquer outra prática, nunca deixa de carregar isso consigo.

Como vocês sabem é uma experiência muito decisiva e muito forte. No meu caso pessoal eu posso dizer que me desconhecia enquanto pessoa, achava que era uma coisa e só fui descobrir quem eu era mesmo a partir dessa experiência. Eu vou fazer aqui um pequeno exercício que eu gostaria que cada um de vocês, na área que vocês trabalham, pensando na questão do patrimônio tanto material quanto imaterial pudessem, a partir de nomes, coisas ou ações que eu falo aqui, e vocês não conhecem porque é mais voltado para a área de saúde mental, quem for da saúde mental vai identificar facilmente, mas quem é de outros setores poderiam ir lembrando a riqueza. Eu fui levantando algumas coisas porque depois da questão da difusão, do fomento da acessibilidade que eu acho que o programa “Mais Cultura” procura de alguma forma atender.

Na questão do patrimônio fui lembrando de algumas coisas e de alguns nomes, e gostaria que vocês fossem também refletindo e lembrando algumas

coisas que pudessem compor esse painel de um patrimônio da sociedade brasileira notadamente daqueles que estão excluídos, que é grande parte da população brasileira, e que fazem parte da nossa identidade. Lembrei, por exemplo, do Museu das Imagens do Inconsciente: obras, acervo e espaço; da Doutora Nise da Silveira: o legado, as escritas, as imagens; do Fernando Diniz: obras, vida, filme, estrela de quantas pontas? Oito?; do Rafael, com seu traço único sem adiposidades; do Bispo do Rosário: por onde andam as suas obras?; do León Hirschman: seus episódios e películas das imagens do inconsciente; do Torquato Neto: os pássaros continuam cantando seus tristes cantos no Engenho de Dentro?; o Profeta das Cores e das Águas: o Aparecidão; Sobre as lentes do Leopoldo Nunes que, aliás, me deu esse produto aqui para entregar para você, Paulo Amarante: o 'Bicho de Sete Cabeças' e o filme 'Profeta das Águas'; o 'Pirei, Pirado, Pirou'; o Ueizz; a Rádio Tam-Tam, dessa pessoa maravilhosa, que eu não sabia que estava aqui e estou vendo ali ao fundo, o Renato Di Renzo, que me disse outro dia que vai comemorar 20 anos da Rádio Tam-Tam ano que vem. Eu acabei de falar isso em Porto Alegre, viu, Di Renzo? Estamos prontos para lhe ajudar fazer essa festa. O fechamento do Anchieta, que vai fazer 20 anos, ano que vem. A construção dos Naps, dos Caps. Os escritos do Máximo, em São Vicente, 365/98. Esses números se referem aos poemas que ele escreveu, um por dia, todo dia, na Oficina da Palavra de Rotina, do Máximo, enquanto ele fazia arranjos de Ikebana. O Carrano, que acabou de nos deixar, com o seu livro 'Canto dos Malditos' que inspirou o 'Bicho de Sete Cabeças', de Lais Boldanzki; o Claudinho, pintando em Porto Alegre, até a Salvação, acompanhado pelo coração da Patrícia Dornelles; a Lei Paulo Delgado, o Dezoito de Maio, a Luta Antimanicomial, a Ordem do Mérito da Cultura 2008, em papelada da Efigênia Rolim, aqui no Rio de Janeiro na semana passada, os dois italianos: o Basaglia e o Rotelli, o 'Chamado de um Psiquiatra', que já não está conosco; o Davi Capistrano, a Telma de Sousa, o Paulo Amarante.

Nós temos tantas coisas importantes, o seu projeto, aqui nessa mesa já encontrei dois produtos: um que eu recebi hoje de manhã para dar para o Paulo Amarante, que são dois filmes, um jornal Candura, enfim, nós temos uma memória e uma trajetória que já faz parte de um patrimônio que é inegável, que é importante, que nós temos que cuidar dele, zelar por ele, porque ele aponta os caminhos. Eu tenho certeza que a partir de agora, desse levantamento de coisas que eu fiz aqui tão rapidamente, enquanto sentei num vôo de uma hora e vinte, pensando o que dizer aqui hoje, fui levantando um pouquinho, porque se eu demorasse duas horas para tentar resgatar coisas, fatos, objetos que podem constituir esse painel desse patrimônio, desde uma camisa-de-força ou de uma máquina de eletrochoque que deve estar no museu como no museu de Auschwitz para lembrar os horrores do nazismo, até objetos

como este que nós mostramos aqui: um filme, uma peça de teatro, duendes, um quadro do Claudinho, ou um poema do Máximo. Portanto, quero começar a puxar um pouco o tema, a partir dessa memória deste patrimônio e quero avançar um pouco no sentido daquilo que é a proposta, o Programa “Mais Cultura” que é um programa importante do Ministério da Cultura. Um programa que é mais um da Agenda Social do governo Lula, que envolve cerca de 19 ministérios, até do que próprio Ministério da Cultura.

Esse programa exige uma transversalidade e uma intersetorialidade muito grande. Eu tenho oportunidade de acompanhá-lo, as pessoas do MinC que estão aqui sabem disso. Portanto, essa Agenda Social do Governo tem feito com que os gestores da Esplanada dos Ministérios, consigam transitar, atravessar de um prédio a outro, se relacionar com as outras Políticas Públicas e quando eu faço isso eu me lembro da minha experiência dentro de um Naps onde encontrávamos a interdisciplinaridade das competências e construímos uma coisa grandiosa que não conheço ainda similar na minha experiência como profissional, do que trabalhar com equipe multidisciplinar. E na minha experiência com o “Mais Cultura” lá em Brasília, eu estou conseguindo constatar isso.

O Programa “Mais Cultura”, ele é um programa novo, um programa que foi lançado há cerca de um ano, é um processo em construção e acredito que essa oficina vai ter um caráter muito especial porque ajudará a todos nós dos ministérios, em especial, encontrar caminhos neste programa. Processo para acessibilidade, processo para financiamento, para o patrimônio e para o fomento das políticas públicas, notadamente, para o deficiente. Eu compreendo que isso aqui é um laboratório importante para que possamos aprontar. Ele não está pronto, é um programa em movimento, é um programa que, com certeza, ele só foi possível porque a questão do ex-Ministro Gil e do Ministro Juca deslocou a ação do Ministério da Cultura a procura de um balcão para construção de uma política pública. A grande contribuição em minha opinião, é que além dessa mudança de diretriz e uma política que seguiu um determinado eixo geopolítico e há um determinado setor cultural do país, ele agora é uma ressarção, esse deslocamento possibilitou a construção de uma política que tende a atender o conjunto dos cinco mil quinhentos e sessenta e quatro municípios do país e, evidentemente, que essa política não atingiu ainda a todos esses Municípios, talvez até demore a atender, porque nós somos um país muito desigual que nenhuma política pública conseguiu atingir isso. Eu posso lembrar, por exemplo, os Naps. Eu ajudei a construir um dos primeiros em São Vicente, lá em Santos. Hoje nós somos mil duzentos e poucos Naps no Brasil ainda. Não conseguimos ainda atingir nem todos Municípios com esse programa, com os Centros de Convivência, com o hospital-dia, por conta, exatamente, dessas desigualdades, mas com certeza temos ali um modelo que se constrói que agrega interesses, que aproxima sensibilidades para transformação desse processo. Portanto, na verdade, estou apresentando esse

programa não como algo pronto, mas algo em construção. E compreendo que essa oficina é fundamental para que possamos encontrar no programa os locais, as áreas, os recursos possíveis, para atender essa demanda tão importante da sociedade brasileira e tão excluída. É um processo que nós queremos construir juntos, até porque o Ministério da Cultura não faz cultura, quem faz cultura somos nós, o povo brasileiro. O Ministério da Cultura, na verdade, é um parceiro desse processo. Então, vou me ater ao programa. Aí seria uma corrida de fundo, uma corrida de cinco mil metros, dez mil metros e vamos ter que fazer igual ao Joaquim Cruz ou o Joaquim Barbosa. É longo, mas vou ter que falar rapidamente por conta do tempo, tenho que correr em cem metros o que correríamos em quatro quilômetros. É um programa grande, denso, mas eu creio que daremos conta. Este programa está no site do MinC, vocês podem acessar o www.cultura.gov.br, um site que tem de tudo; quem navegar por lá vai compreender a grandeza e a importância do que está sendo feito no Ministério da Cultura, por exemplo, na área de editais, para dizer a verdade essa foi uma das ações.

Os recursos do MinC estão hoje disponíveis em editais. Temos aqui em termos de compromisso algo desse tipo. Então, vamos para o “Mais Cultura”. Eu vou passar rapidamente essas primeiras lâminas que foram parte de uma pesquisa importante de caráter municipal, essa pesquisa do IBGE que vai aos Municípios para estudar determinados temas. Pela primeira vez o Brasil fez uma pesquisa incluindo a cultura e estes números vocês encontram no site do IBGE, lá tem os dados de todos os municípios brasileiros e essa pesquisa, na realidade, pôde radiografar a realidade da cultura brasileira. A sua média, os seus números caóticos, a sua complexidade e a sua grandeza também. Então, essa pesquisa é importante e está no site do IBGE, chama Pesquisa do Nível da Cultura. Essa pesquisa é fundamental porque ela aponta determinados números que coloca a cultura num patamar de importância que nós produtores de cultura desconhecemos. E que a partir desses dados devemos, naturalmente, compreender que não devemos mais andar de pires na mão, que não temos que nos envergonhar de nada e que deveremos exigir respeito a esse potencial que é, inclusive, econômico. Que gera recursos, que gera bens, que gera condição de vida para muita gente, e que o país investe pouco. Essa pesquisa aponta para um número espetacular que cerca de 5% do PIB é produzido pela Cultura Brasileira. Se esse número é tão importante, é conseguido com tão pouco investimento na cultura, imaginem se tivéssemos aí o que temos apontado como diretrizes. Um projeto de lei que está no Congresso Nacional, APEX 150, que pede que os municípios apliquem do seu orçamento 1% e os estados 1,5%, que a União tenha 2% de recursos investidos no setor cultural. Apenas 3% dos brasileiros freqüentam cinema, uma vez por ano. 92% dos brasileiros

nunca freqüentaram museus, 93,4% dos brasileiros jamais freqüentaram alguma exposição de arte, 78% dos brasileiros nunca assistiram espetáculos de dança, embora 28,8% saiam para dançar. Mais de 90% dos Municípios não possuem salas de cinema, teatro, museus e espaços culturais multiuso. O brasileiro lê, em média, 1,8 livros per capita ano contra 2,4 da Colômbia e 7 na França. 70% dos livros estão concentrados nas mãos de apenas 16% da população. Esse número é muito parecido com os números da distribuição de renda do país. O preço médio do livro de leitura corrente é R\$ 25,00. Eu me preocupei e até anotei a sua preocupação Werneck, com relação ao livro em braille, vou conversar com uma pessoa do PNLL, Plano Nacional do Livro de Leitura, para você entrar em contato com eles para que você possa informá-los e ver como nós no MinC podemos ajudar com relação à isso. Até porque existe uma desoneração fortíssima na gestão do governo Lula para o livro. Uma desoneração fiscal exatamente visando que esse preço baixe e ainda não baixou, então, o setor do livro está em dívida com o governo brasileiro e com os leitores brasileiros, porque essa desoneração existe e ainda não começou acontecer. Os livros ficaram muito mais baratos para quem produz, mas ainda não estão baratos na mão do leitor; 630 municípios brasileiros nunca receberam biblioteca, destes, 405 ficam no Nordeste. Esse número praticamente já desapareceu este ano. Nós estamos implementando bibliotecas em seiscentos municípios brasileiros e tudo isso é importante discutir. Acessibilidade, livros em braille, todas essas ações importantes para facilitar o acesso a esses produtos. 82% dos brasileiros não possuem computador em casa. Esse número também já, não é mais esse porque essa pesquisa é de 2006 e tem mudado muito essa questão do acesso ao computador e à internet no Brasil. 56,7% da população na área da cultura não têm carteira assinada ou trabalha por conta própria.

Quando olho para esses números eu fico triste, mas ao mesmo tempo reflito o seguinte: se a Cultura Brasileira conseguisse mudar esse quadro, naturalmente fariamos uma revolução na Cultura Brasileira por aí, dando condição de o artista brasileiro viver dignamente. Esses números de baixo são impressionantes. A média brasileira de despesa mensal com a cultura por família é de 4,4% do total de rendimentos. Esse número é acima dos gastos da família com educação, que é de 3,5% e não varia em razão da classe social. E o gasto com a cultura ocupa a sexta posição dos gastos mensais da família brasileira. É aí que reside a importância da cultura brasileira, inclusive na economia e que nós desconhecemos. Precisamos começar a colocar na agenda política a questão cultural, porque o financiamento passa por aí, para que o Estado consiga identificar a importância da cultura brasileira na economia. E começamos a ter recursos que não são gasto, mas investimento em um setor da mais alta importância para o desenvolvimento social, econômico do país. Então, vamos trabalhar na diretriz

do programa "Mais Cultura". Ele pretende garantir acesso aos bens culturais e meios necessários da expressão simbólica e artística. Promover a diversidade cultural e social. A autonomia, auto-estima, o sentimento de pertencimento, a cidadania, a liberdade dos indivíduos, o protagonismo e a emancipação social. Qualificar o ambiente social das cidades, o direito à cidade. O deficiente não tem direito à cidade, vocês sabem disso, mas de resto os outros indivíduos da sociedade também não têm. Porque vivem em condições de miséria, sem acesso a bibliotecas, sem acesso a espaços culturais, sem acesso ao lazer. Evidentemente que os deficientes sofrem muito mais desse problema. Portanto, diretrizes para qualificar o ambiente social das cidades ampliando a oferta de equipamentos e espaços que permitam o acesso à produção e a dispersão cultural.

Gerar oportunidade de emprego e renda para trabalhadores das micro, pequenas e médias empresas, assim como empreendimento de economia solidária no mercado cultural brasileiro. Linhas de ação: cultura e cidadania, identidade e diversidade. Linha dois: Cidade Cultural, qualificação do ambiente social e direito à cidade. Linha três: cultura e renda, ocupação de renda e emprego e financiamento da cultura. A próxima lâmina trata das diretrizes dessas linhas de ação. Em cultura e cidadania é garantir o acesso a bens e serviços. Na Cidade Cultural, qualificar o ambiente social das cidades. E cultura e renda, gerar oportunidades de ocupações, emprego e negócios sempre pretendendo promover a diversidade cultural e social do país. Pontos de atuação: aí vem o grande "barato" deste programa. Era a isso que me referia anteriormente. A partir desse olhar da prospecção desse quadro, conseguimos enxergar as outras políticas públicas e a correlação existente com a cultura, a transversalidade da cultura está aí. E a partir dessas demandas desses grupos e da Agenda Social estamos construindo o desenho desse processo. As famílias de baixa renda são focos de atuação principal. Notadamente aquelas que são atendidas pelo Programa Bolsa Família. Aí, nós encontramos, por exemplo, o Ministério do Desenvolvimento Social que com a sua política de assistência, uma política que deixa de ser assistencialista para ser uma política social do país. A juventude por meio das ações que estão construídas para a juventude no país, uma Secretaria Nacional de Juventude que foi criada, ligada ao gabinete da presidência da República. E com a juventude nós temos uma ação fortemente articulada com o Programa Pró-Jovem, um programa importante que faz um trabalho com jovens do campo, jovens da cidade, jovem trabalhador. Os trabalhadores com até dois salários mínimos, é um programa que nós estamos chamando de Vale Cultura.

É um programa que está sendo discutido no âmbito do Governo e no Congresso Nacional. É um programa que, a princípio, quando foi pensado nós achávamos que podíamos ter problemas junto aos empresários, e para nossa

surpresa descobrimos que eles gostam da idéia porque a empresa que oferece vale refeição, vale transporte é muito bem vista pelo trabalhador. Então, no setor empresarial, vale trabalhador e o vale cultura teve apoio e ainda é uma questão de projeto de lei que precisa passar pelo Congresso, mas a possibilidade existe. Na verdade, é um vale que vai beneficiar trabalhadores com dois, três salários mínimos. A educação, nós temos aqui junto com o Ministério da Educação um forte trabalho do “Mais Educação” junto com o “Mais Cultura”, a ação é fortíssima, está sendo desenhada dia-a-dia junto com o Ministro Haddad e, notadamente o programa vai atingir ali no primeiro momento, porque é um programa que faz escolhas, o Ministério da Cultura fez escolhas assim como o Presidente Lula fez escolhas. Na verdade esse é um projeto que é voltado para o conjunto da sociedade brasileira, mas somos criteriosos no sentido de encontrar índices, grupos sociais, regiões, territorializamos para atender a um grupo de pessoas que nunca tiveram acesso à cultura. Então, por exemplo, os mil duzentos e vinte e dois municípios que tem os menores índices de educação básica, esses municípios são prioritários. Essas escolas desses mil duzentos e vinte e dois municípios estão recebendo um reforço especial do Ministério da Educação para que levantem e melhorem os índices, para que mantenham as crianças e jovens dentro da escola e a cultura é fundamental, nós temos construído esse processo com o Ministério da Educação.

Com o meio ambiente, fortemente nós temos desenhado, aliás, estamos no mesmo prédio e o Ministro do Meio Ambiente também é Minc. E temos trabalhado fortemente com as bacias hidrográficas, com o São Francisco, por exemplo. Temos construído muito fortemente uma ação no Vale do São Francisco e é um verdadeiro território, um verdadeiro mapa cultural do Brasil, outro mapa desenhado com a participação de sete estados brasileiros dentro do mapa brasileiro com uma diversidade cultural extraordinária. Crianças e adolescentes: estamos fazendo uma oficina voltada para crianças e adolescentes. Pessoas com deficiência nós temos avançado muito, começamos construir uma oficina aqui com a Fiocruz no ano passado, estamos fazendo essa agora, e acho que temos oportunidade de avançar nesse setor. Populações em situação de vulnerabilidade social e povos e comunidades tradicionais, faremos agora nesses dias, por exemplo, daqui um mês, umas oficinas com lideranças de pescadores artesanais. Esses povos e comunidades tradicionais envolvem um grupo de vinte milhões de pessoas. São indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, seringueiros, pescadores, comunidades artesanais, que estão nos Territórios da Cidadania, programa, aliás, muito importante. Esse é um programa muito importante, o Território da Cidadania que envolve um programa que é coordenado pela Casa Civil que envolve 19 Ministérios da Agenda social, o Ministério da Cultura está fortemente ali, é um programa voltado para o

desenvolvimento territorial. Os municípios se agregam em função de uma identidade cultural ou de uma identidade produtiva e nós estamos fortemente articulados com eles. São estes municípios que têm estes piores quadros aí que nós falamos de exclusão, mas que ao mesmo tempo, se estabelecem porque tem fortemente a questão cultural no seu cotidiano.

As metas e ações: aqui é um pouco o cardápio do Ministério da Cultura, os Pontos de Cultura, nós tivemos programas criados na gestão do ministro Gil e do ministro Juca, temos hoje, Pontos de Cultura não se inventa, Pontos de Cultura são uma manifestação cultural na comunidade seja ela na periferia de uma grande cidade, numa tribo indígena ou em pequenos municípios. Por exemplo, nós sabemos que em Niterói tem um Ponto de Cultura, tem outro Ponto de Cultura em Campinas que é essa experiência, Itu também. Acho importante dizer para vocês, nós estamos com vinte e quatro editais abertos no Brasil, com vinte e quatro estados, para criação de mil trezentos e sessenta e três novos Pontos de Cultura até o final do ano. Para vocês terem idéia do que significa este investimento, até 2010 num único projeto do Ministério da Cultura, é de cerca de duzentos e trinta e nove milhões em dois anos e meio num único projeto. Quando o ministro Gil assumiu o Ministério em 2003, ele recebeu o orçamento do governo anterior, para todas as ações do Ministério, um orçamento de duzentos e oitenta milhões. Então, num único projeto para vinte e quatro estados, nós estamos botando duzentos e trinta e nove milhões para a construção de mil trezentos e sessenta e três Pontos de Cultura, que poderão ser acessados por meio desses editais, portanto fiquem atentos, acessem o site do MinC e se informe sobre esses editais e concorram, façam projetos, entrem em contato com os equipamentos que tem o recorte com a saúde e com a educação, que são Pontos de Cultura, peçam apoio para construção desses projetos. E a própria Secretaria de Projetos e Programas Culturais do Ministério da Cultura, que é responsável pelos Pontos de Cultura e pelos Pontões de Cultura.

Nós temos a capacitação cultural que vocês vão ver mais para frente. Nós vamos fazer capacitação de cinco mil gestores, tanto de equipe de secretarias de municípios, quanto de estados, quanto de gestores de Equipamentos Culturais e trinta mil Agentes de Cultura na área do Livro de Leitura, Memória, Audiovisual e Cultura Digital. O Vale Cultura que já falei um pouco, a Lei Rouanet que é uma lei complexa que não atende as diretrizes da política pública que o Ministério da Cultura faz, então é uma lei que vai ao Congresso Nacional para ser modificada. Nós estamos preparando o projeto de modificação da lei para que ela possa ser mais democrática e atender a todo o conjunto da diversidade cultural brasileira, coisa que não atende hoje. Uma lei que atenda aos mesmos setores antigos que eu falei antes que existiam na cultura brasileira.

A programação para TVs e rádios públicas. Nós temos hoje uma TV pública brasileira, articulada com as TVs universitárias, as TVs educativas, as TVs comunitárias, as TVs do Legislativo e do Judiciário. Se vocês quiserem conhecer as diretrizes deste programa, acessem o site do Ministério da Cultura, o Fórum de TVs Públicas e vocês vão encontrar dois cadernos e podem fazer um download e imprimir para que vocês conheçam. Nós entendemos que 40% da produção são audiovisuais, o vídeo está em tudo. E agora mais do que nunca, com o vídeo do celular, a possibilidade do vídeo no celular, a TV vai deixar de ser um objeto da sala, do quarto ou da cozinha e será algo que poderá ser acessada em qualquer lugar. Nós trabalhamos para que, pelo menos 40% da produção da TV pública sejam feitos pela produção independente. E existe investimento; este ano teve trezentos milhões para reconstruir esse PAC da TV Pública, que está sucateado e abandonado por todo país. A rede de bibliotecas públicas, nós temos quatro mil e quinhentas bibliotecas no Brasil, sem computadores, sem acervo, sem capacitação dos profissionais, enfim, é uma rede muito importante e vamos investir fortemente no setor de bibliotecas públicas e os livros a preços populares. É um edital que vai ser feito com os autores dos estados e com as gráficas e editoras dos estados. Então é um edital que serve aos dois setores a quem escreve e a quem produz esses livros no sentido de fazer investimento regionalizado e centralizar os recursos para baratear o custo e promover a produção literária brasileira.

A Cidade Cultural nós estamos trabalhando com os Espaços Comunitários Multiuso, notadamente nas regiões do PAC em áreas degradadas de favelas, palafitas. Eu não sei se vocês viram ontem o Ministro Juca Ferreira lançando o Edital dos Pontos de Leitura numa biblioteca que acontece numa palafita em Recife, uma experiência extraordinária. O Ministro Juca havia ido lá e ficou impressionado e resolveu lançar essa biblioteca lá. Por favor, acessem esse edital, informem às pessoas participarem desse Edital que ele é da maior importância. O acesso da periferia aos centros. Essa é a questão da acessibilidade das pessoas que vivem confinadas e não tem acesso. Eu fico impressionado aqui no Rio, me permitam falar sobre essa experiência. Eu fui chamado pela Secretaria de Cultura de São Gonçalo que é um município aqui do outro lado da baía que vemos daqui e de lá eles vêem o Rio de Janeiro, e fiquei absolutamente impressionado. Eu fiquei sabendo e não sei se esses números são corretos, mas a cidade do Rio de Janeiro tem mais de oitenta museus. São Gonçalo não tem nenhum. São Gonçalo não tem biblioteca pública. A cidade de São Gonçalo é uma cidade que tem mais de um milhão de habitantes, pessoas que vivem ali sem direito ao acesso da cultura. O que mostra que aquela direção que a cultura brasileira tinha que diziam que a cultura era feita no eixo Rio-São Paulo, não é verdade. Eu creio que mais no eixo da cidade do Rio de Janeiro e da

cidade de São Paulo. Porque cidades vizinhas como São Gonçalo não oferece esse serviço, não dá acesso a cultura por falta de investimento, por falta de estrutura e é isso que nós queremos discutir quando discutimos esta questão da Cidade Cultural.

Hoje nós temos o Ministério das Cidades, um importante parceiro, ele criou o Estatuto das Cidades, faz Conferências Nacionais, então a questão da cultura deverá ser discutida lá fortemente. A questão da acessibilidade também e nós estamos indo lá discutir isso. Não podemos dizer que é uma cidade porque tem Prefeitura e Câmara Municipal, não é uma cidade. Uma cidade que não tem uma biblioteca, que não tem espaço cultural não deveria ser chamada de cidade. Então, precisamos, na verdade, repensar as cidades e o Ministério da Cultura se coloca nessa tarefa junto com os outros entes que discutem a questão urbana do país. Territorializamos o programa da seguinte forma: território de urbanização que é isso que falei, por exemplo, aqui nós temos projeto na Rocinha, no Maranhão, do Rio Anil, enfim vários projetos de urbanização para acabar com palafitas e grandes favelas com moradia decente, com arruamento, iluminação, etc. São territórios importantes. Territórios com vulnerabilidade social, territórios de identidade de culturas tradicionais e territórios especiais. Os parceiros deste projeto, aí estão a importância maior do projeto, porque ele não é um projeto do Ministério da Cultura especificamente, ele é um projeto da Agenda Social do Governo que envolve esses parceiros, essas políticas e é isso que eu chamo atenção. Nós não podemos mais olhar para a cultura brasileira olhando só para o Ministério da Cultura, mas olhando para esses parceiros porque a partir deles nós poderemos construir, nós fazemos cultura com pessoas. Pessoas de todas as áreas, pessoas de todo o território nacional, pessoas de todos os grupos sociais, de todas as cores, de todas as raças. Portanto, não podemos pensar na cultura apenas do Ministério, nós temos que ver esses parceiros aí. A Casa Civil, a Controladoria Geral da União, a Secretaria de Assuntos Institucionais, criada pelo Presidente Lula, com a especificidade do trabalho com os Municípios, a Funai, a Secretaria de Direitos Humanos, a Sepir, Secretaria de Promoção dos Direitos das Mulheres, a Secretaria Nacional da Juventude, Ministério das Cidades, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Fazenda, muito importante aí com certeza, Ministério da Saúde.

Vocês vão ver um pouco mais para frente qual é a nossa ação com o Ministério da Saúde. O Ministério do Desenvolvimento, o Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Trabalho e Emprego, O Ministério do Desenvolvimento Social, grande parceiro desse processo. O Ministério da Educação e o Ministério da Justiça. Também são parceiros importantes do programa: o BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Nacional do Nordeste, que é um banco que dá muita força para a cultura nordestina, investe muito, é o que mais investe possivelmente. A Caixa Econômica, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o

Banco do Brasil e o Banco da Amazônia. Tem um projeto chamado 'Basa Mais Cultura' onde estamos começando a discutir uma parceria principalmente para microprojetos na Região da Amazônia Legal. O Fórum de Secretários e Dirigentes de Cultura que é um fórum importante, todos os Secretários de Cultura do país se reúnem hoje nesse fórum e o Ministério da Cultura é parceiro e está sempre presente com eles discutindo a política pública e esta questão dos deficientes, e investimento do setor, da acessibilidade, o Fórum de Secretários de Cultura das Capitais, o Fórum dos Presidentes de Conselhos Estaduais de Cultura e estes três grandes parceiros municipalistas. A Federação Brasileira de Municípios, a Confederação Nacional de Municípios e a Frente Nacional dos Prefeitos, a Unesco, a Petrobrás, a Codevasp, Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba, o Sesi, o Sesc, e o Conselho Federal de Contabilidade e Administração. O orçamento que temos que gastar até 2010 é 4,7 milhões. 2,2 milhões de orçamento da União e 2,5 em parcerias, contrapartidas, financiamentos e patrocínios. Promover o acesso à cultura e a diversidade e investir no país, investir num país de todos é o lema do programa.

O conceito ampliado integrado do programa. Nós temos aqui um programa muito importante chamado Cultura Viva da Secretaria de Programas e Projetos culturais que criou os pontos de cultura no Programa Cultura Viva. E assim criou o conceito para os pontos de inclusão que são esses cineclubes, para vocês terem uma idéia, nós vamos fazer até 2010 nos Territórios da Cidadania, mil Pontos de Difusão nas mil duzentas e vinte duas escolas com os menores índices de desenvolvimento escolar, nós deveremos ter esse programa também, que a Programadora Brasil é um dos parceiros. O vídeo 'O Bicho de Sete Cabeças' e o 'Profeta das Cores' são vídeos que estão na programadora e podem ser acessados por entidades, por grupos culturais, por Pontos de Cultura, www.programadorabrasil.org.br, parceira do Ministério junto ao CTAD, Centro Tecnológico do Audiovisual aqui do Rio de Janeiro, que é uma grande locadora do Cinema Nacional, que está disponibilizando o cinema brasileiro e colocando nesses pontos de difusão. Os Pontos de Leitura; vocês vão conhecer logo, logo, temos um edital aberto o material vai ser distribuído. Os Pontos de Memória e os Pontos Digitais que são programas muito importantes do Ministério das Comunicações que é parceiro também do programa, com programas destaques, que dão acesso à internet em regiões que não tem nenhuma forma de acesso, por meio de antenas e outras formas de acessibilidade à internet. Falei um pouco da capacitação, formação de gestores e empreendedores, trinta mil Agentes ou Mediadores Culturais, formação artística para desenvolvimento humano social e capacitação técnica para aperfeiçoamento profissional. As bibliotecas: nós estamos zerando este ano o número de municípios sem biblioteca com a Política de Acervo, importante, que nós estamos construindo. A territorialização: pontos

em regiões metropolitanas, vinte e sete capitais e Distrito Federal, cidades com até cinquenta mil habitantes, sessenta e sete sítios urbanos, área de patrimônio. 86 municípios com os maiores índices de violência, medido com número de mortes por cem mil habitantes. E o Boletim de Ocorrência nas delegacias.

O Programa 'Pronasce', do Ministério da Justiça está fazendo conosco uma parceria para 300 Pontos de Cultura nessas cidades e regiões mais violentas do país, em favelas, periferias e áreas de precariedade habitacional; 1.252 municípios com os menores índices da educação básica, área de conflitos e disputa territoriais; 120 Territórios da Cidadania, reservas indígenas, comunidades remanescentes de quilombos, comunidades artesanais, bacia hidrográfica do São Francisco, região do semi-árido, rodovia Cuiabá-Santarém. Isso aí são áreas de atuação do PAC, muito fortemente. Por exemplo, essa rodovia Cuiabá-Santarém, tem 1.500 quilômetros, cerca de duzentos e poucos municípios que vão sofrer o impacto da construção efetiva dessa estrada, tem muitas reservas indígenas por ali, áreas de preservação.

Problema: temos que estar lá presentes. Famílias de baixa renda, os CRAS e os CREAS, isso aí é com o MDS. Centro de Referência da Assistência Social, no Brasil tem quase quatro mil CRAS. Importante parceiro o MDS, é aí nesse CRAS que é identificada a pessoa com todo tipo de problema, você encontra a família brasileira beneficiária pela Lei Orgânica da Assistência. Ali é identificada a criança que está fora da escola, o idoso que não recebe o benefício, que não está aposentado, o deficiente que está enclausurado. Então, essas pessoas deverão ser incluídas nos nossos programas e o CRAS é um grande parceiro.

Já falei do Pró-Jovem que encampa o adolescente urbano e o Pró-jovem trabalhador. É importante que vocês acessem a ação do programa no próprio site da Secretaria Nacional da Juventude, tem os recortes possíveis aqui para quem trabalha com jovem e importância da juventude negra nesse processo aí. Com a saúde nós temos as Casas e Centros de Saúde, os Territórios Sacros, os Caps, os Centros de Atenção Psicossocial, e a Rede Pública de Hospitais. E temos parceiros, por exemplo, como a Fiocruz, que é grande parceira e o próprio Ministério da Saúde, com o "Mais Saúde". A educação, Núcleos Tecnológicos Estaduais e Municipais, o Programa "Mais Educação", a Universidade Aberta Brasileira, e a Rede de Escolas Públicas, notadamente, como eu falei, aqueles municípios com os menores índices de rendimento escolar básico, mil duzentos e vinte e dois. Os trabalhadores eu já falei um pouco, é o Vale-Trabalhador. O meio ambiente, é o Programa da Amazônia Sustentável, Postos de Comunidades Tradicionais eu já falei, e Programa de Revitalização do São Francisco. Desculpem me estender tanto,

mas esse programa tem uma capacidade operacional muito grande, com várias fontes de recursos de financiamento, que nós precisamos fazer um pacto federativo para construir junto às prefeituras, junto aos estados, junto à Sociedade Civil, aos Conselhos, que são grandes parceiros na construção desse projeto. Muito obrigado e bom trabalho a todos.

ANEXO I

Lista de Participantes da Oficina

1. Aline Mesquita – SID/MinC/DF
2. Ana Lúcia da Silveira Soares – Instituto Surdodum/DF
3. Ana Lúcia Palma Gonçalves – Projeto Livro Falado/RJ
4. André Andries – VSA Brasil – Teatro Novo/RJ
5. Andréa Chiesorin – VSA Brasil/RJ
6. Angel Vianna – Faculdade Angel Vianna/RJ
7. Antônio Santos Pereira – Cia de Dança Rodart/BA
8. Arnaldo Augusto Godoy – Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte/MG
9. Carlos Eduardo Oliveira do Carmo – Grupo X de Improvisação em Dança/BA
10. Claudia Aparecida Fantim de Souza – Limites Cia de Dança/Curitiba/PR
11. Claudia Werneck – Escola de Gente/RJ
12. Daisy Viola de Souza – Ateliê Livre/PA
13. Danielle Bastos Quaresma – Escola de Gente/RJ
14. Davi Vasconcelos Valente da Conceição – Músico/CE
15. Denise Aparecida Siqueira França – Projeto Dancem/MS
16. Deuseni Felix da Costa e Silva – Acoxipoense/Cuiabá/MT
17. Dolores Tomé Marley – Secretaria de Cultura/DF
18. Dorival Vieira – Pasb/Comitê Bauru/RJ
19. Edvaldo Nabuco – Laps/Ensp/Fiocruz/RJ
20. Eliana Paes Cardoso Franco – Associação Midiace/UFBA/BA
21. Elizabeth Caetano Almeida – VSA Brasil/RJ
22. Eurípedes Junior – Museu de Imagens do Inconsciente/ RJ
23. Fernanda de Araújo Machado – Teatro Brasileiro de Surdos e Cia Cultura Surda/RJ

24. Frederico Maia – MinC/DF
25. Helena Maria Duarte de Holanda – Cia Helena de Dança/PB
26. Inês Helena – Cantora/RJ
27. Isabel Maior – Corde/DF
28. João de Jesus Paes Loureiro – UFPA/PA
29. Jorge Márcio Pereira de Andrade – DefNet – Campinas/SP
30. José Antônio de Lara – Adefir/MS
31. Josselim Conti – UFF/ IBC – Pesquisa Perceber sem Ver/ RJ
32. Karina Miranda Gama – SID/MinC/DF
33. Julia Costa Fonseca – SID/MinC/DF
34. Lara Valentina Pozzobon da Costa – Trabalho Produções e *Festival Assim Vivemos*/RJ
35. Leandra Brasil – Laps/Daps/Ensp/Fiocruz/RJ
36. Lucia Maria Forneiro – Teatro Novo/ RJ
37. Luciano Marques – Músico/SP
38. Luis Claudio Guimarães – Nupes/Cebes/Fiocruz/RJ
39. Manoel Messias Cordeiro – Federação Nacional de Arte Albertina – Brasil/SE
40. Marcos Abranches – Ator/SP
41. Maria Teresa Taquechel – Pulsar Cia de Dança/RJ
42. Mariana Rangel – Laps/Daps/Ensp/Fiocruz/RJ
43. Marcelo da Cunha – Pintores com a Boca/RJ
44. Marilene Souza Lopes – Cia de Dança Roda Pará/PA
45. Moira Braga – Bailarina e apresentadora do programa *Assim Vivemos* - TV Brasil/RJ
46. Ninfa Cunha de Santana – Cia de Dança Rodart/BA
47. Paloma Moura – Laps/Daps/Ensp/Fiocruz/RJ
48. Patrícia Duarte – Laps/Daps/Ensp/Fiocruz/RJ
49. Patrícia Dornelles – SID/MinC/DF

50. Paulo Amarante – Laps/Daps/Ensp/Fiocruz/RJ
51. Paulo Sérgio Braz – Festival Internacional de Londrina/PR
52. Paulo César Monsores dos Santos – Teatro Novo/RJ
53. Rachel Gouveia – Laps/Daps/Ensp/Fiocruz/RJ
54. Renato di Renzo – Projeto Tam-Tam/Santos/SP
55. Ricardo Anair Barbosa de Lima – SID/MinC/DF
56. Rodrigo Campos Alves – Mídia Acessível/MG
57. Rogério Andreolli – Pulsar Cia de Dança/VSA Brasil/RJ
58. Rubens Emerick Gripp – Teatro Novo/RJ
59. Sebastião Fernando de Oliveira – Laps/Daps/Ensp/Fiocruz/RJ
60. Sebastião José Narciso – Festival Internacional de Londrina/ PR
61. Terezinha de Jesus Mancezak – Fundação Cultural Blumenau/SC
62. Thais Borges Werneck – SID/MinC/DF
63. Vânia Tolipan de Oliveira – Portadores da Alegria/RJ
64. Vera Lúcia Carvalho Portella – Fasam – Ponto de Cultura Campinas/SP
65. Wanda Espírito Santo – Laps/Daps/Ensp/Fiocruz/RJ

ANEXO II MOÇÃO

Procrastinação da Dignidade e do Exercício dos Direitos Humanos

Na qualidade de dirigentes de órgãos de representação e defesa dos direitos das pessoas com deficiência e de entidades da sociedade civil abaixo listadas, manifestamos nosso veemente repúdio à Portaria n°.661.

Vivemos em um país onde medidas promotoras da dignidade humana tornam-se cada vez mais urgentes e onde leis promotoras dessa mesma dignidade são promulgadas, mas lamentavelmente nem sempre são cumpridas, sendo freqüentemente objeto de procrastinação por parte de Poder público para proteger grupos econômicos e/ou interesses de proprietários de meios de comunicação, em detrimento da dignidade e dos Direitos Humanos.

A Lei n°10.098, de 2000, nos artigos 17 e 19, materializou o direito à remoção de barreiras de comunicação para as pessoas com deficiência sensorial, barreiras essas que, por força do Decreto n° 5.296 (2004), dizem respeito à implantação do recurso de descrição e narração, em voz de cenas e imagens na programação veiculada pelas emissoras de radiodifusão e suas retransmissoras, hoje conhecido como audiodescrição.

Lembramos que a audiodescrição é um recurso essencial para a inclusão das pessoas com deficiência e idosos.

Lembramos que a inclusão é um processo que está em pleno andamento e que tem o respaldo do próprio Governo Federal, do qual o Ministério das Comunicações é parte e, portanto, deveria ter diretrizes alinhadas com o mesmo.

Lembramos que a audiodescrição é especialmente importante para a Educação e Trabalho, que são parte dos Direitos Humanos e essenciais para o exercício da cidadania e para a participação na sociedade.

O decreto n°. 5.645 (2005) fixou o prazo impostergável de 120 dias para que o Ministério das Comunicações regulamentasse a matéria por via de norma interna, regulamentação esta que veio a lume por meio do Portaria n°. 310, de 27/06/2008, publicada no DOU do dia 28 subseqüente

que, frise-se, veio a destempo, porquanto deveria ter sido expedida no mês de abril de 2006.

A Portaria em questão estabeleceu o prazo de 24 meses para implementação da audiodescrição, prazo esse que se exauriu em 28 de julho último. Inopinadamente, porém, o Ministério das Comunicações editou a Portaria nº403, de 27/06/2006, publicada no DOU do dia 30 subsequentemente, descumprindo os prazos do Decreto nº. 5.645, de 2005 e afetando o direito à comunicação e à informação das pessoas com deficiência.

Lembramos que durante os dois anos propostos por essa Portaria as ditas emissoras de radiodifusão e sua retransmissoras nada fizeram para cumprir a Lei nº. 10.098.

A atitude do Ministério das Comunicações é absolutamente ilegal, na medida em que não detém poderes para suspender prazos legais e, muito menos, para descumpri-los, principalmente por ferir preceitos constitucionais, uma vez que o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – Decreto Legislativo nº. 186/2008, com equivalência de emenda constitucional e com aplicação imediata, como toda norma de Direitos Humanos.

Por outro lado, qualquer mudança no cronograma constante da Norma Complementar nº. 01/2006, estabelecido, portanto, há mais de dois anos durante os quais o mercado de audiodescritores se expandiu na expectativa da respectiva demanda, somente serviria para beneficiar, mais uma vez, as emissoras de televisão, porquanto dificilmente haverá crescimento da quantidade desses profissionais se não houver mercado de trabalho que o justifique.

Agora, duas semanas antes, do dia 30 de outubro – data em que a audiodescrição seria disponibilizada – foi promulgada a Portaria nº. 661, suspendendo inconstitucionalmente sua exigibilidade e determinando uma consulta pública, sob alegação de esclarecer questões técnicas que a maioria do público não conhece e que não pode responder. Importante esclarecer ainda que a referida Portaria ignora os d da reunião técnica ocorrida em Brasília, dia 23 de julho deste ano, no Ministério das Comunicações e com representantes do próprio Ministério, na presença da ABERT, de entidades representativas de pessoas com deficiência visual, da ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas e de profissionais ligados à produção de audiodescrição (universidades e produtores de audiovisuais com acessibilidade) oportunidade em que as dúvidas e objeções, foi elaborada a Portaria nº. 466 – prova de que o Ministério das Comunicações estava plenamente convencido de viabilidade e de importância deste recurso no prazo de noventa dias. Nessa reunião foi demonstrada a viabilidade da implementação, no prazo de 90 dias, através da Portaria nº. 466.

A Portaria nº. 661 prorroga o prazo para uma consulta pública para 30 de janeiro, época de férias e desmobilização de todos, seguida pelo Carnaval; sinaliza que este prazo pode ser ampliado ainda mais, ou seja, a decisão sobre o início da audiodescrição pode ficar adiada *sine die*.

Esclarecemos também que as perguntas levantadas, “a título de sugestão”, que constam do final da Portaria exprimem idéias e concepções errôneas, que já foram debatidas e refutadas na reunião técnica, mencionada anteriormente. Tanto é que, ao final desta reunião, o Ministério das Comunicações teve segurança e subsídios técnicos, fornecidos pelas próprias pessoas com a deficiência para promulgar a Portaria nº. 466.

É inadmissível que o interesse das emissoras de televisão, que detêm concessão, permissão, autorização do Governo Federal e que procuram postergar o máximo possível o cumprimento de sua obrigação ao tentar fazer que os recursos de acessibilidade tornem-se obrigatórios apenas após a implantação da TV digital, se sobreponha ao direito das pessoas com deficiência de participar em igualdade de condições em todos os âmbitos da sociedade brasileira.

Por todas estas razões, expressamos nosso mais veemente repúdio à Portaria nº. 661.

ANEXO III

Nota Técnica nº 001/2009

SID/MinC

Em, 07 de abril de 2009

Ao Sr. Chefe de Gabinete CG/SE/MinC

Assunto: Políticas Culturais de Inclusão das Pessoas com Deficiência

Senhor Chefe,

A Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, do Ministério da Cultura, tem por objetivo promover e apoiar as atividades de incentivo à diversidade e ao intercâmbio cultural como meio de promoção da cidadania. Desde a sua criação, esta vem mantendo um diálogo com a sociedade civil, outras secretarias desse ministério, outros ministérios e instituições públicas e privadas, por meio de grupos de trabalho, promoção de encontros, seminários e oficinas, todos com o intuito de identificar políticas públicas para os vários segmentos que fazem parte da nossa diversidade cultural.

Como resultados desse intercâmbio entre governo e sociedade civil, surgem vários encaminhamentos e propostas de diretrizes que buscam nortear as políticas públicas de inclusão cultural dos diversos grupos historicamente excluídos. No que diz respeito às pessoas com deficiência, a SID, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz, do Ministério da Saúde e, com o apoio da Caixa Econômica Federal, realizou, na cidade do Rio de Janeiro, no período de 16 a 18 de outubro de 2008, a *Oficina Nacional para Indicação de Políticas Públicas Culturais para Inclusão de Pessoas com Deficiência*, destinada a artistas, gestores públicos, pesquisadores e agentes culturais da sociedade civil, representativos do campo da produção cultural das pessoas com deficiência.

O objetivo da oficina foi indicar diretrizes e ações, no sentido de contribuir para a construção de políticas culturais de FOMENTO, DIFUSÃO, PATRIMÔNIO E ACESSIBILIDADE para pessoas com deficiência, a partir de um processo participativo (adotando-se o lema 'Nada sobre Nós sem Nós'), seguindo, desta forma, a consideração da Convenção sobre os Direitos

das Pessoas com Deficiência, a qual diz que essas pessoas devem ter a oportunidade de participar ativamente das decisões relativas a programas e políticas, inclusive aos que lhes dizem respeito diretamente.

Inicialmente, o foco principal da SID era saber a melhor forma de se potencializar a produção e a difusão das atividades artísticas e culturais das pessoas com deficiência. Mas, no processo de construção da oficina, foi feita a proposta de se colocar também como eixo a questão da acessibilidade por se tratar de tema complexo. Nesse sentido, a exigência é de que haja uma maior discussão no âmbito do próprio Ministério da Cultura, para que gestores e técnicos possam ter mais conhecimento sobre o assunto a fim de contribuírem efetivamente na formulação de políticas públicas que garantam a esse grupo condições para utilização, com segurança e autonomia, de espaços onde se realizam atividades culturais ou espetáculos artísticos, bem como a compreensão e fruição de bens, produtos e serviços culturais.

Como resultado da oficina, obtivemos indicação de diversas diretrizes e ações para a inclusão das pessoas com deficiência nas políticas culturais. Foram formados quatro grupos que discutiram sobre os temas FOMENTO, DIFUSÃO, PATRIMÔNIO E ACESSIBILIDADE.

Alguns importantes apontamentos feitos pelos grupos de trabalho da oficina, para os quais chamamos a atenção e sobre os quais o Ministério da Cultura, como um todo, deve estar ciente a fim de atualizar e adequar suas políticas culturais são:

1) LEI ROUANET:

Uma das questões apontadas na oficina foi a respeito da revisão e adequação de conceitos, mecanismos e pré-requisitos da Lei Rouanet (Lei 8.313/ 91). Observa-se que essa lei trata a questão da acessibilidade de forma genérica e somente em um artigo:

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor de modo a:

I - contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais;

O Decreto nº 5.761/2006, que a regulamentava, aborda nos artigos 2º e 27, a questão da acessibilidade:

Art. 2º Na execução do Pronac, serão apoiados programas, projetos e ações culturais destinados às seguintes finalidades:

V - incentivar a ampliação do acesso da população à fruição e à produção dos bens culturais;

Nesse artigo, o termo se refere à democratização dos bens culturais, no sentido de tornar esses bens mais acessíveis ao público em geral.

Art. 27. Dos programas, projetos e ações realizados com recursos incentivados, total ou parcialmente, deverá constar formas para a democratização do acesso aos bens e serviços resultantes, com vistas a:

II - proporcionar condições de acessibilidade a pessoas idosas, nos termos do art. 23 da Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003, e portadoras de deficiência, conforme o disposto no art. 46 do Decreto no 3.298, de 20 de dezembro de 1999;

O inciso considera apenas o Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, mais especificamente o artigo 46, e não faz referência ao artigo 47 que, em seu parágrafo único, dispõe:

Parágrafo único. Os projetos culturais financiados com recursos federais, inclusive oriundos de programas especiais de incentivo à cultura, deverão facilitar o livre acesso da pessoa portadora de deficiência, de modo a possibilitar-lhe o pleno exercício dos seus direitos culturais.

Além disso, não faz referência direta à questão da acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, tal qual compreendida pelo Decreto 5.296/2004 que regulamenta a Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, referente a normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade dessas pessoas. Segundo tal decreto acessibilidade é:

“condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida”.

Percebemos, portanto, que a legislação cultural é muito genérica em relação à questão da acessibilidade. A redação dada ao *caput* do artigo 27 do Decreto 5.761/2006 trata apenas da democratização do acesso e não menciona a acessibilidade. Assim entendemos que uma redação mais apropriada seria:

“EX: Art. 27. Dos programas, projetos e ações realizados com recursos incentivados, total ou parcialmente, deverão constar formas para a democratização do acesso e acessibilidade aos bens e serviços resultantes, com vistas a:

I. tornar os preços...

II. proporcionar condições de acessibilidade a pessoas idosas, nos termos do art. 23 da Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003;

III. proporcionar condições de acessibilidade a pessoas com deficiência, conforme o disposto nos artigos 46 e 47 do Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e no Decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004;

IV. promover a distribuição gratuita...

V. desenvolver estratégias...”

Entendemos, ainda, que até a aprovação da nova lei de fomento e incentivo à cultura, disponibilizada para consulta pública, torna-se necessária a elaboração de uma Portaria para definir quais são as condições de acessibilidade que deverão constar nos projetos que tramitam no âmbito deste ministério e de suas entidades vinculadas, considerando que a acessibilidade não se refere somente à eliminação das barreiras físicas e arquitetônicas normalmente existentes nas edificações, espaços culturais, etc. Essas barreiras devem ser compreendidas como falta de legendas, áudioscrição, intérpretes, livros e sítios eletrônicos acessíveis, entre outras.

Na nova proposta da lei acima mencionada, a questão da democratização é tratada nos artigos 3º, inciso IV e 15, inciso IV, a saber:

Art. 3º O Profic promoverá o desenvolvimento cultural e artístico, o exercício dos direitos culturais e o fortalecimento da economia da cultura, considerando:

IV - a ampliação do acesso da população à fruição e à produção dos bens e serviços culturais e sua plena liberdade de expressão;

Art. 15. A transferência de recursos do FNC a fundos públicos de estados, municípios e Distrito Federal, para co-financiamento, destinar-se-á a programas oficialmente instituídos, de seleção pública de projetos culturais, que atendam a pelo menos uma das seguintes finalidades:

IV - democratização do acesso a bens, serviços e produtos culturais; ou

Conforme mencionado, a democratização do acesso significa o esforço de tornar os bens, serviços e produtos culturais acessíveis a todos. Esse termo não se refere, exclusivamente, à acessibilidade da pessoa com deficiência. Em relação à acessibilidade, essa questão está mencionada no artigo 32, mas de forma genérica:

Art. 32. Os projetos passarão por um sistema de avaliação que contemplará a acessibilidade do público, aspectos técnicos e orçamentários, baseado em critérios transparentes e que nortearão o processo seletivo.

Torna-se necessário, portanto, inserir, no texto da própria Lei ou no Decreto de Regulamentação, o conceito de 'acessibilidade', de acordo com a legislação especificada acima (artigos 46 e 47 do Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999; e Decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004). Assim tornar-se-á mais claro que o artigo 32, refere-se à acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

2) EDITAIS

No que concerne ao tema Editais, algumas das propostas relacionadas abaixo, são específicas da SID, já outras são mais gerais e se aplicam a todo o Ministério da Cultura, incluindo suas vinculadas. Os resultados da Oficina apontam as seguintes demandas:

- a) Efetuar a revisão dos editais e elaboração de novos de acordo com a legislação nacional vigente e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Onu);*
- b) Disponibilizar os instrumentos de fomento à cultura (formulários, leis, editais, etc) em braille, libras audiodescrição, etc.;*
- c) Abrir editais para financiamento de projetos que promovam a adaptação dos espaços artísticos de modo a garantirem todas as formas de acessibilidade;*
- d) Realizar ações de sensibilização e orientação de produtores e proponentes de projetos no campo artístico e cultural sobre a produção cultural de*

- peças com deficiência e sobre a necessidade de adequar seus projetos aos parâmetros de acessibilidade à arte e cultura contidos na legislação nacional e na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência;*
- e) Promover a capacitação dos gestores, técnicos e avaliadores dos editais públicos levando em consideração os requisitos e parâmetros dispostos na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Onu);*
- f) Criar editais para implantação e manutenção de grupos ou projetos, companhias que contam com a participação de pessoas com deficiência;*
- g) Fomentar, por meio de editais públicos, projetos culturais de pessoas com deficiência, sem comprometer a participação em outros editais;*
- h) Criar editais de pontos de cultura para formação continuada de artistas com e sem deficiência.*

3) SÍTIOS ELETRÔNICOS:

A diretriz referente aos sítios eletrônicos apontada durante a oficina diz: "Adequar todos os *sites* do Governo Federal aos requisitos de acessibilidade, conforme a legislação nacional já existente e a Convenção Internacional."

No que diz respeito a esse tema, é importante dizer que, de acordo com o artigo 47 do decreto nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004, é obrigatória a acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos da administração pública na rede mundial de computadores (*internet*), para o uso das pessoas com deficiência visual, garantindo-lhes o pleno acesso às informações disponíveis. Segundo tal decreto, o prazo para cumprimento do artigo é de um ano, a contar da sua assinatura, podendo esse prazo ser estendido por igual período, caso haja inviabilidade técnica para concluírem-se os procedimentos que garantirão a integralidade da acessibilidade.

O decreto ainda diz, em seu artigo 48, que a acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos de interesse público na rede mundial de computadores (*internet*), deverá ser observada para obtenção do financiamento de projetos com a utilização de recursos públicos, tais como convênio, acordo, ajuste, contrato ou similar.

Nesse caso, é importante que o Ministério da Cultura atualize o seu sítio e não deixe de colocar dispositivo que garanta o cumprimento do decreto em seus instrumentos de convênio e nos próprios editais. Para obter mais informações sobre sítios acessíveis, recomendamos o seguinte endereço: www.acessobrasil.org.br.

4) ACESSIBILIDADE AOS EQUIPAMENTOS E BENS CULTURAIS:

De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil em 2008, tomando assim força de Emenda Constitucional, os Estados Partes reconhecem o direito dessas pessoas de participar na vida cultural, em igualdade de oportunidades com os demais, se comprometendo a tomar medidas apropriadas para que as pessoas com deficiências possam:

- a) Ter acesso aos bens culturais;*
- b) Ter acesso a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais, em formatos acessíveis; e*
- c) Ter acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos, bem como, tanto quanto possível, ter acesso a monumentos e locais de importância cultural nacional.*

Nesse sentido foi que os participantes da oficina nacional indicaram ao Ministério da Cultura as seguintes diretrizes e ações que venham a garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência aos equipamentos e bens culturais:

- a) Exigir acessibilidade total às pessoas com deficiência em todo e qualquer evento artístico-cultural realizado com recursos públicos, conforme preconiza o decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999;*
- b) Promover a inclusão dos intérpretes de sinais e da audiodescrição nos espetáculos artístico-culturais de diferentes linguagens – dança, audiovisual, teatro, música, etc – de modo a integrá-los harmonicamente à cena estética;*
- c) Disponibilizar os instrumentos de fomento à cultura (formulários, leis, editais, etc) em braille, libras, audiodescrição, etc.;*
- d) Abrir editais para financiamento de projetos que promovam a adaptação dos espaços artísticos de modo a garantirem todas as formas de acessibilidade;*
- e) Mapear as condições atuais de acessibilidade em arte e cultura;*
- g) Promover plenas condições de acessibilidade nos locais em que promovem formação artística e cultural.*

O decreto 3.298, já mencionado neste documento e ao qual os oficinandos fazem referência, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. De acordo com tal normativa, cabe aos órgãos e às entidades do poder público assegurar à pessoa com

deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à cultura, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

No tocante à cultura, o decreto possui artigos específicos que devem ser observados:

Art. 46. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta responsáveis pela cultura, pelo desporto, pelo turismo e pelo lazer dispensarão tratamento prioritário e adequado aos assuntos objeto deste Decreto, com vista a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I - promover o acesso da pessoa portadora de deficiência aos meios de comunicação social;

II - criar incentivos para o exercício de atividades criativas, mediante:

a) participação da pessoa portadora de deficiência em concursos de prêmios no campo das artes e das letras; e

b) exposições, publicações e representações artísticas de pessoa portadora de deficiência.

Art. 47. Os recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura financiarão, entre outras ações, a produção e a difusão artístico-cultural de pessoa portadora de deficiência.

Parágrafo único. Os projetos culturais financiados com recursos federais, inclusive oriundos de programas especiais de incentivo à cultura, deverão facilitar o livre acesso da pessoa portadora de deficiência, de modo a possibilitar-lhe o pleno exercício dos seus direitos culturais.

5) LIVRO ACESSÍVEL

Outro encaminhamento levantado na oficina foi em relação ao livro acessível: “garantir que a Política Nacional do Livro incorpore a legislação relativa ao livro acessível, cumprindo a Ação Civil Pública em curso”.

A Política Nacional do Livro, instituída pela Lei 10.753/2003, tem como uma de suas diretrizes “assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura”. A lei admite que os livros impressos no sistema braile, assim como os livros em meio digital, magnético e ótico também são considerados livros e, portanto, estão inseridos em qualquer política de benefícios que recaiam sobre os livros convencionais.

O artigo 12 da referida lei, no entanto, afirma que “É facultado ao Poder Executivo a fixação de normas para o atendimento ao disposto nos incisos VII e VIII do art. 2º desta lei.” Tais incisos referem-se justamente a livros em meio digital, magnético e ótico e impressos no sistema braile.

O Ministério Público Federal, por meio de Ação Civil Pública, vem, portanto, exigir que as pessoas com deficiência visual sejam, de fato, contempladas pela Política Nacional do Livro. Tal ação, ajuizada no ano de 2005, menciona uma lei mais antiga, do ano de 1962, que já oficializava as convenções em braile e as tornava obrigatórias para uso na escrita e leitura dos deficientes visuais em todo o território nacional (Lei 4.169/62). Ressalta-se que, por ser antiga, essa lei menciona somente o formato em braile. A Ação Civil, entretanto, considera também os livros em meio digital como um formato acessível aos deficientes visuais.

A exigência do Ministério Público nessa Ação foi a de que “a União, por meio de seu órgão competente, o Ministério da Educação e da Cultura, discipline a obrigatoriedade de publicação, em todo país, de uma cota das obras em meio acessível a quem tem deficiência visual.”

O Ministério da Cultura, por meio do Plano Nacional do Livro e Leitura, visa assegurar a democratização do acesso ao livro. No entanto, ainda não existem ações voltadas para garantir aos deficientes visuais o referido acesso.

Algumas instituições colaboram para facilitar o acesso aos livros pelos deficientes visuais, disponibilizando livros em braile e no formato digital gratuitamente. A demanda, no entanto, é para que as próprias editoras produzam os livros acessíveis, o que não impede a reprodução pelas instituições. A sugestão é que as editoras produzam, no mínimo, 1% de seus livros em meio magnético, juntamente com a primeira edição. Já os livros em braile poderão ser feitos mediante solicitação à própria editora ou ao revendedor.

6) PRODUÇÃO CULTURAL

Segundo a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, os Estados Partes deverão tomar medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual, não somente em benefício próprio, mas também para o enriquecimento da sociedade. Nesse sentido, as propostas dos grupos de trabalho em relação à produção artística e cultural das pessoas com deficiência são:

a) Incluir a produção cultural de pessoas com deficiência na programação

- artística dos eventos culturais das diferentes esferas de Estado;*
- b) Estabelecer canais e espaços de diálogo com associações profissionais, sindicatos através do Conade para revisão e adequação dos critérios e procedimentos de reconhecimento profissional em relação às pessoas com deficiência;*
 - c) Realizar gestões junto às instituições de ensino superior para que sejam revistos os critérios das provas de habilidade específica;*
 - d) Viabilizar a concessão de bolsas de formação de artista para artistas com deficiência;*
 - e) Garantir o uso de espaços públicos em todas as esferas de governo por projetos culturais e artísticos para/com/por artistas com deficiência;*
 - f) Dar visibilidade para a produção artística e cultural da pessoa com deficiência.*

7) DIALOGOS COM OUTROS MINISTÉRIOS:

Durante a oficina, foram recomendadas a criação de um comitê de arte e cultura que dialogasse com os demais ministérios sobre a questão da acessibilidade das pessoas com deficiência e a realização de ações transversais (arte/educação, arte/saúde, arte/transformação social). Um caminho favorável para a concretização dessa demanda seria incluir a questão das pessoas com deficiência no programa Mais Cultura.

As diretrizes e ações que dizem respeito ao tema são:

- a) Criação de um comitê de arte e cultura para dialogar com todos os Ministérios visando ações conjuntas na promoção da Acessibilidade das pessoas com deficiência à arte e à cultura;*
- b) Recomendar à Secretaria de Comunicação da Presidência da República que incorpore ações de promoção da acessibilidade, conforme a legislação nacional já existente e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Onu);*
- c) Realizar campanhas e ações culturais que contemplem propostas de áreas transversais com as Pessoas com Deficiência (arte/educação, arte/saúde, arte/transformação social, arte/arte e outros) no campo erudito e popular;*
- d) Realizar encontros periódicos e contínuos de setores das três áreas (cultura, saúde e educação) para avaliação e replanejamento de ações.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliamos, com base nos resultados obtidos com as discussões, que políticas culturais que garantam a cidadania cultural das pessoas com deficiência devem permear todo o Ministério da Cultura. Deverá ter início um debate para que as diretrizes e ações propostas durante a *Oficina Nacional para Indicação de Políticas Públicas Culturais para Inclusão de Pessoas com Deficiência* sejam implementadas, atentando-se para o fato de que as ações propostas não devem ficar restritas somente à SID, pois, especialmente no caso da acessibilidade, também dizem respeito às demais secretarias do Ministério, bem como às suas entidades vinculadas como Funarte, Fundação Palmares, Fundação Biblioteca Nacional, Fundação Casa de Rui Barbosa e Iphan. Também fica clara a necessidade de que as Políticas Públicas de Cultura estejam mais bem adequadas aos princípios tanto da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, quanto à legislação nacional referente à inclusão das pessoas com deficiência.

Lembramos que o Ministério da Cultura possui assento no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, que é um órgão superior composto paritariamente por representantes do governo e da Sociedade Civil, de natureza permanente, integrante da estrutura básica da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Como parte de tal conselho, é fundamental que esse ministério esteja atento às políticas referentes ao segmento, zelando pela efetiva implantação da Política Nacional para Inclusão da Pessoa com Deficiência.

A consideração superior,

Aline Camilla Romão Mesquita
Técnica em Assuntos Educacionais (SID/MinC) e
Thaís Borges S. P. Werneck
Técnica em Assuntos Culturais (SID/MinC)

De acordo,

Américo Córdula
Secretário da Identidade e da Diversidade Cultural (MinC)

Formato: 14,8 X 21 cm
Tipologia: Gill Sans e Bradley Hand ITC
Papel: Off-set 90 g/m² (miolo), Couché Matt 120g/m² (guarda)
Cartão Supremo 250g/m² (capa)
Fotolito, impressão e acabamento:
Rio de Janeiro, Julho de 2009.
Corbã Artes Gráficas

ISBN 978-85-88588-05-9



9 788588 588059

PATROCÍNIO

CAIXA

REALIZAÇÃO



Secretaria da Identidade
e da Diversidade Cultural



Ministério
da Cultura

